



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 103

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 11 de Maio de 2000

Presidente: Deputado Humberto Melo.

Secretários: Deputados José Ramos Aguiar e João Carlos Macedo (*em substituição da Deputada Natividade Luz*)

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 10 horas e 25 minutos.

Período de Antes da Ordem do Dia

Tendo-se entrado de imediato no tratamento de *assuntos de interesse político relevante para a Região*, usaram da palavra, sobre temática diversa, os seguintes Srs.

Deputados:

Natividade Luz (*PS*), Manuel Brasil (*PSD*), António Gomes (*PS*), Eugénio Leal (*PSD*), Jorge Valadão (*PSD*), Berta Cabral (*PSD*), Silva Melo (*PS*), Francisco Xavier (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Carlos Fraga (*PS*), bem como o Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, *Álamo de Meneses* e o Presidente do Governo Regional, *Carlos César*.

Período da Ordem do Dia

De acordo com o Artº. 103º do Regimento da ALRA, foi presente uma iniciativa legislativa, por parte do PSD, pelo Deputado António Meneses, relativa à criação do Conselho de Fiscalização da Inspeção Administrativa Regional.

Seguidamente, e após a leitura das conclusões do relatório, por parte do Deputado Socialista Carlos Fraga, procedeu-se ao debate sobre o relatório intitulado "Suspeições levantadas na Imprensa Regional ao Governo".

Sobre este assunto, intervieram ainda os Srs. Deputados Jorge Valadão (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Eugénio Leal (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Victor Cruz (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*), bem como o Presidente do Governo Regional, Carlos César.

Antes do término dos trabalhos, o que aconteceu às 18 horas e 40 minutos, tempo ainda para a aprovação por unanimidade da Proposta de Resolução, vinda da Mesa, "*declarando findo o período legislativo de Maio*".

Presidente: Srs. Deputados, bom dia.

Peço o favor de ocuparem os vossos lugares para proceder-se à chamada.

(Eram 10 horas e 25 minutos)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

António Manuel da **Silva Melo**

Augusto António Rua **Élavai**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**

José **Élio Valadão** Ventura

Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**
Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa
Manuel **Herberto** da **Rosa**
João Carlos do Couto **Macedo**
João Manuel Pereira **Forjaz** de **Sampaio**
João Luis Sanchez **Santos**
José Humberto de Medeiros **Chaves**
Luis Machado **Resendes**
Manuel Goulart **Serpa**
Maria da **Natividade** da **Luz**
Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
Alberto Romão **Madruga** da **Costa**
António Manuel Silva **Almeida**
António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**
Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**
Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**
Duarte Nuno de **Ávila** Martins de **Freitas**
Eugénio Manuel Pereira **Leal**
Francisco Xavier Araújo Rodrigues
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Manuel Leão Themudo **Valadão** dos Santos
José Ramos **Aguiar**
José Francisco Salvador **Fernandes**
José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias
José Manuel Avelar **Nunes**
José Maria **Bairos**

Manuel Teixeira Brasil

Manuel da Silva Azevedo

Mark Silveira Marques

Sandra Maria Sousa Garcia Bessa

Sidónio Manuel Moniz Bettencourt

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

João Maria Fraga Greves

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos fazer a menção da correspondência entrada na Mesa.

Secretário (José Aguiar): Do Grupo Parlamentar do PSD um Projecto de DLR que "cria o Conselho de Fiscalização da Inspeção Administrativa Regional".

Secretário (João Carlos Macedo): Da Comissão de Política Geral parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que "estabelece as condições de acesso e de exercício das profissões de técnicos superiores de segurança e higiene do trabalho e de técnico de segurança e higiene do trabalho".

Secretário (José Aguiar): Do Grupo Parlamentar do PSD, concretamente dos Srs. Deputados Regionais Manuel Azevedo e Duarte Nuno Freitas, um requerimento cujo assunto é "Ilha do Pico - Caminhos Agrícolas e Florestais", e diz o seguinte:

"Em Março de 1998 os Deputados do PSD do Pico fizeram chegar ao Governo um levantamento das necessidades da nossa Ilha, no que respeita a caminhos agrícolas e florestais. Tal trabalho foi feito em colaboração com as Juntas de Freguesia, elas

próprias exemplos de dedicação nesta área tão importante para os habitantes das suas freguesias, designadamente para os que se dedicam a actividades agrícolas.

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, os deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral do Pico, solicitam a Vossa Excelência que junto do Governo Regional seja obtida a informação relativa à evolução verificada desde essa altura, anexando, para facilitar a resposta, o trabalho que, então elaborámos.

Pico, 10 de Maio de 2000.

Os Deputados Regionais: *Manuel da Silva Azevedo e Duarte Nuno de Freitas*".

Presidente: Concluída que está a leitura da correspondência entrada na Mesa, vamos dar início ao tratamento de *assuntos de interesse político relevante para a Região*.

Tem a palavra para o efeito a Sr^a. Deputada Natividade Luz.

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As conclusões do Conselho Europeu de Lisboa, realizado no passado mês de Março, fixam um conjunto de objectivos, metas e calendários destinados a pôr em prática estratégias de reformas económicas e sociais que visam fazer da U.E, em dez anos, um espaço dinâmico e competitivo, baseado no conhecimento e na inovação, com crescimento sustentado e maior capacidade de criação de emprego.

Hoje, o conhecimento e a inovação não são possíveis fora da Sociedade da Informação.

A economia, o desenvolvimento, a formação e a qualificação dos recursos humanos são, desde já, orientados e balizados pelas regras da Sociedade da Informação. A capacidade de auto-provisionamento das sociedades em recursos humanos qualificados, capazes de acompanharem a transformação da economia que, cada vez mais, é uma economia digital, é um desafio para todos os responsáveis - Estado, entidades públicas e promotores privados.

A nossa Região Açores não pode deixar de acompanhar todas essas transformações, porque, de outra forma, o futuro estaria irremediavelmente comprometido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Partindo de uma base incipiente no nosso desenvolvimento científico e tecnológico, o VII Governo Regional, através da Assessoria para a Ciência e Tecnologia, tem vindo a apostar na Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Há realizações importantes já executadas e outras estão em curso, apenas alguns exemplos:

A **Rede Sociedade de Informação Açores** que, através de Associações Locais, promove um local de contacto com as novas tecnologias em todos os Concelhos e Ilhas dos Açores;

O **Programa Internet nas Escolas** que, após cobrir todas as do Ensino Secundário da Região, liga já à Internet 80 escolas do Ensino Básico e cobrirá a 100% todas as escolas deste ciclo até ao final do ano 2000;

O **Projecto Jornal Oficial Electrónico**, que disponibiliza on-line a informação publicada, com o histórico desde 1977 completamente actualizado:

Estão, também, disponíveis na Internet, desde Junho de 98, os novos Programas (PRAOIC, PRAIT e INFOTEC) que visam promover o acesso a apoios nas áreas científica, tecnológica e da Sociedade da Informação;

Desde 1997, foram apoiados cerca de uma centena de Projectos, num montante de, aproximadamente, um milhão e meio de contos. Esses Projectos foram desenvolvidos em parceria com a U.A., o INOVA, empresas e outras instituições;

A **Rede Regional de Informação Juvenil**, que se destina aos jovens dos 12 aos 30 anos de idade, ficará constituída por três centros: - Ponta Delgada, Angra (ainda em fase de preparação) e Horta - e, pelo menos, um centro em cada concelho. A partir do próximo verão todos os jovens dos Açores, independentemente da sua situação económica ou social, poderão obter "on-line" resposta a muitas questões. A base de dados é partilhada com o Instituto Português da Juventude, mas adaptada à realidade específica e local açoriana;

Pela Resolução n.º. 44/98 de 6 de Marco, foi criado o **"Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação nos Açores"**;

Entrou em execução, no início deste ano, o **Projecto Açores Regio Digital**, o qual foi elaborado para um período de 4 anos e dele constam várias acções que visam por diversas formas, aumentar o acesso de todos os cidadãos à Sociedade da informação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este ano tem lugar, pela terceira vez, a **Feira da Ciência e Tecnologia 2000**. É um projecto que se destina preferencialmente ao público jovem. Em 1998 aquela feira contou com mais de trinta mil visitantes, e em 1999 com quase 60 mil. Este ano, dada a sua concepção original adaptada à nossa descontinuidade territorial - montada a bordo do barco "Golfinho Azul" - poderá ser visitada por todos os açorianos independentemente da ilha em que vivam, em efectiva igualdade de oportunidades.

Assim, criam-se, de novo, condições para:

Elucidar as forças vivas da Região sobre as matérias de extrema importância relacionadas com a Sociedade da Informação nos Açores;

Mostrar que o meio empresarial regional tem apetência pela inovação e está empenhado no desenvolvimento económico dos Açores, através da divulgação dos seus produtos no âmbito da ciência e da tecnologia;

Dar à comunidade científica a oportunidade de divulgar o seu valioso contributo no desenvolvimento científico e tecnológico dos Açores;

Proporcionar aos estudantes um espaço onde eles possam experimentar, investigar, navegar na Internet - aprendendo a pesquisar, contactar com o computador, ou seja, dar-lhes a possibilidade de conhecerem, utilizarem as mais variadas ferramentas que a tecnologia vai pondo ao dispor do dia a dia. Ao mesmo tempo verificam que as barreiras geográficas da realidade insular, são ultrapassadas com os novos meios de comunicação.

Os jovens têm de perceber que a chave que abre as portas do conhecimento e do desenvolvimento, é, hoje, e continuará a ser no futuro, a capacidade de utilização de todas as ferramentas disponíveis na "dita" Sociedade da Informação.

Os responsáveis pela educação, nomeadamente, os professores, não podem alhear-se de toda esta realidade. Têm o dever de criar no meio escolar as condições para que todos os dias, todos os alunos possam estar "on-line" com o mundo e sejam parceiros activos na construção dos seus próprios saberes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todo o trabalho desenvolvido no âmbito da Ciência e Tecnologia durante estes últimos quatro anos, só foi possível porque contou com o apoio e a colaboração de

várias entidades públicas e privadas, umas nacionais e outras regionais, porém, não é demais realçar a capacidade de dinamização e coordenação, por parte da Assessoria Regional para a Ciência e Tecnologia, sem a qual nada disto seria realidade.

No entender do Grupo Parlamentar do Partido Socialista está, claramente demonstrado, que há necessidade de institucionalizar formas orgânicas mais operativas para o prosseguimento da política governamental no sector da Ciência e Tecnologia. Estamos convictos que no decurso da próxima Legislatura serão criadas as condições para legislar nesse sentido.

Disse!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"A recente visita do Governo Regional a São Jorge reavivou velhos problemas adiados pela subserviência com que os "sobas" locais entenderam pactuar ao longo destes últimos vinte anos". Citei José Contente, in Açoriano Oriental de 1 de Junho de 1996, últimos três anos, citação minha.

Exemplos: foram os "sobas" locais do Governo do PS, ou foram os grandes "sobas" que não quiseram o Matadouro das Velas, o Porto de Recreio, o melhoramento do Aeroporto e outros empreendimentos esquecidos em S. Jorge?

Quem foi o "soba", que nos planos para S. Jorge, dos anos 97/98/99, já de si miserabilistas, permitiu que estes fossem executados em tão fraca percentagem. Que "soba" ou "sobas" anuíram nos desvios destes fracos pecúlios destinados a São Jorge subtraindo-os aos magros para darem provavelmente aos gordos.

" A ilha de São Jorge, tanto pode ser considerada o coração dos Açores como um paraíso isolado, onde as dificuldades de comunicação e a orografia têm permitido a perpetuação de alguns caciques e o grassar das suas impunidades" - José Contente in artigo supra citado.

Perante tal citação, vamos a factos: as dificuldades de comunicação estão a ser vencidas com o melhoramento e ampliação de aeroportos noutras ilhas menos penalizadas e carenciadas que São Jorge?

Enquanto o desta ilha se mantém na rejeição!

Exemplos: nos primeiros quatro meses deste ano foram cancelados 28 voos para S. Jorge: 9 em Janeiro, 5 em Fevereiro, 3 em Março e 11 em Abril.

Sem bairrismos, em nome da verdade, do desenvolvimento harmónico desta Região e das prioridades pergunta-se: em igual período quantos voos foram cancelados para o Pico, quantos para o Faial e quantas das ligações diárias de barco não foram feitas entre estas duas últimas ilhas?

Pergunta-se:

Que estudos se estão fazendo acerca do melhoramento do actual ou até construção de um novo Aeroporto em S. Jorge, noutra localidade da ilha que possua melhores condições, se as houver, e que permita às aeronaves operarem com mais frequência e segurança nesta ilha?

Pergunta-se:

Tem o Governo Regional a noção dos prejuízos económicos, morais e de descrença no investimento, que o cancelamento destes voos causam e tem causado a S. Jorge?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Este Governo não tem?! Se calhar o anterior tinha!

O Orador: Quanto "à perpetuação" de alguns caciques, tem-nos sido dado confirmar que eles já estão instalados. Esperamos é que o povo açoriano, não lhes dê a perpetuação! E que o grassar das suas impunidades seja o quanto antes desmascarado, através de inspecções isentas, sem medo da sua sombra ou de quem as tutela. Que o grassar das suas impunidades arrume de uma vez por todas a execrável tesoura do antes do 25 de Abril que parece desenterrada e que agora refasteladamente se parece ter instalado na RTP - Açores a tesourar a seu belo prazer aquilo que não convém nem interessa que o povo saiba.

Com transparência correremos o risco de ter talvez menos "festarolas" nalguns lados e menos fogo de artifício noutros.

Se assim for, talvez se deixe de exigir a inscrição no partido para vender um lote de construção etc, etc, etc.

"Agrilhoados às malhas tenebrosas destes 'Judas do povo' que forjam algemas servis com a precaridade do emprego e com o peso do cimento, dos blocos, da areia e da lenha, São Jorge vive no mistério do sigilo e nas investidas da relegação de todos quantos mantêm a sua verticalidade" citei José Contente in artigo supra-citado.

"Agrilhoados às malhas tenebrosas destes Judas do povo" os faialenses e os picarotos sinistrados e em menor grau os jorgenses, graças a Deus, já sabem como estes grilhões pisam, pesam, ferem e castigam sem dó nem piedade. Mas quanto às algemas servis com a precaridade do emprego, será bom talvez lembrar que as coutadas destes "judas do povo", começam a ficar cheias de trabalhadores precários.

Em São Jorge, ainda há pouco tempo, entraram de trambolhão pela porta de um serviço, sete destes trabalhadores. Mas talvez aí para o lado da SATA Internacional e outros sejam às dezenas para não falarmos nas centenas. Por outro lado, a precaridade do rendimento mínimo começa a dar desempregos e, infelizmente, àqueles que mais necessitavam deles, talvez porque se negaram a enfiar as algemas servis. Talvez porque não se deixaram agrilhoar às malhas tenebrosas destes "judas do povo". Estes então forjaram-lhe as algemas da fome, da miséria da relegação não poupando nem as crianças.

"Com o peso do cimento, dos blocos, da areia e da lenha, São Jorge" construiu e reconstruiu mais de 70% do seu parque habitacional e anexos. O que não aconteceria hoje, a fazermos fé no que se vê no Faial e Pico, sob a tutela dos "sobas" e "judas do povo". E aqui damos razão ao articulista quando afirma que " São Jorge vive no mistério do sigilo e nas investidas da relegação de todos quantos mantêm a sua verticalidade."

Porque mais sigilo que este Governo mantém em relação àquela ilha não pode haver, porque maior relegação também duvido que haja e isto apenas e só apenas porque os jorgenses mantêm a sua verticalidade.

A atitude apóstata do articulista para com São Jorge, não lhe penitência os seus pecados, mas confirma as suas apetências acumuladas, os seus prepotentes objectivos, as suas desmedidas ambições e confirma a si e aos seus concidadãos o

quanto gosta do chão sagrado que nos viu nascer. Sem pretender ser parlamentar iluminado, não quero com esta intervenção deixar os jorgenses perplexos mas sim esclarecidos da moléstia que os suga, de quem são os dragões impenitentes e avessos ao desenvolvimento da nossa ilha.

Eu constato que as profecias deste Zandinga, se estão a realizar. Apenas é de admirar como é que este mago da profecia, não previu que quem "cospe para o ar" está sujeito a levar com o cuspo na cara. Como também não compreendo porque é que depois de profetizar tanta imodéstia aplica tanta arrogância, tanta prepotência e tanta relegação. Disse.

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Tira antes as algemas!

(Risos dos deputados da bancada do PS)

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Manuel Brasil:

V. Ex^a. veio para aqui com adjectivos que não lhe ficam nada bem. E vou explicar-lhe porquê.

O Sr. Deputado em anteriores legislaturas dizia uma coisa e hoje vem para aqui dizer outra.

Eu vou ler um excerto do Diário das Sessões, só para lhe tirar a fotografia da sua postura de então.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Ah, agora o senhor é fotógrafo?!

O Orador: A determinada altura, no passado, o Sr. Deputado dizia nesta Assembleia o seguinte:

"Eu precisava que o Sr. Deputado me esclarecesse" - e referia-se à minha pessoa - "sobre quais são as escolas que o senhor conhece em S. Jorge com o estuque a cair em cima da cabeça dos alunos?".

E mais adiante acrescentava o seguinte:

"Quanto à questão do porto do Norte Grande, como V. Ex^a. muito bem sabe, é um porto de recreio e não um porto de pesca, uma vez que não tem lota nem pescadores matriculados. Não sei se V. Ex^a. sabe disso".

Gostava que o Sr. Deputado me esclarecesse acerca destes assuntos, para não fazer um retrato miserabilista de S. Jorge, conforme fez aí".

Ora bem, o Sr. Deputado tem-se fartado nesta legislatura - tal como os seus colegas de bancada - de falar no porto do Norte Grande. Mas no passado, dizia que não seria de se fazer uma intervenção neste porto, porque ainda não havia lá pescadores. E acrescentava ainda que eu estava a defender, nessa altura, os interesses dos meus *compadres*, que não os tenho lá, como sabe!

Neste momento, diz o Sr. Deputado que aquela é uma das obras importantes para S. Jorge.

Quanto a mim, eu já dizia no passado que era uma obra importante e continuo a dizê-lo hoje, pois é importante que se faça algo para criar melhor operacionalidade e servir melhor os pescadores de S. Jorge, ao nível da reabilitação daquele porto.

Por isso, reclassificámos o porto. Ou seja, foi para atribuir-se mais responsabilidade ao Governo Regional, que se reabilitou o porto do Norte Grande.

Relativamente a essa estrutura, o Sr. Deputado bem sabe que foram os seus governos que, com a sua negligência, fizeram com que o mar destruísse o varadouro e inclusivamente, se não tivesse sido este Governo a fazer a consolidação da plataforma do cais, ele também já não existiria, porque já vinha "adoentado" desde o tempo dos Governos do PSD.

Por outro lado, o Sr. Deputado veio falar no porto de recreio das Velas e eu devo reafirmar que já foi dito imensas vezes, nesta Casa, que aquele porto é uma obra para ser feita, tendo já este Governo adjudicado o respectivo projecto, o qual já está em execução, aliás como o Sr. Deputado muito bem sabe.

Não há muito tempo, aquando da apresentação do livro do Sr. Dr. José Andrade, ouvi um colega da sua bancada dizer que este Governo prometia para não cumprir, enquanto que no passado prometia-se e fazia-se.

Ora, isso é uma perfeita mentira Sr. Deputado!

Eu quando vim para esta Casa em 1988, constava do Plano e Orçamento desse ano, por exemplo, a construção da escola da Boa Hora. Mas é este Governo de agora que está a fazer essa construção.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Em boa hora!*

O Orador: Eu estou a referir-me a 1988, Sr. Deputado!

Em 1990 apareceu no plano de então a pavimentação betuminosa das estradas do Norte, a qual só foi feita o ano passado e por este Governo, dez anos depois!

O Sr. Deputado sabe que a estrada do Topo é outro caso destes. Ou seja, apareceu no Plano de 1990 e só foi executada em 1996!

Bem, sobre esta matéria fico-me por aqui, à espera de ver a sua reacção.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não fique, diga mais!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Ele agora vai revelar a fotografia!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo... (parece que não existem!):

Se quiser posso dar-lhe uma cópia da minha intervenção, porque tenho muitas mais para fazer acerca deste assunto.

Tudo o que eu disse tem uma adjectivação que não fui eu que a criei, mas sim do Sr. Dr. José Contente, está a perceber?

Se quiser, cedo-lhe a si e a toda a sua bancada uma fotocópia do precioso artigo que ele escreveu.

Por isso, sobre este assunto estamos falados.

O Sr. Deputado não fez qualquer referência à minha intervenção.

Como diz o outro, o senhor "pegou na pá e na picareta e foi cavar para o quintal!".

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

O Sr. Deputado tem que começar a ter outra postura, porque acaba sempre por ficar "a cavar no quintal". É que, depois, ficam as pedras à mostra e não há mais resultado nenhum.

Mas vamos a duas ou três coisas que o senhor falou, já que não quis falar da minha intervenção.

O Sr. Deputado não tem argumentos para rebater o que quer que seja acerca da minha intervenção, porque sabe que é verdade tudo o que eu disse. E há muitas mais verdades do que as que foram ditas nesta minha intervenção.

Portanto, é preciso também que aqui fique registado que o senhor anda a tentar fugir ao presente e ao futuro que já lhe pertence nalguma coisa.

O Sr. Deputado não pode sair daqui "com as asinhas brancas", porque elas já têm as pontas muito queimadas, em todo este processo!

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

E é preciso ver até onde é que elas estão queimadas!

Pelo que eu vejo aqui, se calhar já estão negrinhas como o carvão!

Deputado João Cunha ((PSD): Ora bem!

O Orador: Mas vamos ao caso do porto do Norte Grande.

Eu ouvi o Sr. Deputado dizer uma coisa muito engraçada, ou seja, o senhor diz "só agora nós é que...". E eu pergunto "nós" quem?!

Foi a bancada do PS?! Foi o Sr. Deputado?!

É claro que não. Fomos todos nós nesta Assembleia, porque a proposta saiu primeiro da bancada do PSD. E se quiser saber mais, ela até saiu de mim.

Deputado António Gomes (PS): Está a faltar à verdade, Sr. Deputado!

O Orador: O porto do Norte ficou adoentado pelo Governo do PSD. É verdade que sim, Sr. Deputado - admito perfeitamente isso. Mas o problema é que este Governo esteve lá para tapar um buraco e deixou o porto ainda mais adoentado do que ele estava antes.

Aliás, este Governo nem sequer fez uma operação ou uma cirurgia. Colou um *penso rápido* que qualquer dia desaparece e fica o desgraçado do porto a morrer da moléstia não é?!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Portanto, Sr. Deputado, vamos falar de coisas concretas.

O "cavar no quintal" por vezes mostra as pedras que começam a aparecer, ou até outras coisas que a gente tem lá enterradas que não quer que apareçam - atenção!

Sabe o Sr. Deputado que muitas vezes o quintal servia de lugar onde se escondia coisas que não interessavam aparecer?!

Portanto, cuidado com isso!

E agora quanto ao porto de recreio das Velas, diz o senhor que o projecto está a ser feito.

Eu vou dizer-lhe uma coisa: os projectos que o seu Governo está a fazer para S. Jorge, são tantos os que o senhor já disse, que eu duvido que os gabinetes de projectistas trabalhem para mais alguém neste País que não seja para este Executivo.

Só que, infelizmente, estão a fazer os projectos, mas eles nunca mais acabam.

São as eternas "obras de St^a. Engrácia", começaram mas não acabaram e nós ficamos sem saber qual o tipo de projecto.

Ninguém nos pergunta nada acerca deles, pelo menos a mim, nunca ninguém me perguntou nada, nem sequer o senhor fez isso, porque não explica que tipo de projecto estão a fazer para o porto de recreio de Velas, se vão fazer a obra ou não, e assim por aí fora.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Pronto, encalhou!

O Orador: Portanto, julgo que nesse aspecto, estamos conversados.

Por outro lado, e voltando ao caso das escolas, especialmente aquelas que os senhores reivindicam como sendo obras vossas, como as da Calheta, nem sequer se lembram que as grandes obras de reparação nesses edifícios não pertencem só ao Governo e que ainda assim foram buscar os tais 15% às Câmaras que é muito mais do que isso, a avaliar pela obra que está lá feita e que podiam ter sido aplicados em benefício das autarquias, noutras coisas que eles têm só da sua exclusiva responsabilidade.

Fala-me agora o Sr. Deputado na escola da Boa Hora.

Ó Sr. Deputado, também seria possível este Governo estar 4 anos a governar e, pura e simplesmente, desconhecer que existe uma ilha nesta Região chamada S. Jorge e não fizesse lá uma coisa que fosse?!

Oxalá que faça a escola da Boa Hora, mas penso que ela não vai ser inaugurada ainda este ano.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): O Governo anterior esteve 12 anos e não fez nada!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dar algumas achegas, na sequência da intervenção do meu colega de bancada, Deputado Manuel Brasil.

O Sr. Deputado António Gomes veio dizer que nós agora afirmamos uma coisa e há uns anos atrás dizíamos outra.

Eu passo a ler um excerto de uma intervenção sua que dizia assim:

"Neste passo de caranguejo, no fim deste século, estaremos à espera da ampliação do porto do Norte Grande".

Ampliação do porto do Norte Grande, ninguém está a falar aqui de pequenas reparações como consequência de temporais.

E continuando, dizia:

"... das obras de beneficiação do porto do Topo, Fajã dos Vimes e Calheta".

Isto era o que o Sr. Deputado dizia nessa altura. Portanto, acho que a coerência só lhe fica bem.

Já ontem ou anteontem, este papelinho que eu aqui mostro e que é o panfleto entregue em 96 com a lista dos candidatos do seu partido e o que eles iriam defender para S. Jorge, com as promessas e os compromissos dos candidatos do PS/Açores para com a nossa ilha. E dizia o seguinte: *"Melhoria das condições do porto do Norte Grande, Topo, Fajã dos Vimes e S. João"*.

Já que ontem propus, faço hoje novamente a proposta: nós estamos dispostos em S. Jorge, a criar associações dos Amigos do Norte Grande, do Topo, da Fajã dos Vimes - essa já não é preciso, porque o senhor já a criou, até é o Presidente e, pelos vistos, vai receber apoio, mercê de um protocolo com o Governo para a execução do porto - e também podemos criar uma Associação dos Amigos da Fajã de S. João. E, assim, ficaremos com os nossos problemas resolvidos.

Portanto, penso que vir aqui dizer que nós no passado dizíamos uma coisa e agora já dizemos outra, não é correcto.

Em relação ao artigo de que falou o meu colega de bancada - eu já mandei fotocopiar e distribuir por todos os elementos da sua bancada - sinceramente, Sr. Deputado, não é assim que se deve tratar os jorgenses. Isto não é sequer uma ofensa para mim ou para os outros deputados do PSD de S. Jorge, mas sim para os jorgenses em geral.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há outros assuntos que foram aqui trazidos, nomeadamente a ampliação do aeródromo de S. Jorge, é verdade que este ano tem sido um ano crítico nesse aspecto, nomeadamente no cancelamento dos voos dos aviões da SATA para esta ilha, o que é realmente um grande prejuízo.

Espero que o próximo governo que vier, tenha em conta a ampliação deste aeródromo, para melhorar a sua operacionalidade.

Penso que nós em S. Jorge - e acho que somos uma oposição responsável - não exigimos aeroportos internacionais, nem queremos roubar aviões a ninguém. Mas nós precisamos e queremos um aeródromo que nos dê melhores condições de operacionalidade, para não acontecer o que tem acontecido.

Relativamente ao porto de recreio, Sr. Deputado, tanto quanto eu sei e vi publicado, foi lançado o concurso para uma empresa que queira concorrer para a execução do projecto. Ou seja, uma empresa que fizesse o projecto e não executá-lo.

Eu penso que nesta fase, passados que são 4 anos deste Governo, falar no porto de recreio, embora este assunto já tivesse começado a ser falado em 94 ou 95, através de alguns desenhos ou ante-projectos apresentados pela Câmara Municipal das Velas, esta situação passa por outra solução.

Quanto a mim, a ampliação do prolongamento do cais das Velas por parte deste Governo...

Deputado Luís Resendes (PS): Onde é que eu já ouvi isto antes...?

O Orador: ... deixará para outra entidade a construção desse tal porto de recreio que, depois do prolongamento do actual porto, digamos que constará apenas de algumas plataformas, não será preciso uma infraestrutura. Mas eu não sou técnico, isto é apenas o que eu tenho ouvido de algumas pessoas que entendem deste assunto.

Portanto, é nisso que é preciso pensar e não tentar fugir à questão. Aliás, este assunto já foi lançado para discussão pública, nomeadamente na Ilha de S. Jorge, nalguns órgãos de comunicação social locais. Só que eu vejo muita renitência por parte do Partido Socialista, sobretudo pelos PS's de S. Jorge, em não querer falar neste caso, concretamente dizendo "não, nós temos um projecto para a execução do porto", quase como que dizendo que não vale a pena mexer nisso agora.

Nós temos que nos situar no presente e planear o futuro. Se isso custa esperar mais 2 anos para termos uma infraestrutura em condições, vale a pena esperar esse tempo, porque não há muito tempo pensávamos que o ano 2000 era uma coisa que nunca mais chegava e já estamos no mês de Maio desse mesmo ano.

Portanto, acho que é preciso ter essa seriedade, essa responsabilidade, em vez de andar aqui "com paninhos de água quente", a dizer "nós prometemos isto e aquilo, está feito e pronto".

Sobre a questão das escolas, já ontem neste plenário se falou sobre elas, e o Sr. Deputado Francisco Sousa até disse que lhe tinham dado um nome interessante - as Escolas do Concelho da Calheta ficaram conhecidas como "Escolas da Benetton" - estão com muita qualidade e, efectivamente, o Governo teve a sua parte nisso (também não fez mais do que o seu dever!), a Câmara Municipal da Calheta, na pessoa do meu colega Deputado Aires Reis que foi quem conduziu aquele processo, de facto, tem o seu mérito. E nesse aspecto - os senhores podem *esfolar-se* todos! - quem protagonizou aquilo foi a Câmara Municipal da Calheta, com a colaboração do Governo, aliás, já ontem o Sr. Secretário da tutela disse aqui, e ainda bem, que é a prova do entendimento de todos, o que veio beneficiar toda a gente.

Portanto, não podemos estar aqui a "puxar a brasa para a nossa sardinha", dizendo que os outros não têm mérito algum neste processo.

Sobre este assunto, ficar-me-ia por aqui, pois quis apenas dar estas aporções neste debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lamento, mas não posso responder à maioria das questões do Sr. Deputado Manuel Brasil, porque infelizmente não consigo percebê-las, tenho alguma dificuldade nisso.

Deputado João Cunha (PSD): É, não convém!

Deve estar com as asas chamuscadas!

O Orador: Mas queria, de facto, voltar a uma questão, esclarecendo-a convenientemente.

Falando do porto do Norte Grande, agora o Sr. Deputado diz que foi o autor da proposta que prevê a inclusão daquele porto na nova classificação.

Deputado João Cunha (PSD): E é verdade.

O Orador: Isso é uma grande mentira!

O Sr. Deputado tem tanto direito de dizer que foi da sua autoria, como também tenho o direito de dizer que fui eu.

Deputado João Cunha (PSD): Não senhor!

Queria que fossem os dois, mas não tem sorte!

O Orador: O Partido Socialista apresentou uma proposta de alteração, na qual incluiu o porto do Norte Grande, aliás, como não podia deixar de ser.

E mais: essa inclusão foi a meu pedido.

Deputado João Cunha (PSD): Do seu grupo parlamentar! Os senhores fizeram isso encapotadamente!

Deputado Mark Marques (PSD): Pelo amor de Deus, Sr. Deputado!

O Orador: Srs. Deputados, eu pensei que tínhamos ficado esclarecidos quanto a portos na Ilha de S. Jorge.

Parece que o Sr. Deputado Mark Marques acabou por dar "mais um tiro no pé!"

O Sr. Deputado volta a fazer referência ao porto do Norte Grande, ou ao porto da Fajã do Ouvidor, ao porto do Topo, ao da Fajã dos Vimes e o de S. João, mas sabe perfeitamente - e eu vou ter que dizê-lo aqui mais uma vez - que a Fajã dos Vimes já teve um porto, só que por negligência dos Governos do PSD, o mar destruiu-o completamente!

Deputada Berta Cabral (PSD): Por negligência do mar foi?!

O Orador: Sim, por negligência dos Governos do PSD, porque não lhe deram o tratamento que ele precisava na devida altura.

Quando ele começou a abrir fissuras, os senhores viraram-lhe as costas. Por isso, o que aconteceu foi que o mar não deu tréguas e destruiu o porto da Fajã dos Vimes!

Este Governo...

Deputado João Cunha (PSD): *Desgovernado!*

O Orador: Este Governo entendeu que um porto nesta localidade seria importante para a sua população.

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não disse o contrário.

O Orador: Foi este Governo que muito bem entendeu que devia atribuir um subsídio, a pedido da Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes, para que aquela localidade tivesse o seu porto.

Deputado Mark Marques (PSD): Pois é, é tudo uma questão de *amizade!*

O Orador: Mas o Governo já teria atribuído um subsídio à Junta de Freguesia da Ribeira Seca, ou à Câmara Municipal da Calheta, se efectivamente tivesse havido diligências nesse sentido. Só que não fizeram quaisquer esforços.

Teve que ser a Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes e o Governo, por pensarem, e bem, que era importante esta infraestrutura naquele local, pelo que se apoiou esta associação.

O Porto da Fajã de S. João já foi o dobro do que é. E está da forma que está, pela negligência dos anteriores Governos do PSD. Porque aconteceu neste porto exactamente o que aconteceu no porto da Fajã dos Vimes, ou seja, o mar destruiu parte do porto.

Deputado João Cunha (PSD): E estes 4 anos não é negligência?!

O Orador: O Porto da Fajã do Ouvidor tinha uma rampa de varagem. Hoje já não a tem, e porque governava o PSD, ela começou a apresentar problemas ao nível da estrutura, acabando por ficar totalmente destruída.

Foi este Governo que atendeu, em devido tempo, ao problema do porto da Fajã do Ouvidor, por forma a que hoje ele ainda exista.

O Sr. Deputado do PSD Mark Marques sabe muito bem que este Governo já fez um estudo para aquele porto. E se não sabe, peça informação. Eu até posso dizer-lhe o valor, são cerca de 150 mil contos. E o Governo está a tentar fazer essa intervenção.

Deputada Sandra Bessa (PSD): Isso já nós sabemos!

O Orador: De maneira que os senhores não podem vir para aqui ignorar aquilo que sabem, isto é, de que existe efectivamente um estudo para o porto da Fajã do Ouvidor e até sabem os valores.

O Sr. Deputado sabe, porque já foi dito aqui anteontem pelo Sr. Secretário, que a obra para a beneficiação do porto da Calheta terá a sua resolução publicada amanhã. Então, porque é que vem insistir sempre na mesma coisa?!

Deputado Mark Marques (PSD): E o do Topo?

O Orador: Felizmente, este Governo mandou fazer um projecto para a beneficiação de um porto, em condições. E os senhores tinham mais 5 soluções para o porto da Calheta, para inviabilizar mais a sua operacionalidade do que ela já está.

Agora temos um bom projecto para a beneficiação do porto da Calheta de S. Jorge.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Deve ser um arquitecto lá da sua zona.

O Orador: Depois veio com a ampliação do porto das Velas. Pois, eu vou dizer-lhe apenas que o Sr. Presidente do Governo tem, já há muito tempo, um documento escrito por mim, no qual é feita referência à ampliação daquele porto. Eu pus "preto no branco" tudo acerca daquele porto, no sentido de sensibilizá-lo para a ampliação do porto das Velas. E o senhor queria vir dizer para aqui que eu estava contra essa ampliação?!

Oh Sr. Deputado, pelo amor de Deus, tenha tino nessa cabeça!

Deputado João Cunha (PSD): Ah então foi o Sr. Presidente do Governo que foi negligente!

Deputado Mark Marques (PSD): Se calhar o Sr. Presidente do Governo não recebeu a sua carta.

O Orador: Sr. Deputado, eu escutei-o enquanto falou, por isso também gostaria que me escutasse agora.

Quando o senhor diz que eu agora faço muitas referências ao porto de recreio, esquecendo a ampliação do porto das Velas, a questão é tão simples quanto isto: em primeiro lugar, pensou-se no porto de recreio, esse processo está em curso, então porque é que não se deixa chegar ao fim para que as Velas tenha esse porto. Eu sei que é importante que a Ilha de S. Jorge tenha um porto de recreio e é óbvio que aquela Vila é que tem melhores condições para tal.

No entanto, quando agora me refiro ao porto de recreio, não quero dizer de maneira alguma que não se deve ampliar o porto das Velas. Eu acabei de dizer ao Sr. Deputado que, inclusivamente, enviei um documento ao Sr. Presidente do Governo - posso até fornecer-lhe um exemplar de algumas partes, não de todo o documento, pois isso seria facilitar-lhe o seu trabalho de campanha eleitoral e eu não estou para isso, o Sr. Deputado trabalhe! - no qual refiro a necessidade da ampliação daquele porto.

Deputado Mark Marques (PSD): Não preciso da sua ajuda, muito obrigado!

O Orador: Portanto, relativamente a essa matéria estamos conversados.

Por outro lado, falou-se aqui das escolas e eu devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Calheta teve a humildade de reconhecer a intervenção do Governo ao nível da recuperação do parque escolar do 1º ciclo do ensino básico. Só o senhor é que não quer reconhecer aqui nesta Casa - isso fica-lhe muito feio!

Deputado Mark Marques (PSD): Não senhor!

Eu também reconheci isso aqui. Não ponha coisas na minha boca que eu não disse!

O Orador: O Sr. Deputado pretende ignorar que a escola das Velas há 15 anos vinha a precisar de obras de conservação e que agora elas já estão feitas, o que se deve a este Governo.

O senhor pertencia a uma comissão que tinha a seu cargo as escolas, por isso sabe muito bem que visitámos as escolas das Velas, na vigência do Governo do PSD, e também sabe bem o que é que ouvíamos nesses locais, quando a comissão da qual ambos fazíamos parte visitava essas instalações.

Ora bem, neste momento, elas já estão melhoradas e isso foi feito por este Governo. Aliás, todo o parque escolar do 1º ciclo do básico de S. Jorge foi beneficiado, ao nível de recuperações.

Deputado José Maria Bairos (PSD): O Sr. Secretário da Educação tem um livro de cheques enorme...!

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Mas com fundo, Sr. Deputado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar alguns esclarecimentos, na sequência de certas afirmações que foram aqui proferidas relativamente a algumas obras.

A primeira refere-se à escola do Topo e para informar o Sr. Deputado Manuel Brasil que o projecto para a dita escola encontra-se concluído, estando neste momento a decorrer o período para reclamação dos adjudicatários. Se tudo correr bem, se não existir nenhuma reclamação, dentro de cerca de 1 mês será possível adjudicar aquela obra.

Trata-se de uma obra que se projectou e se fez em tempo recorde. Os senhores nem sequer tinham pensado nela, nunca foi vossa intenção criá-la, mas este Governo resolveu criar a escola, encomendou o projecto o qual já está pronto, lançou o concurso e provavelmente ainda terá condições de adjudicar a obra neste mandato.

Relativamente à escola da Boa Hora, o Sr. Deputado dizia que 4 anos era muito tempo, pois ela esteve 12 anos inscrita nos planos sem que se mexesse lá uma pedra que fosse. E em 4 anos da vigência deste Governo a obra começou.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos começar pelas escolas.

A escola do Topo, como o Sr. Secretário disse e muito bem, é uma obra deste Governo, mas ela foi imposta a este Executivo pelas gentes do Topo. Por isso, o senhor nunca se esqueça disso, nem aqui nem em qualquer outro lugar, tentando camuflar esse facto, porque não vai consegui-lo!

O Sr. Secretário lembra-se bem da reunião que houve na Casa do Povo de Stº. Antão, juntamente com os encarregados de educação e professores de lá, todos os deputados eleitos pelo círculo eleitoral de S. Jorge, quer do PS quer do PSD, e que aqui estão nesta Sala, reunião essa com V. Ex^a.

Deputado António Gomes (PS): O senhor não sabe o que é que está dizendo!

O Orador: E sabe perfeitamente o que é que se passou lá.

Quando o Sr. Secretário chegou lá, e sabe perfeitamente disso, a sua intenção não era de construir qualquer escola no Topo. Isso estava completamente fora dos seus projectos.

Portanto, sobre esse assunto, estamos perfeitamente entendidos.

Por outro lado, a escola da Boa Hora estava há 12 anos para ser feita. Mas há outras escolas que estão há mais do que 12 anos para serem feitas e que vão continuar. Nós sabemos que as escolas não podem ser feitas todas no mesmo dia, nem no mesmo ano, nem sequer no mesmo plano a médio prazo. Isso não é novidade para ninguém.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Já agora nem sequer no mesmo século!

O Orador: Vamos agora a duas ou três coisas que disse o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Mas fale de maneira que eu o perceba!

O Orador: Primeiro que tudo, o Sr. Deputado vai ter que me dar tempo para eu preparar uma gramática e um dicionário para oferecer-lhe, para que consiga fazer a tradução das minhas intervenções.

Deputado António Gomes (PS): Não é uma questão de tradução, mas sim de dicção.

O Orador: Quanto à minha dicção, meu caro amigo, já estou a ficar velho para ir para Alcoitão!

Portanto, vou continuar a usar aquela que tenho. Vai ter paciência, mas é com esta que eu me criei e vai ser com que provavelmente eu vou morrer.

Vamos falar do porto de recreio, já que quis falar pouco da minha intervenção.

Sr. Deputado, o porto de recreio tem sido, no meu entendimento, muito mal tratado. Tem sido desprezado, inclusivamente, por este Governo que na altura da campanha eleitoral não se esqueceu de prometer esta obra, só que não vai haver nada sobre ele durante este mandato, se calhar para o próximo. E como "o futuro a Deus pertence", se calhar calhou, senão ficará ainda para o outro e assim sucessivamente.

Eu até tenho muitas dúvidas de que esteja nas intenções deste Governo a construção do porto de recreio da Ilha de S. Jorge. E ponho aqui essas dúvidas com toda a clareza.

É que, neste momento, ainda não está sequer definido o local para esse porto de recreio. E todos os jorgenses que conhecem a Vila das Velas e o seu porto - o porto comercial de S. Jorge - sabem que ela tem o maior núcleo de pescadores da ilha, mas não tem um porto de pescas que se possa chamar assim. Logo, se não há um porto de pescas, como é que nós vamos ter um porto de recreio, um porto de pescas e o melhoramento do actual porto comercial?

É importante que exista um levantamento destas situações, coisa que este Governo não fez, nem tem intenção de fazer, a avaliar pelo que eu vejo. Mas vai falando no porto de recreio aqui e acolá, consoante a situação o exige, consoante a época (se é de eleições ou não), consoante o figurino do momento.

Não sei se o Sr. Deputado António Gomes está a perceber-me, mas se não estiver, depois poderá ler o Diário das Sessões que, espero, transmita correctamente aquilo que eu estou a dizer.

Portanto, quanto a estas situações, nunca vi este Governo dar um passo em frente.

S. Jorge precisa de um porto de pescas, porque o que lá existe agora nem sequer tem uma grua superior a 2 toneladas, a não ser a da Junta Autónoma. Mas o Sr. Deputado sabe o que é que um pescador tem que fazer quando quer varar um barco, ou seja, se tivesse as condições mínimas de varagem, não precisava de andar a pedir a A, B ou C, para depois ter que pagar o favor oferecendo peixe e outras coisas do género.

Um pescador para exercer a sua actividade em pleno, tem o direito como em qualquer outra profissão neste País, a ter o mínimo de condições, o que não se verifica no caso de S. Jorge. E não tem em nenhuma zona da ilha, ou em nenhum porto.

Por isso, é necessário que estes aspectos sejam todos vistos em pormenor, porque não se pode tentar "tapar o sol com a peneira", falando de um porto de recreio e deixando para trás uma classe piscatória que não tem quaisquer condições de trabalho. E acabam por não fazer sequer esse porto de recreio de que tanto falam.

Há ainda outro aspecto, isto é, as *negligências*, Sr. Deputado António Gomes, também podemos falar nelas.

É evidente que eu não poderia esperar que houvesse tanta negligência nos primeiros 4 anos de um governo - e oxalá que sejam os últimos!

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Deputado António Gomes (PS): 4 anos em que se fez muito!

O Orador: Mas, afinal, se a negligência que tem existido neste Governo é o *fermento* do futuro... Santo nome de Deus, o que estará para vir!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não invoque o Santo nome de Deus em vão!

O Orador: Talvez não haja negligências em dois ou três lugares de S. Miguel. Agora, de resto, nas outras ilhas a negligência é a rodos!

Só não vê quem não quer, Sr. Deputado. Ou então quem tem falta de visão, mas nesse caso, há os técnicos da especialidade para receitar as lentes convenientes!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Peço a palavra apenas para esclarecer uma afirmação feita pelo Sr. Deputado António Gomes e que é bom ficar perfeitamente esclarecida. Tem a ver com o facto de ter dito que o portinho do Norte Grande tinha passado à classe D, por proposta **dele**.

Deputado Mark Marques (PSD): Tudo mentiras!

Deputado António Gomes (PS): Não foi isso que eu disse.

Deputado Mark Marques (PSD): Foi sim senhor!

O Orador: Eu gostaria de dizer-lhe que desde que o Partido Socialista é Governo, nunca foi apresentada qualquer proposta de alteração quanto à passagem de portinhos para portos da classe D.

Havia sido feita uma proposta anteriormente, mas foi da classe D para a classe C.

Foi o Grupo Parlamentar do PSD quem propôs primeiramente a alteração de portinhos para a classe D e, justamente, do portinho do Nordeste.

Deputado António Gomes (PS): O senhor era membro do governo, quando aquele porto foi classificado de portinho.

O Orador: Não é isso que estamos a discutir. Eu estou simplesmente a esclarecer essa situação.

Na altura, na Comissão de Economia, o Grupo Parlamentar do PSD propôs que o assunto fosse analisado e estudado dentro de cada um dos grupos parlamentares, porquanto poderia haver mais alguns portos que houvesse interesse em incluir. Sujeitámo-nos, inclusivamente, a que a proposta fosse adiada. E assim aconteceu.

O PSD, conjuntamente com o PP, apresentou uma proposta na qual se incluía, para além do portinho do Nordeste, o Porto dos Anjos em St^a. Maria, Norte Grande em S. Jorge, porto Afonso na Graciosa e Varadouro no Faial.

O PS, por sua vez, também fez uma proposta de alteração, na qual incluía também o portinho do Norte Grande.

Portanto, qualquer uma destas propostas foi aprovada por unanimidade, por conseguinte, foi por iniciativa de todos os deputados desta Casa, não foi por proposta do Sr. Deputado António Gomes, na sequência de uma proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD para alteração da classificação do portinho do Nordeste - que fique aqui este esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para mais uma breve intervenção, na sequência de algo que foi aqui dito pelo Sr. Deputado Manuel Brasil.

Eu não ando à procura de louros, nem preciso disso, em relação à criação desta ou daquela escola. Mas porque estão nesta Sala pelo menos cinco pessoas que participaram na reunião que referiu, seria bom que nós esclarecêssemos bem o que é que aconteceu, já que surgiu a referência e que do meu ponto de vista não me parece muito correcta.

Efectivamente, estive numa reunião entre os pais e encarregados de educação e professores da zona do Topo, na qual discutia-se - o quê Sr. Deputado? - a extinção daquela escola, porque existia um sistema anacrónico desde 1987.

É óbvio que a posição dos professores era a de mantê-la, assegurando os seus postos de trabalho. Uma pessoa que lá estava queria manter uma rede de transportes que existia.

Posição dos pais? Temiam que o facto da extinção da telescola obrigasse as crianças com 9, 10 anos a fazer o percurso entre o Topo e a Calheta, que é um percurso excessivamente penoso.

Essas foram as posições que estiveram em discussão.

Que eu me lembre, nessa reunião não houve ninguém que estivesse a discutir a criação de qualquer escola. Discutia-se, sim, a extinção ou não daquela telescola.

A criação de uma escola naquela zona, resultou de um outro processo totalmente autónomo em relação a este. Ou seja, resultou da reformulação do sistema educativo e aquela escola nasceu da mesma forma que nasceram as escolas de Ginetes, Maia, Furnas, áreas escolares de S. Carlos, etc., que seria demasiadamente fastidioso estar a enumerá-las todas aqui, porque são 13.

Foi nesse processo de reorganização do sistema educativo que se criou esta escola do Topo.

Aquilo que resultou dessa reunião e do diálogo que foi mantido, um diálogo sério com os pais e professores, foi uma outra decisão, Sr. Deputado. Foi a decisão de, manter a decisão anterior de se extinguir a telescola, mas em vez de durante alguns anos até que a escola estivesse construída, transportar as crianças do Topo para a Calheta, então resolveu-se criar uma escola com carácter provisório, que era a escola que ia ser criada no Convento de S. Diogo no Topo. Essa é que foi a decisão que resultou dessa discussão. Ou seja, não foi a criação da escola, mas sim, o avanço do processo, em vez de se esperar até que a nova escola estivesse construída, conforme se está a fazer nos Ginetes ou em S. Sebastião, em que passou-se a fazer o transporte para a antiga Vila do Topo e para o Convento de S. Diogo, que é um espaço que estava disponível. Na altura, ninguém sabia que esse espaço estava disponível, no dia seguinte - creio até que o Sr. Deputado acompanhou-me - visitámos as duas freguesias em causa, à procura de um espaço adequado, e encontrou-se esse espaço no Convento de S. Diogo.

Esta é que é a realidade.

Os professores que reivindicavam a manutenção da telescola, foram colocados noutra sítio, mercê da extinção da mesma naquela altura e creio que o processo evoluiu de forma satisfatória para todas as partes interessadas, quer para o bom funcionamento do sistema educativo quer para os pais, e particularmente para os alunos daquela zona, através da criação de um conjunto de instalações no Convento de S. Diogo que foram primeiro provisórias, entretanto já se fizeram lá mais obras que permitiram a adaptação final de uma parte do Convento e que agora vão ter a sua consecução final,

provavelmente com o arranque ainda este ano da construção do anexo àquele Convento e que vai permitir o alargamento do espaço e outra qualidade de ensino.

Esta é que é a história, na qual participaram os pais e as populações do Topo e Stº. Antão - e ainda bem que foi assim - houve uma discussão que foi importante, porque permitiu esclarecer um conjunto de questões. Realizou-se aquilo que já estava proposto, ou seja, a extinção da telescola que aconteceu naquele ano, como o Sr. Deputado sabe, e permitiu-se dar uma melhor qualidade ao sistema educativo.

É este diálogo e este contacto entre pessoas que, creio, muitas vezes faz funcionar as coisas melhor.

Eu não estou à procura de louros, mas que cada um fique com aquilo que fez. E o Sr. Deputado estava lá, e como o senhor, estavam lá mais pelo menos outras quatro pessoas que estão aqui nesta Sala e que podem testemunhar exactamente isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não é meu hábito intervir sobre questões da Ilha de S. Jorge, nem vou fazê-lo expressamente para isso. Mas já que se falou dessa ilha, não posso deixar de manifestar a minha indignação, como açoriano, face a um artigo que vem no jornal Açoriano Oriental, escrito pelo Vice-Presidente do Partido Socialista e Secretário Regional da Habitação.

Permitam-me que vos diga que a linguagem utilizada neste artigo...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso foi em 96.

O Orador: Mas ele é o actual Secretário da Habitação e não é o poder que deve retirar os princípios.

Pelo facto de em 1996 ele não ser membro do Governo e sê-lo agora, a forma como falou de S. Jorge, a forma como fala do Deputado de S. Jorge, como fala dos responsáveis políticos de S. Jorge, a forma como se ataca e se insinua aqueles que desempenham funções políticas, tal como exercem outros noutros partidos, demonstra uma arrogância, uma linguagem quase arruaceira, que é imprópria de

quem tem responsabilidades políticas e que, neste momento, tem responsabilidades governativas.

Eu sou cidadão dos Açores, eu sou açoriano. Eu não votei no PS, mas este é o meu Governo.

Não posso aceitar que quem exerce funções governativas, trate com menosprezo os Deputados do PSD da Ilha de S. Jorge, como aqui é feito neste artigo, onde procura insinuar que os responsáveis políticos do PSD/S. Jorge estão envolvidos em *negociatas*, que são *dragões que reptam na corrupção*.

Trata-se de uma linguagem utilizada pelo Sr. Secretário que acabou de entrar na Sala neste momento.

É inaceitável, intolerável e é incompreensível numa sociedade desenvolvida como se quer a nossa, que um responsável político, que agora exerce funções governativas, trate a oposição e aqueles que desenvolvem uma actividade política, trate responsáveis políticos de outros partidos com esta linguagem!

É esse o Governo que prega a humildade e o diálogo?!

É esse o Governo que diz que ganhará com humildade democrática em Outubro?!

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de colocar uma questão ao Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais que... não está neste momento na Sala, mas de qualquer forma vou fazê-la e pode ser que noutra oportunidade ele possa responder-me, ou alguém presente.

Tem-se falado aqui algumas vezes nesta Assembleia sobre a recuperação das escolas do 1º ciclo, tentando - cada um, Governo e Câmaras - ter a paternidade dessas obras nesses edifícios.

A informação que eu tenho, e que queria ver confirmada porque tenho quase a certeza de que corresponde à verdade, é que essa recuperação é feita pelas Câmaras Municipais, com 15% do seu orçamento...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Ora assim é que se procede.

A Oradora: ... sendo os outros 85% provenientes de fundos comunitários, que vêm do plafond do Governo. E essa é a única nuance, é a única questão onde o Governo entra. Ou seja, o Governo disponibiliza, do seu plafond nos fundos comunitários, 85% da recuperação das escolas do 1º ciclo.

Convém também afirmar que essa recuperação é feita pelas Câmaras, integralmente paga por elas, e só quando têm os documentos justificativos é que vão aos fundos comunitários receber os outros 85% a que têm direito, por força de um contrato ARAAL assinado pelo Governo.

Esta é a informação que eu tenho e tenho quase a certeza de que ela corresponde à verdade. No entanto, gostaria de ver aqui confirmada, para que não se continue numa discussão de um é que fez e o outro é que fez quando, na verdade, este é um esforço financeiro - não interessa aqui de que partido são as Câmaras em causa - de todos. E digo mesmo que há Câmaras do Partido Socialista que têm feito um grande esforço nesta área, mas têm-no feito à sua custa, à custa do orçamento da Câmara. E muito mais tarde é que recebem os 85% dos fundos comunitários.

A minha preocupação é pôr esta questão aqui com todo o rigor, porque já vi várias vezes a situação ser discutida sem o mínimo de rigor, em matéria de repartição de encargos.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para um esclarecimento muito rápido, até porque o tempo está a ficar curto, no entanto, não posso deixar passar este momento sem fazê-lo perante o que disse o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Relativamente ao porto do Norte Grande, acho que o senhor não percebeu aquilo que eu disse, quando entrei em discussão com o seu colega Deputado Manuel Brasil.

Sobre isso, gostaria de acrescentar que antes da classificação do porto do Norte Grande para a classe D, este Governo já tinha na sua posse um estudo para aquele porto, que encomendou ao Sr. Eng. Oliveira, para uma intervenção nessa

infraestrutura portuária, antes mesmo de o classificar. Logo, este Governo já sabia da importância do mesmo. Os senhores é que ignoraram sempre isso.

Quanto ao varadouro do porto do Norte Grande, "morreu" quando o senhor era Director Regional das Pescas. E o porto da Fajã dos Vimes e o da Fajã de S. João "morreram" também nas suas mãos, porque é que era Director Regional das Pescas na altura.

A diferença que existe é essa!

Mas ainda vou dizer-lhe mais. Antes de se classificar o porto do Norte Grande, "esqueceu-se" a bancada do PSD de que já tinha dito que não valia a pena intervir naquele porto, porque não havia pescadores. Só que este Governo já tinha prometido e tornado público que ia colocar uma grua este ano no porto do Norte Grande, muito antes da classificação acontecer.

Portanto, sobre esta matéria, julgo que estamos entendidos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr^a. Deputada Berta Cabral:

Vamos esclarecer uma questão.

Eu sei que os senhores estão desesperados para encontrar alguns louros neste processo. Eu já disse que estamos à disposição de partilhar isso convosco, porque louros temos tantos que alguns desses não nos fazem falta.

Vozes de alguns deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Mas, deixe-me dar-lhe um pequeno esclarecimento.

Efectivamente, este processo começou através da cedência de plafond do Governo, ou seja, das verbas da União Europeia que estavam destinadas ao Executivo e às Câmaras. E assim foi, até que se esgotaram as verbas disponíveis. A partir daí, passou a ser o orçamento regional a suportar por inteiro este processo. Ou seja, até cerca de meados de 99, houve um contributo dos fundos da União Europeia, mas que eram fundos do Governo, que faziam parte do nosso orçamento. A partir de então passou o

orçamento regional a suportar, porque a medida **Educação** do PEDRAA II tinha-se esgotado.

Foi isso que aconteceu e é isso que está a acontecer.

Para manter este processo, e porque era muito importante recuperar as escolas do 1º ciclo, este Governo tem vindo a inscrever - e no caso do ano 2000 inteiramente - verbas do orçamento regional, cuja proveniência nem sequer é da União Europeia e é esse dinheiro que está a ser usado para fazer essa recuperação.

Portanto, houve realmente utilização de verbas do plafond do Governo que eram nossas e que podíamos tê-las usado para outro fim qualquer, mas decidimos usá-lo para este fim, quando se esgotou a medida **Educação**, tendo continuado o processo com dinheiro de outras origens.

Portanto, Sr^a. Deputada, foi isto que aconteceu e há aqui louros que chegam para todos. Nós temos muitos outros louros, por isso não se preocupe com estes.

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu sei que o Sr. Secretário Regional da Educação não está aqui para colher louros, mas vai falando neles muitas vezes que é para a gente não se esquecer disso.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Essa parte fica como sua!

O Orador: Em relação à escola do Topo, é bom que isso fique devidamente esclarecido, porque o senhor começa por dizer "que eu me lembre" e é esse exactamente o seu problema, são essas... falhas de memória que tem de vez em quando, porque se bem tivesse em mente tudo o que lá se passou, veria que se tinha falado na construção de uma escola, na fixação dos alunos e dos professores. Mas esse lapso de memória - coisa que parece ser muito característico da sua parte - vem dar-lhe cobertura e permite que V. Ex^a. venha dizer aqui que os senhores é que fizeram tudo e mais ninguém pensou nisso na altura, a não ser o Governo.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Pode ficar com essa parte também!

Leve esse louro!

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Já agora escolha a cor também!

(*Risos dos Membros do Governo*)

O Orador: Não quero a paternidade da escola. Mas também não posso admitir que o senhor queira a paternidade de uma coisa que foi o resultado de um esforço colectivo das gentes do Topo.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sim senhor e eu já reconheci isso.

O Orador: Pronto, é isso que eu também não quero que aconteça.

Só que dentro do "não querer louros, porque já tem bastantes", o senhor estava-se a preparar para surgir *engalanado* com esses lourinhos todos e ficar como "o bom da fita"! Mas isso não é verdade!

Sejamos concretos e correctos nessas coisas, Sr. Secretário.

Em relação ainda às negligências do Sr. Deputado António Gomes, eu sugiro-lhe que a gente fale das negligências da Casa Francisco Lacerda...!

O que é que acha disso?!

Deputado António Gomes (*PS*): O senhor não se meta por esse caminho, senão vai pôr mal muita gente do seu partido!

O Orador: Quantas são? Uma por ano!

Se a gente falasse das negligências da casa de matança de S. Jorge, quantas são? Uma por ano!

Deputado António Gomes (*PS*): Espere que esse assunto vai ser resolvido mais depressa do que o senhor julga!

O Orador: Se a gente falasse de negligências mesmo no próprio porto da Fajã do Ouvidor, quantas são, Sr. Deputado?

Deputado António Gomes (*PS*): Ora essa! O senhor nem sequer queria aquele porto!

Deputado Fernando Menezes (PS): *Quantos são?!*

O Orador: Quer mais?!

E se a gente falasse das negligências da Caldeira de Stº. Cristo, quantas são?

Sr. Deputado, eu disse-lhe logo no início deste debate que a gente não devia entrar pelo caminho das *negligências*, porque os senhores não têm um saco delas, os senhores têm já um universo de negligências e em tão pouco tempo!

Deputado António Gomes (PS): A sua preocupação é que todas essas coisas estão a fazer-se!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de repetir ao Sr. Deputado António Gomes uma afirmação que já várias vezes fiz aqui, geralmente em resposta a si.

Fui durante cerca de 4 anos Director Regional das Pescas, isto é, de 1984 a 1988.

Exerci esse cargo com muita honra...

Deputado Victor Cruz (PSD): E competência!

O Orador: ... e competência, diz o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar!

Deputado Fernando Menezes (PS): Isso é presunção, Sr. Deputado!

O Orador: Mas, modéstia à parte, cometi certamente algumas omissões, terei com certeza cometido alguns erros, mas digo-lhe - modéstia à parte, repito - ainda hoje, falando com muitos pescadores, eles recordam os tempos em que fui Director Regional das Pescas.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Ah pois não!*

O Orador: Sobre os portos que referiu, recordo-me Sr. Deputado, talvez por o senhor me ter acompanhado na ida à Ilha de S. Jorge, e nomeadamente aos portos de S. João e da Fajã dos Vimes, depois de uns grandes temporais que houve na altura, o que provocou estragos nos mesmos. Havia razões de natureza técnica, que o senhor bem conhece, para a sua recuperação. Não sei depois qual foi o encaminhamento dado, mas a atenção foi-lhe prestada.

Sobre a questão da rampa do porto do Norte Grande, ainda me recordo bem de ter sido feita lá uma obra, embora pequena, estávamos em 1984 e não tínhamos verbas

da Comunidade Europeia, tínhamos, sim dificuldades orçamentais, mas assumíamos essa situação. E sei que foi feita lá uma obra de reparação, salvo erro, de uns estragos resultantes de uma tempestade, que se não me engano, foi também a causadora do estrago provocado na rampa de varagem daquele porto.

Que fique este esclarecimento.

Deputado António Gomes (PS): Não foi disso, o problema já vinha detrás.

Deputado João Cunha (PSD): Não havia *associação de dragões* naquela altura!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não, havia era *dragões!*

Deputado José Maria Bairos (PSD): É, havia era *D. Quixotes pequeninos!*

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo para uma intervenção.

Deputado Silva Melo (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa das minhas últimas intervenções nesta Assembleia, alertei para a situação crítica, verdadeira situação de flagelo de natureza social que se vivia na freguesia de Rabo de Peixe.

Desde então muito se escreveu na imprensa sobre aquela freguesia, muita notícia circulou nos meios de comunicação social sobre a complexa problemática de Rabo de Peixe, todos os grupos parlamentares se deslocaram à freguesia para conhecer de perto e se inteirarem das razões que levam a que cerca de 40% de sua população viva à sombra do rendimento mínimo garantido.

Os traços negros e a imagem pessimista que aqui deixei na altura, felizmente que se encontram em fase de transição para melhor. Os traços já não são negros porque viraram cinzentos imagem já não é de pessimismo porque parece ver-se já uma luz de optimismo ao fundo do túnel da marginalidade social e cultural de uma parte considerável da população da freguesia.

Muitas pessoas, várias instituições, a autarquia da freguesia, departamentos do Governo e a própria Presidência, deram todos o seu melhor para tentar por cobro a esta situação de verdadeiro sismo social que se vive em algumas zonas da freguesia.

Cumpre-me salientar desde logo as mulheres. Têm sido sempre as mulheres que ao longo da História das civilizações têm demonstrado possuir uma sensibilidade especial para se aperceberem em primeira mão dos sinais de mudança.

Para quê referir nomes! Em Portugal, no mundo e aqui mesmo nos Açores não nos faltam exemplos de mulheres, que deram a vida, que lutaram, que se esforçaram para mudar a sociedade, para melhorar a vida, delas e dos seus filhos.

Fosse em nome de um ideal, fosse apenas por um simples naco de pão, as mulheres lá estiveram, estão e estarão, sempre ou quase sempre, na primeira linha de todos os combates.

E também as mulheres de Rabo de Peixe, fartas de sofrer na pele o flagelo social da miséria e da violência familiar gritaram basta e organizaram-se em associação constituindo a “Associação de Mães de Rabo de Peixe”

O seu papel interventivo tem-se estendido a várias áreas: desde diligências concretas para diminuir o número de tabernas e evitar o aparecimento de novos estabelecimentos congêneres, como forma de diminuir o alcoolismo, passando pelos grandes objectivos com vista à integração sócio profissional das mulheres e ainda pela realização de colóquios sobre a sexualidade, planeamento familiar e alcoolismo.

Saúdo daqui desta Assembleia essas mulheres corajosas que souberam dizer basta e que do papel passivo tradicionalmente destinado à mulher, souberam assumir um papel activo e interveniente na sua sociedade com vista a resolverem elas próprias os seus próprios problemas.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entre as instituições que muito têm feito e estão a fazer pela freguesia de Rabo de Peixe não podia deixar de referir a Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande.

A Santa Casa e o seu Provedor têm empenhado grande parte do seu labor na promoção desses desenraizados da sorte procurando oferecer-lhes um lugar na sociedade para que se sintam cidadãos de pleno direito.

O Projecto Sementes de Mudança não seria o mesmo sem o apoio no terreno da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande.

Hoje em Rabo de Peixe há uma dinâmica diferente na integração das crianças, dos jovens, das mulheres e dos homens oriundos do mundo da pobreza. Está-lhes a ser ensinado no dia a dia o caminho para a dignidade.

Quem visitar Rabo de Peixe e parar logo no início da Freguesia na Rua do Rosário nº 201, fica impressionado com o trabalho desenvolvido no Centro de Ofícios Comunitários.

Ali homens e mulheres recebem formação para trabalharem com vista à sua integração sócio- profissional em áreas tão distintas como a carpintaria, o restauro, a horto-fruticultura, a culinária, os bordados e os serviços de limpeza.

Está-lhes a ser ensinado o caminho para uma economia solidária, com vista a formarem micro-empresas nas áreas em que se estão a especializar.

São mais uns tantos homens e umas tantas mulheres que após séculos de marginalização estão finalmente no caminho da sua inserção social, económica e cultural.

Mas o projecto Sementes de Mudança não se fica por aqui. Através de vários ateliers lúdico pedagógicos já criados, procura fomentar uma rede de solidariedade entre escolas com vista a apoiar as actividades escolares de crianças e jovens.

Uma referência ao Clube Informático e de Novas Tecnologias que visa essencialmente combater a info-exclusão sobretudo entre crianças e jovens e que só nos últimos 12 meses conta com 235 associados.

Uma referência final à Associação de Jovens que visa promover e integrar crianças e jovens em risco e que conta nos últimos 6 meses com 69 associados.

Muito mais havia a dizer sobre o projecto Sementes de Mudança em Rabo de Peixe mas melhor que as minhas palavras só uma visita à freguesia vos dará a verdadeira dimensão deste Projecto em movimento, aliás como já o fizeram alguns sociólogos do Continente e até das ilhas de Cabo Verde, para conhecerem no terreno este trabalho pioneiro na área social.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas se a Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande tem sido a entidade que executa o trabalho de campo do Projecto Sementes Mudança não podemos esquecer que a Direcção Regional da Solidariedade Social e a Secretaria Regional de Educação

e Assuntos Sociais têm sido as entidades promotoras deste Projecto inovador e que muito têm contribuído com verbas avultadas e com pessoal técnico especializado para que este Projecto esteja a ser um Projecto de sucesso. Não posso deixar passar em claro o empenho e a valia pessoal verdadeiramente notável do Director Regional e do Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Muito mais havia a dizer sobre a intervenção do Governo Regional em Rabo de Peixe. Para não ser exaustivo refiro apenas dois grandes investimentos. A construção do novo porto de pescas pela Secretaria Regional de Agricultura e Pescas. E no domínio da habitação, uma área esquecida durante dezenas de anos, a construção no imediato de 80 novos fogos, mais 40 já em fase de estudo bem como a reconversão total do Bairro Piscatório, trabalho levado a cabo pela Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De salientar ainda que as diversas acções que ao longo dos anos tiveram lugar em Rabo de Peixe perderam-se e dispersaram-se por falta de uma visão unitária do conjunto dos problemas e das actuações.

Em boa hora a Presidência do Governo criou o Observatório de Rabo de Peixe, organismo que tem por função permitir que todos os investimentos feitos em Rabo de Peixe, sejam eles na área económica, na área social ou na área da educação, possam ser acompanhados e avaliados de uma forma abrangente, permitindo que possam ser estudados, ao longo do tempo, nas suas diversas interligações e se apreciem os seus resultados passo a passo.

Isto significa que todos os intervenientes governamentais e não governamentais podem através do Observatório conhecer em todos os momentos da evolução do processo, os resultados das suas acções e dos seus investimentos, como forma de os corrigir e melhorar.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não podia também deixar passar em claro o trabalho meritório que vem sendo desenvolvido pela Junta de Freguesia e pelo seu Presidente com vista a que na freguesia não existam açoreanos de primeira e açoreanos de segunda, procurando por todos os meios promover estes últimos à cidadania plena.

É de salientar ainda o trabalho diário e constante que vem sendo levado a cabo pela autarquia com vista a despertar a intervenção e participação de toda a população da freguesia para a resolução dos problemas que também são de todos.

E não podia deixar de referir o trabalho político desenvolvido pela Junta junto dos Grupos Parlamentares desta Assembleia, junto do próprio Presidente da República e até junto de instituições comunitárias com vista a despertá-los para a resolução dos problemas graves desta freguesia que já foi classificada como a mais pobre da Europa.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero deixar aqui a minha homenagem a todos aqueles que estão a contribuir para um Rabo de Peixe melhor.

Desde logo à “Associação de Mães de Rabo de Peixe” para que não desanimem apesar dos percalços que ainda hão-de encontrar pela frente e continuem a lutar para que os seus filhos tenham um futuro melhor e mais digno.

Depois à Santa Casa da Misericórdia de Ribeira Grande para que continue a dedicar o melhor do seu esforço em prol destes homens e mulheres que constituem a franja dos desamparados da sorte para que atinjam a verdadeira cidadania.

À autarquia da freguesia para que continue e prossiga com o seu papel interventivo junto da população com vista a torná-la mais participativa e colaborante na resolução dos problemas de Rabo de Peixe.

À Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais e à sua Direcção Regional da Solidariedade Social pelo empenho com que têm acarinhado desde a 1^a hora o Projecto Semente de Mudança.

E ainda à Presidência do Governo Regional que em boa hora soube entender que os investimentos em Rabo de Peixe tinham de ser avaliados passo a passo de forma integrada, estudando-os em todas as fases de evolução através da criação do Observatório de Rabo de Peixe.

Mas nem tudo está feito.

Muito falta fazer ainda nesta freguesia que durante séculos foi esquecida pelos poderes públicos.

Rabo de Peixe precisa de um Centro Cultural e Recreativo. A promoção social e económica por si só não chega e nunca será plena se não for acompanhada de uma verdadeira promoção cultural.

Freguesias há por esses Açores fora com menos população que uma simples rua de Rabo de Peixe, que têm um edifício para Centro Cultural, um edifício para salão Paroquial, um edifício para a sua Casa do Povo, e até as instalações para um polidesportivo.

Rabo de Peixe não tem nada. Apenas um Salão paroquial construído há cerca de 40 anos. Chegou a altura de também se investir em força nas áreas do desporto e da cultura se queremos que boa parte da Juventude da freguesia não acabe como os seus pais na marginalidade social e no alcoolismo.

Deixo aqui esta nota, mais apelo que simples nota, para que não se descurem estas áreas e se comece a promovê-las em força.

A bem de Rabo de Peixe, a bem dos Açores.

Disse!

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Silva Melo:

Apenas para associar-me inteiramente a tudo aquilo que disse na sua intervenção.

Estamos a falar de Rabo de Peixe e já por diversas vezes falámos sobre esta freguesia neste Parlamento.

São do conhecimento de todos os problemas que afectam aquela localidade, bem como todos sabem que há necessidade de actuarmos conjuntamente nestas matérias.

Portanto, desde logo, para sublinhar a importância da sua intervenção, ao mesmo tempo em que nos associamos formalmente a todo o trabalho que está a ser feito, nomeadamente ao nível dos objectivos e naquilo que tem que se conseguir.

De realçar também a actuação conjunta, como é evidente, inclusive da Junta de Freguesia, tal como o Sr. Deputado fez referência na sua intervenção, bem como da

Câmara Municipal, relativamente à escola profissional, que eu não sei se fez referência a ela, porque entrei já depois de ter começado a sua intervenção. Mas essa escola também tem um papel importante a desenvolver nesta freguesia.

Por conseguinte, juntos seremos mais fortes para debelar os problemas de Rabo de Peixe, que também de uma forma muito disfarçada existem noutros sítios do concelho da Ribeira Grande, onde existe uma pobreza, conhecida por *pobreza envergonhada*, que também está dissimulada naquele concelho, a qual deve também ser objecto da nossa atenção.

Por todas estas razões, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se à sua intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

Deputado Silva Melo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em complemento do que disse o Sr. Deputado Francisco Xavier, e apenas porque não fiz referência a isso na minha intervenção, queria agora referir-me ao que se passou no Domingo passado na freguesia de Rabo de Peixe. E como forma de mostrar que a Associação das Mães está a ter um papel cada vez mais positivo, devo salientar as comemorações do Dia da Mãe, em que houve uma manifestação subordinada ao lema "Crescer em Confiança", na qual se teve a colaboração de jovens e de várias entidades, tendo sido um grande êxito naquela localidade, pela participação de toda a gente conseguida para essas comemorações.

Portanto, aqui fica mais este reparo, para demonstrar o trabalho que uma simples associação de mulheres está a desenvolver neste momento na freguesia.

Presidente: Vamos fazer um intervalo de 10 minutos.

(Eram 12,00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeceia que retomassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 20 minutos)

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral para uma intervenção.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Desde a adesão de Portugal e, conseqüentemente das Regiões Autónomas portuguesas à União Europeia, que se procura uma resposta e um tratamento diferenciado que permita ultrapassar as desvantagens permanentes e específicas dessas Regiões.

Enquanto Região com fortes atrasos estruturais e um PIB per capita muito inferior a 75% da média europeia, os Açores foram desde a adesão à União Europeia enquadrados no Objectivo 1.

Porém, não basta à Região ter acesso aos fundos estruturais criados com o objectivo de promover a coesão económica e social, é igualmente necessário um quadro de apoios específicos que anule os handicaps permanentes da Ultraperiferia.

Nos quadros comunitários anteriores, os Açores tiveram um excelente aproveitamento dos fundos que lhe foram atribuídos.

Os Fundos estruturais associados ao investimento público, contribuíram decisivamente para os níveis de crescimento que os Açores têm vindo a experimentar nas últimas décadas.

Contudo, continuamos a ser uma das regiões mais desfavorecidas da Europa, carecendo por isso de uma atenção especial que possibilite, por um lado a convergência real da economia e, por outro atenuar as desvantagens permanentes decorrentes da nossa geografia.

É neste pressuposto que se conseguiu ver consagrado no Tratado de Amsterdão o artigo 299º, nº2, que prevê a adopção de "medidas específicas" para as regiões Ultraperiféricas.

Face a este novo enquadramento legal, esperava-se que as negociações da Agenda 2000 resultasse, desde logo, um conjunto de medidas que dessem conteúdo material ao referido artigo do Tratado da UE.

A negociação da Agenda 2000 e a aprovação do III QCA deveriam ter constituído o espaço próprio para definir, não só fundos estruturais, mas também as acções

concretas a adoptar pela Europa relativamente aos Açores, Madeira, Canárias e Domes Franceses.

Alertámos para estas situações, quando das conclusões da Cimeira de Berlim, onde apenas se conseguiu ligeiras referências à elegibilidade daquelas Regiões ao Objectivo 1 (o que obviamente não trazia nada de novo, beneficiando exclusivamente as Canárias cujo PIB atingia já os 75% da média europeia).

Aliás, conscientes desta realidade, e no âmbito das suas atribuições, a Comissão de Economia desta Assembleia desencadeou nessa altura uma série de contactos, primeiramente com a Assembleia da República, mais precisamente com a Comissão de Assuntos Europeus, e posteriormente com as instituições comunitárias, com o objectivo de lhes manifestar as nossas preocupações quanto à posição dos Açores na Europa e para as sensibilizar dos condicionalismos e especificidades com que se debatem regiões como a nossa.

Tudo isto se passou há cerca de um ano (Abril de 99).

Nos diversos contactos efectuados, procurou-se acima de tudo sensibilizar os nossos interlocutores para as especificidades da nossa Região, procurando afirmar a nossa diferença.

Se de alguns, especialmente os que tomaram parte activa nas negociações da Agenda 2000, ouvimos desculpas e justificações pelo facto de não terem sido adoptadas medidas específicas para as RUP's, também é verdade que, sem excepção, ouvimos palavras de compreensão e de concordância pelos nossos pontos de vista.

De facto, na Agenda 2000 não só não foram consideradas medidas específicas para as Regiões Ultraperiféricas, como ainda se permitiu a extinção da iniciativa comunitária REGIS, especialmente vocacionada para estas regiões.

Em Bruxelas, passaram para a responsabilidade do Estado Membro a compensação das desvantagens da ultraperiferia, o que do ponto de vista dos princípios, é a negação de todo o percurso feito até aqui, porque se a ultraperiferia fosse uma questão nacional, bastava que estivesse consagrada na Constituição Portuguesa.

Entretanto, no País, e em particular na Região, afirmou-se que tudo tinha corrido como previsto e sempre de acordo com a "vontade do Governo Regional", que

pretendia e preferia encerrar o dossier durante a presidência Portuguesa da União Europeia.

À medida que o tempo passa, cada vez é mais óbvio que o Governo Regional não acompanhou, como lhe competia, o dossier da Agenda 2000.

Desde a reforma da PAC até à não consideração das medidas específicas para as Regiões Ultraperiféricas, o Governo Regional teve uma atitude passiva, não se conhecendo as suas posições de partida, passando-se sempre a mensagem de que concorda com as posições de chegada definidas pelo Governo da República.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamos no fim da Presidência Portuguesa da UE e já é publicamente conhecido que o "dossier medidas específicas" vai passar para a Presidência Francesa.

Foi o próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros que o afirmou, na sequência da tão esperada e propalada reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze, realizada no passado fim de semana nas Furnas.

Uma reunião que soube a pouco.

Uma jornada de promoção turística da Região, com todo o mérito que isso possa ter, mas sem qualquer conteúdo do ponto de vista da concretização prática de medidas que concorram para combater as desvantagens permanentes que afectam a nossa realidade económica e social, sendo certo que essa era a expectativa criada pelo Governo Regional e também pelo próprio Governo da República.

Recorde-se que o Conselho de Colónia, perante o facto da Agenda 2000 não ter levado em consideração o artigo 299º do Tratado da União, determinou que a Comissão apresentasse ao Conselho, antes do final de 1999, um relatório sobre as medidas específicas destinadas a pôr em prática aquele artigo.

Um primeiro relatório, apresentado em Dezembro, não correspondeu aos interesses dos Estados Membros.

Uma segunda versão apresentada e aprovada em Março, último, embora mais detalhada e bem intencionada, também não traz nada de novo. Confirma o que existe em matéria de POSEIMA e, por isso, não cumpre os objectivos traçados.

Recentemente, o Presidente do Governo afirmou que iria apresentar um novo dossier de medidas concretas a considerar pela Comissão Europeia.

Perante isto, eu pergunto: o que falta fazer que já não tenha ou devesse ter sido feito até agora pelo Governo dos Açores?

Ilude-se a opinião pública agitando 400 milhões de contos de investimentos, considerando nesse valor Fundos Comunitários, acrescidos de investimentos públicos, de investimentos autárquicos, de investimentos de empresas públicas e privadas, de todos os sectores de actividade.

Esquece-se, propositadamente, que grande parte desse investimento depende exclusivamente da vontade dos empresários e da sua capacidade para o concretizar.

De qualquer forma, e porque as contas só se fazem no fim dos 7 anos de vigência do III QCA, importa, acima de tudo, assegurar uma aplicação rigorosa e criteriosa dos fundos disponíveis, fazendo as melhores opções, com vista a permitir o desenvolvimento acelerado da Região e a convergência real da nossa economia.

O que conta são os resultados.

Em relação aos fundos do QCA III, os resultados serão avaliados depois da sua aplicação e nunca com base em contas de somar habilidosamente construídas.

Quanto ao dossier de medidas específicas, mais uma vez, se alerta para que se avance com passos concretos e decisivos no aproveitamento da disposição consagrada no Tratado da União Europeia e não se caia na tentação de "mascarar" o POSEIMA, mudar-lhe o nome, associar-lhe um plano de marketing e deixar ficar tudo na mesma. Muito obrigada.

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Sr.^a. Deputada Berta Cabral traz aqui uma matéria que já tem sido analisada por todos nós diversas vezes e que tem a ver fundamentalmente com a criação de medidas específicas para a Região, a qual está consignada no novo Tratado da União Europeia.

Pensamos que esta é uma matéria muito importante, onde há que avançar com algum desassombro, porque ou esta Região é considerada pelas suas especificidades, ou muito mal vamos no que diz respeito à nossa aproximação à média europeia.

Eu trago agora uma matéria que está sobre as mesas de todos nós, bem como de toda a sociedade açoriana, e que já no passado, nomeadamente no colóquio realizado em S. Miguel, defendemos, por isso vale a pena trazer de novo aqui à colação.

Trata-se da necessidade de encontrar como característica específica da nossa Região a produção leiteira, tentando encontrar através do que está consignado no artigo 299º do Tratado de Amsterdão, a possibilidade de sermos considerados como excepção no todo europeu. Sermos vistos pelas nossas características específicas, pela divisão em ilhas, pela nossa capacidade de produção completamente diferente do resto da Europa.

Tenho a impressão de que se começarmos por aí, introduzindo uma medida específica que nos excepcione de termos que cumprir as quotas leiteiras dentro do todo nacional e de haver uma excepção para a nossa Região, neste contexto de medida específica, será certamente um passo importantíssimo para uma produção fundamental que é o sector pecuário desta Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sr.^ªs e Srs. Deputados:

Apenas para registar, em nome do Governo, a nossa concordância em relação a alguns dos aspectos focados na intervenção da Sr.^ª Deputada Berta Cabral, rejeitando, todavia, qualquer falta de envolvimento, de influência ou de representação nos fóruns onde foram discutidos todos estes problemas, da parte da Região e através do Governo Regional.

Nós temos vindo a fazer um acompanhamento minucioso de todas as matérias europeias, mas de forma especial e particular aquela que tem agora uma maior visibilidade, isto é, o relatório das Ultraperiferias.

Em boa verdade, não só fizemos esse acompanhamento, como também tomámos iniciativas que, de certo modo, vieram a conduzir a uma melhoria do primeiro relatório que, como foi já referido, tratava-se de um relatório que não ia além de um

diagnóstico atípico. E a própria evolução para o texto actual teve muito a ver com a iniciativa e o convite formulado ao Comissário Barnier que visitou os Açores, a convite deste Governo, na sua primeira visita a uma região depois da tomada de posse da nova Comissão Europeia.

De resto, o Comissário Barnier, como agora o Comissário Paten e outros, têm mantido, quer com as autoridades portuguesas quer com as autoridades regionais, contactos que nos permitem avaliar que dossiers como os POSEIMA, poderão ter um desfecho favorável e interessante para a Região, no mês de Julho ou no mês de Setembro, e que o relatório das Ultraperiferias beneficia, com o seu adiamento, da possibilidade de sobre ele se verterem algumas medidas que têm interesse para a Região e que não pareciam fazer parte da consciência da Comissão Europeia, na perspectiva da elaboração deste relatório.

Temos vindo a dialogar com a Comissão, no sentido de ou incluir no relatório uma calendarização dessas medidas, ou associar o relatório com outro documento, que imponham um calendário de medidas específicas e o desenvolvimento de algumas das medidas que em termos abstractos possam constar desse relatório.

É uma batalha que não é fácil, porque as Regiões Ultraperiféricas não têm um peso especial, como é óbvio, nos organismos de decisão da União Europeia. Os próprios organismos que incluem outras regiões, não são especialmente sensíveis às ultraperiferias, porque esse conceito é de certa forma concorrencial com a solidariedade que eles próprios desejam para si.

De qualquer modo, o Governo agiu, quer no caso do PRODESA quer no caso do relatório das Ultraperiferias, depois de um processo amplo de consulta dos parceiros sociais e dos partidos políticos, com propostas que mereceram o assentimento de todos os partidos com assento parlamentar, e até algumas delas são mesmo sugestões dos partidos que aqui estão representados. Trata-se de uma batalha a nível regional que tem sido desempenhada pelo Governo da melhor forma, com maior assiduidade e através das pessoas ou instituições que, do nosso ponto de vista, podem garantir com maior eficiência a realização do interesse regional nessa matéria.

De resto, o movimento de pessoas como o Primeiro-Ministro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros nos nossos dossiers, é algo que não me afecta nada, do ponto

de vista de realização da nossa Autonomia e da nossa vontade própria, é apenas uma ajuda àquilo que nós pensamos ser necessário para nós próprios. E, portanto, o facto de por vezes a representação de interesses, como é o caso do relatório das Ultraperiferias, ou como pode ser o caso também das questões relativas às quotas leiteiras, ter um desempenho que se julga estar a ser feito na primeira linha por titulares nacionais, não me afecta - do ponto de vista de Presidente do Governo - em nada, porque somos nós próprios que promovemos essa metodologia.

Em bom rigor, o que eu desejo é que o relatório seja o melhor possível, utilizando as pessoas com maior influência que podem ter para tal. Que o problema das quotas seja resolvido da melhor forma possível, utilizando também as pessoas que possam ter melhor influência para tal.

Portanto, é essa a postura que nós temos relativamente a estas questões. Mas, como é óbvio, partilho de algumas das coisas que a Sr^a. Deputada Berta Cabral referiu. E não tenho dúvidas quanto ao poder que uma Região como a nossa, sozinha, tem na União Europeia. Por isso é que nós temos procurado não estar sozinhos nestas batalhas e por isso é que nós temos procurado associar problemas como o das quotas leiteiras, a desempenhos do topo dos órgãos de decisão da União Europeia e pensamos que o caminho que estamos a percorrer é o único que poderá vir a salvaguardar interesses dos Açores, porque uma coisa é falar muito e outra coisa é utilizar os meios e os canais que julgamos mais adequados, para conseguir aquilo que realmente nós queremos.

Portanto, em síntese, partilhamos preocupações aqui apresentadas pela Sr^a. Deputada Berta Cabral, ficando apenas o registo de que o Governo Regional reitera o seu empenhamento, quer no passado quer agora ainda, ao nível de todas as instituições e utilizando todos os meios de influência no âmbito da União Europeia, para que quer o relatório quer outras medidas em concreto, quer ainda nos POSEIMA, tenham um desfecho favorável para a nossa Região. E devo também dizer que acho que vamos ter e podemos ter boas notícias em alguns desses dossiers.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Congratulo-me também com a sua intervenção.

Queria apenas deixar uma nota adicional, da qual não me lembrei aquando da minha intervenção e penso que é importantíssimo deixá-la aqui.

Trata-se da questão do alargamento e de tudo isto fazer-se com a maior velocidade possível.

Eu percebo as boas intenções e que tudo está a ser feito, de acordo com aquilo que é possível. Mas também temos todos que perceber que existe um calendário, há um limite, há um "dead line" que tem a ver com esse alargamento, com o qual os Açores ficarão certamente prejudicados e relegados para outro plano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Fraga para uma intervenção.

Deputado Carlos Fraga (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No dia 14 de Outubro de 1997, aqui desta tribuna, tive o gosto de ler em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista um voto de congratulação dirigido à UNILEITE - União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios e de Produtores de Leite da Ilha de S. Miguel, aquando do lançamento da primeira pedra das suas futuras instalações fabris. Hoje, passados dois anos e meio sobre aquele evento, é com redobrado gosto que me congratulo com a inauguração oficial da nova fábrica de lacticínios UNILEITE.

Esta inauguração, encerra e ao mesmo tempo abre novos caminhos à UNILEITE. Encerra um período onde imperou o desânimo, o descrédito e o derrotismo. Abre, um caminho de esperança, de modernidade e de credibilidade.

Descrever a história desta União de Cooperativas é relembrar períodos de grandes angústias, de dificuldades financeiras e até de descrença vividas pelas suas direcções e cooperantes.

Falar do presente, é lembrar um conjunto de cooperantes à volta de uma direcção composta por três homens corajosos, crenes da força do cooperativismo, cheios de dinamismo, com grande espírito de sacrificio e abnegação, muitas vezes prejudicando a sua vida familiar e empresarial e mesmo a própria saúde, que levaram para frente

este grande projecto, absolutamente necessário e fundamental para a estabilidade do sector agro-pecuário açoriano.

A fábrica agora inaugurada, está apetrechada com as mais modernas tecnologias para fabrico de produtos lácteos de alta qualidade. Também consta dos seus equipamentos uma linha de empacotamento de sumos de frutos.

Na concepção desta unidade fabril esteve sempre subjacente o futuro da mesmo.

Assim, sempre que necessário poder-se-ão introduzir alterações na sua cadeia de fabrico de produtos lácteos de modo a se adaptarem à produção de novos produtos que satisfaçam a procura e as exigências dos consumidores.

A entrada em funcionamento desta nova unidade, transmite um forte estímulo e um encorajamento a todos os produtores de leite da Ilha de S. Miguel. Estes, vêem nesta obra a possibilidade de conseguirem as desejadas mais valias, há tanto esperadas, que compensarão os seus investimentos para produzirem leite de qualidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Antever o futuro é tarefa difícil, mas continuando a acreditar em homens como um Mário Almeida, um José Borges e um João Oliveira, que erigiram esta unidade lacto-industrial, ímpar no território português, poderemos estar confiantes que a produção de leite de bovinos na Região continuará a ser um pilar seguro de economia regional. É neste cenário auspicioso para a industrialização do leite na Ilha de S. Miguel, que o Governo Regional tem em curso um plano de reestruturação da indústria de lacticínios na Região. Deste plano em curso enumeraremos, por serem os mais recentes, os exemplos seguintes:

A recuperação da União de Cooperativas da Ilha das Flores, onde já quase foi atingida a plena capacidade de laboração da sua fábrica de lacticínios e que veio permitir a normalização dos pagamentos aos produtores de leite da Ilha, restituindo a confiança perdida e criando um clima de esperança para o futuro.

A regularização dos pagamentos em atraso aos produtores de leite da Ilha do Pico, assumida pelo Governo regional e a construção da nova fábrica de lacticínios da Ilha, são outros exemplos do plano de reestruturação dos sector dos lacticínios da Região.

O início do processo de classificação do leite produzido na ilha de S. Jorge, vem estabelecer, normalizar e definir a nova grelha de pagamento do leite aos produtores

da Ilha. Também o programa de reformulação do sector dos lacticínios iniciado pela União de Cooperativas que vem ao encontro dos anseios dos produtores das cooperativas jorgenses, que desejam uma melhoria da qualidade e da imagem do queijo certificado. estes aspectos. também se enquadram nas medidas de reestruturação dos lacticínios na Região.

Outras medidas dirigidas ás indústrias de lacticínios já instaladas, tendentes a apoiar operações de ampliação, modernização de estruturas fabris e aquisição de novos equipamentos, fazem parte do mesmo plano.

A redução dos custos de energia eléctrica e dos transportes marítimos, tem também contribuído de forma bem evidente para a redução dos custos de laboração dos produtos lácteos.

A reestruturação da indústria de lacticínios era imperiosa e necessária, tanto mais não fosse, para acompanhar bem sucedido esforço dos produtores, que através do redimensionamento das suas explorações, da melhoria genética das suas manadas, da melhor e mais moderna mecanização conseguiram produzir mais e melhor leite.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A necessária conjugação de esforços e de interesses, entre os sectores da produção e da indústria, será o garante da continuidade de uma produção e transformação de leite, que muito contribuirá para o engrandecimento e prosperidade dos açorianos. Todos nós acreditamos nisso.

Para continuarmos crentes e confiantes, lembremo-nos, se for necessário, da entrada em funcionamento no dia 01 de Maio de 2000 da nova unidade fabril da UNILEITE.

Disse.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Presidente: Está assim concluído o Período de Antes da Ordem do Dia.

Vamos interromper os nossos trabalhos para almoço e recomeçá-los-emos às 15,00 horas.

Lembro aos líderes parlamentares que temos uma reunião já a seguir.

(Eram 12 horas e 45 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos. Agradecia, por isso, que retomassem os vossos lugares.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Vamos dar início ao **Período da Ordem do Dia** e para tal, vou dar a palavra ao Sr. Deputado António Meneses para, nos termos do Artº. 103 do Regimento da ALRA, apresentar uma iniciativa legislativa cujo título é "*Conselho de Fiscalização da Inspeção Administrativa Regional*".

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

- Com esta iniciativa legislativa o PSD pretende criar um Conselho de Fiscalização da Inspeção Administrativa Regional na dependência da ALR.

- Entendemos que é fundamental que as garantias da imparcialidade, autonomia e isenção técnicas da actuação de um órgão inspectivo como a Inspeção Administrativa Regional devam ser especialmente garantidas, porque para além das funções que esta exerce sobre a administração regional autónoma, à IAR compete averiguar do cumprimento das obrigações impostas por lei às autarquias locais, incluindo os serviços municipalizados e às associações e federações municípios, tendo as autarquias locais, como se sabe, um estatuto de autonomia em relação a qualquer outro poder, constitucionalmente garantido.

A IAR é um serviço que depende hierárquica e funcionalmente do Governo Regional e o seu responsável máximo é nomeado, nos termos da lei, por livre escolha deste. Esse facto e alguns episódios pouco esclarecidos do passado recente, criaram, junto da opinião pública, funcionários e entes públicos, regionais e locais, pelo menos, a sensação de que este organismo poderá ser objecto de alguma instrumentalização, designadamente ao poder ser orientado trabalho da inspeção para determinadas autarquias ou serviços, ignorando outros sectores ou questões importantes.

Com este Conselho pretendemos criar junto da ALRA um órgão composto por 3 cidadãos de reconhecida idoneidade, 2 deles eleitos pela ALRA por maioria de 2/3 dos deputados e 1 pela Associação de Municípios a quem compete acompanhar e fiscalizar a actividade da IAR e reportar o seu trabalho à ALRA.

Com a proposta da eleição dos membros deste Conselho por 2/3 dos deputados, manifestamos claramente intenção que pretendemos que haja sempre um largo consenso na sua eleição.

Para concluir esta apresentação diremos que com esta medida legislativa beneficiam todos:

- os cidadãos, funcionários, as autarquias e os serviços pela garantia de imparcialidade e controlo parlamentar da actuação de IAR.
- A IAR pelo aumento da sua credibilidade como órgão importante que garante o cumprimento da legalidade na Administração Regional e na Administração Local;
- Por fim, o próprio Governo Regional que deixa de ser suspeito, com razão ou sem ela, de manipular a IAR consoante os seus interesses político-partidários.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Está feita a apresentação do diploma e não havendo quaisquer pedidos de esclarecimento, passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos que diz respeito ao *Relatório da Comissão da ALRA sobre "Suspeições ao Governo levantadas na imprensa regional"*.

De acordo com o que foi combinado na conferência de líderes, os grupos parlamentares do PS e PSD e o Governo têm 60 minutos; o PP tem 30 minutos; o PCP tem 20 minutos.

Para usar da palavra em primeiro lugar, e para proceder à apresentação do Relatório, tem a palavra o Presidente da Comissão, tendo 15 minutos para tal.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Penso que não foi dado conhecimento ao Sr. Presidente, mas estava previamente acordado que antes da minha intervenção como Presidente da Comissão, seria de fazer a leitura das conclusões da Comissão.

O Sr. Presidente tem alguma objecção?

Presidente: Se quiser apresentar as conclusões primeiro pode fazê-lo.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Então vai ser o Secretário da Comissão quem vai fazer essa leitura.

Presidente: Para o efeito tem a palavra o Sr. Secretário da Comissão.

Deputado Carlos Fraga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As conclusões que vão ser lidas, referem-se aos cinco dossiers que estiveram em discussão na Comissão.

Assim sendo, as primeiras conclusões referem-se ao dossier denominado "*Terrenos da Rua do Calhau*".

"CONCLUSÕES

A Comissão Eventual de Inquérito conclui que sobre a temática do procedimento concursal e concurso público de alienação dos terrenos da Rua do Calhau, não foram recolhidos quaisquer indícios que permitam afirmar a existência de ligações obscuras ou promiscuidade de interesses entre privados e o VII Governo Regional.

Mais se conclui que as decisões de anulação das Resoluções do VI Governo Regional relativas a esta matéria, que enfermavam de vícios de ilegalidade, não foram arbitrárias, antes se mostraram adequadas e eficazes para a reposição da legalidade e defesa dos direitos dos privados, acabando por se revelar também vantajosa para os interesses da Região".

As próximas conclusões referem-se ao dossier "*Distribuição de combustíveis pelas ilhas da Região*".

"CONCLUSÕES

Face às insuficiências da iniciativa privada perante os sucessivos concursos públicos e as vicissitudes que daí decorreram, a Comissão Eventual de Inquérito conclui que a actuação do VII Governo Regional, nesta matéria, tem-se pautado pelo cumprimento da legalidade.

Relativamente às suspeições levantadas, nomeadamente a referência à promiscuidade político-empresarial, dos numerosos documentos analisados não constam elementos que indiquem a existência de irregularidades ou ilegítimos relacionamentos ou a influência ilegítima de interesses privados nas decisões de entes públicos relativas à distribuição de combustíveis inter-ilhas".

As conclusões que se seguem referem-se ao dossier intitulado "*Parque de Combustíveis da Praia da Vitória*".

"CONCLUSÕES

A Comissão tendo presentes todos os documentos e as audições, conclui não haver elementos que indiquem a existência de ligações obscuras entre empresários ligados ao sector de fornecimento de combustíveis na ilha Terceira e o VII Governo Regional. Saliente-se que, apesar de o Dr. José Monjardino ter sido o único empresário a ser citado no editorial, os trabalhos da Comissão permitem concluir a inexistência destas ligações em termos mais gerais.

No que respeita concretamente à construção do Parque de Combustíveis da Praia da Vitória, a Comissão de Inquérito conclui que o processo está eivado de contradições e reflecte de modo ziguezagueante e incoerente que tem caracterizado a acção do VII Governo Regional nesta matéria, desacreditando-o perante as instituições e a opinião pública".

Próximas conclusões dizem respeito ao dossier cujo título é "*Transporte Marítimo de Carga e Passageiros inter-ilhas*".

"CONCLUSÕES

A Comissão de Inquérito, face aos documentos existentes e às audições feitas, reconhece que em todo este processo ocorreram situações anormais, eivadas de irregularidades e feridas de ilegalidade, em que o VII Governo Regional procedeu de forma eticamente incorrecta, com naturais penalizações para algumas expectativas comerciais envolvidas no sector.

Contudo, a Comissão de Inquérito, ao longo do seu trabalho, acabou por não encontrar elementos objectivos que permitam concluir da existência de ligações obscuras entre empresários ligados ao sector e o VII Governo Regional".

Por fim, as últimas conclusões dizem respeito ao dossier intitulado "*Aquisição de combustíveis pela EDA*".

"CONCLUSÕES

A Comissão de Inquérito entende que este processo revela algumas contradições e precipitações por parte do VII Governo Regional, já que enunciou determinadas metas associadas a alterações políticas que apontavam para a aquisição de combustíveis no mercado primário - com vantagens financeiras significativas - criando assim excessivas expectativas que não vieram a ser concretizadas, apesar de, na prática, se ter conseguido ganhos para a Região.

A Comissão de Inquérito, de acordo com todos os elementos disponíveis, conclui que não se detectou qualquer ligação obscura, ilegítima ou promíscua entre empresários do sector, ou com interesse no mesmo, e o VII Governo Regional".

Presidente: Tem então a palavra o Sr. Presidente da Comissão, Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Resolução n.º 18/98/A de 21 de Outubro aprovada por unanimidade por este Parlamento criou a Comissão de Inquérito para averiguação de suspeições levantadas na Imprensa Regional.

Atendendo às questões suscitadas no editorial do Jornal " Açoriano Oriental" foi a matéria dissecada em cinco dossiers, de forma a permitir uma análise autonomizada dos temas referenciados pelo editorialista.

Decorridos 18 meses do início do nosso trabalho (e não dois anos, como alguns procuram fazer crer) a Comissão aprovou as suas conclusões e submete-as, agora, a análise deste Plenário.

É certo que o trabalho da Comissão de Inquérito desenvolveu-se ao longo de 18 meses, o que pode suscitar alguma crítica quanto à sua aparente morosidade.

Impõe-se, por isso, e antes de mais, esclarecer que a Comissão analisou cinco dossiers, versando matérias com a sua complexidade e especificidade, que obrigaram os membros da Comissão a um estudo temático que não lhes era familiar.

Desde logo, foram distribuídos pelo Senhor Secretário da Economia os dossiers que foram solicitados pela Comissão, dossiers esses com milhares de páginas que exigiram de cada um dos seus membros a sua leitura e estudo.

A par destes, outros documentos houve que foram chegando à Comissão, à medida que íamos desenvolvendo a nossa acção.

Por outro lado, no âmbito dos trabalhos da Comissão teve lugar dezanove audições - algumas das quais a solicitação dos próprios depoentes - houve que ouvir mais de uma vez o Senhor Secretário da Economia face a posições assumidas e decisões tomadas já depois da sua audição inicial.

Houve ainda que conciliar as reuniões da Comissão com o tempo necessário para a transcrição das audições e ainda com a agenda de algumas pessoas e entidades, a quem foi solicitado o seu depoimento.

Todos estes factores condicionaram a evolução dos trabalhos da Comissão, apesar do empenhamento de todos e cada um dos seus membros.

Permitam-me que, aqui e agora, manifeste o agradecimento da Comissão a todos aqueles que acederam à nossa solicitação para prestarem o seu depoimento, sem o qual o nosso trabalho não teria sido possível.

O trabalho efectuado e o tempo dispendido pela Comissão não podem ser qualificados nem classificados em função dos resultados obtidos e das conclusões aprovadas.

Se de uma coisa estou certo é que o trabalho desta Comissão não foi uma perda de tempo.

Desde logo, porque permitiu aos seus membros e a este Parlamento o estudo sobre matérias que lhes era, de algum modo, desconhecido.

Depois porque contribuiu, com a preciosa colaboração da comunicação social, para que a sociedade civil ficasse melhor informada sobre a problemática de cada um dos dossiers.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me a imodéstia de referir que tive a honra e o prazer de presidir a esta Comissão.

E tive-o, desde logo, pelo ambiente de respeito, cordialidade e consensualidade que imperou em cada uma das muitas reuniões em que se desdobrou a nossa acção, apesar do melindre de algumas das questões em análise.

Recordo que todas as iniciativas de trabalho, as proposta de diligências a efectuar e as sugestões das audiências a realizar foram aprovadas por unanimidade.

Friso - o que em princípio me parecia inimaginável numa Comissão de Inquérito - que os relatórios sobre a matéria de facto de cada um dos dossiers foram todos eles aprovados por unanimidade.

O nosso trabalho credibilizou este Parlamento e permitiu, - até pela própria natureza da Comissão e seu âmbito de acção - uma maior ligação e aproximação à sociedade.

Para isso foi fundamental a prestimosa presença e acompanhamento assíduo da Comunicação Social que quero aqui e agora registar e agradecer.

Foi ela quem, com o seu trabalho, deu maior visibilidade à Comissão e, conseqüentemente, a este Parlamento.

Foi ela quem, ao divulgar sessão a sessão os resultados da nossa acção, permitiu manter a sociedade informada de todas as diligências e audições realizadas.

Foi ela, enfim, que contribuiu sobremaneira para que cada um dos açorianos pudesse avaliar a nossa acção e tirar as ilações das conclusões aprovadas por esta Comissão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Referi e reafirmo que esta Comissão desenvolveu um trabalho sério e credível e que dignificou este Parlamento.

No entanto, coloca-se um desafio a este plenário.

A credibilidade de todo o trabalho da Comissão está condicionado pelo debate que se irá seguir.

Com efeito, para o cidadão comum, não é fácil compreender que uma Comissão que gerou consensos, até mesmo no relatório sobre a matéria de facto, apresente três propostas diferentes e até em alguns pontos antagónicas sobre as consequentes conclusões políticas.

Não podemos escamotear as análises que tal situação suscitou, tendo muitos analistas políticos e até cidadãos anónimos feito interpretações que só cada partido pode contrariar.

No entanto, esta Comissão tem as suas conclusões que foram aprovadas não por unanimidade, mas sim pela maioria dos seus membros.

Por isso, compete-nos demonstrar a relação lógica e conseqüente entre as conclusões e a matéria de facto subjacente unanimemente aprovada.

É este o desafio que sobre nós está lançado, sob pena de se pôr em causa a credibilidade do trabalho sério e empenhado da Comissão.

A terminar gostaria de agradecer o apoio que foi dado à Comissão pelo Senhor Honorino nas gravações das inúmeras sessões, bem como aos funcionários desta Assembleia que dum forma célere e eficiente procederam às transcrições de todas as audições efectuadas.

Permitam-me uma referência especial à relatora da Comissão, a nossa colega Deputada Ana Carolina, pelo trabalho inexcedível e exigente na análise e selecção da matéria de facto que, dum forma concisa, fez constar do relatório a submeter à apreciação da Comissão.

Por fim, os sinceros agradecimentos a todos os membros da Comissão pelo seu empenhamento, pelo seu trabalho e dedicação e até pela sua colaboração, que facilitaram sobremaneira o exercício da minha acção, que procurei pautar pela isenção e imparcialidade.

Disse.

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: De acordo com o que ficou acordado na conferência de líderes, vão usar da palavra os representantes de cada bancada parlamentar.

Assim sendo, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, representante do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sr^ª.s e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Finalmente o Relatório da Comissão Eventual de Inquérito para a averiguação de suspeições levantadas na imprensa regional!

O Plenário da Assembleia Legislativa Regional tem, neste momento, os dados que lhe permitem formular um juízo de valor político sobre a actuação do VII Governo Regional relativamente a cada uma das áreas abordadas no editorial da edição de 1 de Setembro de 1998 do jornal “*Açoriano Oriental*”, e que foi, recorde-se, uma das causas da constituição desta Comissão.

Mas antes de entrarmos na concreta análise das conclusões da referida Comissão, permitam-nos que façamos referência a alguns aspectos que, em nosso entender, devem ser realçados neste momento.

Em primeiro lugar, não poderíamos deixar de fazer uma referência ao trabalho exaustivo, pormenorizado e minucioso que os deputados socialistas na Comissão constataram ser o objectivo de todos os partidos políticos aí representados. Este foi um trabalho que, sob a eficiente e capaz presidência do Deputado Jorge Valadão, se orientou sempre no sentido de se aprofundarem as investigações, dissecarem dossiers duma complexidade nem sempre à primeira vista perceptível, tudo isto enformado por um espírito de colaboração, mas sempre respeitador da independência do trabalho de cada um.

O fruto desse trabalho é uma análise tão profunda e detalhada quanto foi desejado por qualquer deputado, tão livre quanto a importância que cada um atribuiu a esta tarefa, tão meritória quanto o esforço colocado ao longo de cerca de dois anos de aturada investigação às acções do Sr. Secretário Regional da Economia do VII Governo Regional.

Uma palavra igualmente para os órgãos de comunicação social que acompanharam, como poucas vezes terá acontecido no passado, as reuniões realizadas pela Comissão. É nosso entendimento que o vosso trabalho também contribuiu, pese embora o facto de aqui ou ali discordarmos do teor de algumas notícias relativas ao trabalho da Comissão, para o sucesso da tarefa de esclarecimento e informação duma opinião pública cada vez mais exigente. Aqui, impõe-se uma referência especial ao próprio editorial que foi causa, se não única, pelo menos directa, da constituição desta Comissão Eventual de Inquérito.

Como bem dizia o Sr. Director do Jornal que continha o citado editorial na audição realizada no âmbito dos trabalhos da Comissão, e cito, “...*eu cumpro a minha missão pondo uma questão que se me afigura obscura e pouco transparente e se ela for esclarecida, o objectivo é atingido.*” - fim de citação. E muito embora nessa mesma audição, invocando o segredo profissional que lhe assiste como jornalista, o mesmo Sr. Director se tenha recusado a apresentar provas concretas das suspeições que levantou no dito editorial, o facto é que também ele contribuiu, é importante reconhecê-lo, de forma particularmente significativa para que o Bom Nome e Imagem dos Membros do VII Governo Regional, e de outras entidades públicas e privadas, fossem devidamente acautelados com o cabal esclarecimento desta situação.

Se dúvidas houvesse, o editorial teve o inegável mérito de provocar um processo que culminou em conclusões que se pronunciam pela não confirmação das suspeições aí insistentemente levantadas.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Chegados à fase de apreciação dos resultados do trabalho da Comissão Eventual de Inquérito, nada mais lógico do que recordar os objectivos que lhe foram fixados pelo Plenário da Assembleia. Assim sendo, a Resolução constitutiva determinava que fosse feito o completo esclarecimento e apuramento de toda a verdade relativamente a todas as suspeições contidas no já citado editorial e ainda, sobre todos os demais factos que o decurso dos trabalhos pudesse suscitar.

Seja-nos, então, permitido relembrar o editorial.

Por entre expressões como “*promiscuidade incompatível com a transparência exigível à governação*”, “*movimentações de certos sectores empresariais à volta de negócios em que a influência governamental é decisiva e às quais o actual executivo parece ter dificuldades em resistir*” e “*não é fácil deixar de conotar ligações aparentemente interesseiras*”, eram feitas referências expressas a algumas questões que se colocavam então com particular acuidade.

Assim, e no entender do autor do editorial, a adjudicação dos terrenos da Rua do Calhau a um determinado grupo económico havia sido cancelada de forma arbitrária; a distribuição de combustíveis pelas ilhas açorianas e o Parque de Combustíveis da Praia da Vitória tinham contornos de promiscuidade político-empresarial e a decisão da EDA de adquirir combustíveis no mercado primário, envolvia gestores ligados a empresas actuando na área dos combustíveis. Era igualmente referido o transporte marítimo de passageiros.

Conjugando o teor da Resolução com o teor do editorial, não será necessário grande esforço para perceber que eram dessas suspeições, dessas ligações obscuras – segundo o título do editorial -, o cabal esclarecimento que se impunha fazer. Era a resposta a estas questões que o Plenário impunha à Comissão que obtivesse.

Em segundo lugar, havia quase como uma cláusula de indefinido alargamento da área de actuação desta Comissão de Inquérito. Tratava-se da referência a que a Comissão teria igualmente a capacidade de averiguar todos os demais factos que o decurso dos trabalhos pudesse suscitar.

Ora, a forma como se entende esta referência a *todos os demais factos* não é, seguramente, a de entender que esta Comissão Eventual tenha recebido uma espécie de *cheque em branco* do Plenário para investigar toda a actuação do VII Governo Regional, ou sequer toda a actuação do Sr. Secretário Regional da Economia. Tal interpretação, se não impedida pelo rigor que deve haver na concretização da função fiscalizadora do Parlamento mas que deve ser respeitadora da liberdade de acção do Executivo, esbarra, impreterivelmente, com o espírito do Regimento desta Assembleia que impõe a rigorosa definição do objecto das Comissões Eventuais.

Impõe-se assim, que exista uma delimitação objectiva dos fins da Comissão Eventual.

Em consequência, a Comissão Eventual de Inquérito não só teria a incumbência de averiguar eventuais ligações obscuras nas questões atrás citadas dos terrenos da Rua do Calhau e outros, mas estaria igualmente habilitada a investigar a

existência de ligações obscuras noutros assuntos que factos revelados no decurso dos trabalhos pudessem vir a demonstrar como sendo necessário investigar.

Era assim a questão da eventual existência de ligações obscuras, a eventual existência de promiscuidade entre interesses económicos privados e o VII Governo Regional, era, em suma, a questão da ilegítima influência de interesses privados em decisões de entes públicos queurgia responder para defesa da isenção, imparcialidade e respeito pela lei a que um governo estava, e está, adstrito.

Aqui chegados, estando nós no término dos nossos trabalhos, após cerca de dois anos de funcionamento, de milhares de páginas lidas e numerosas audições realizadas, quer a entidades públicas, quer a entidades privadas, a profundidade, a minúcia e o rigor do trabalho de investigação da Comissão de Inquérito é inquestionável.

Mas a avaliação da actuação do Governo não se esgota nos assim chamados *dossiers*, nem se pode limitar à leitura das conclusões da Comissão.

Aspectos há que o decurso dos trabalhos da mesma Comissão de Inquérito permitiu descortinar e, na maior parte dos casos confirmar, em relação ao comportamento e actuação do VII Governo Regional.

O primeiro aspecto diz respeito ao relacionamento que se estabeleceu entre a Comissão e o Governo, mais propriamente o Sr. Secretário Regional da Economia.

A postura sempre disponível e colaborante que o Sr. Secretário demonstrou perante a Comissão, facultando prontamente os documentos solicitados, prestando as informações requeridas e apresentando-se às numerosas audições realizadas, também deve ser valorada neste momento e por este Plenário.

Esta postura não assume a relevância que atrás referimos, apenas por ser a postura do Sr. Secretário Regional da Economia. A importância deste comportamento manifesta-se também, e sobretudo, no facto de ser sintomático duma determinada conduta do VII Governo Regional.

Efectivamente, a colaboração pronta, total e sempre presente, é, por si só, demonstrativa de um saudável entendimento, e sobretudo respeito, por aquelas

que são as funções fiscalizadoras da Assembleia Legislativa Regional. É a prova, se provas necessárias fossem, de que o VII Governo Regional assume na sua plenitude a configuração do nosso sistema político e, conseqüentemente, aceita na sua plenitude a função fiscalizadora do Parlamento.

Mas poderão dizer-me, qual a necessidade de se referir isto?

O Governo mais não fez do que cumprir com as suas obrigações!

Estamos inteiramente de acordo!

Mas a começar pela circunstância de assim se demonstrar e reconhecer que este é um Governo que cumpre com as suas obrigações, o facto é que é a postura de alguns partidos da oposição que faz com este simples cumprimento pelo Governo duma normal obrigação assuma a importância e o significado que neste caso constatamos.

Deste Governo já se afirmou quase tudo: que desrespeitava o Parlamento, que menosprezava a Assembleia, atentava contra a Autonomia, etc. E, no entanto, como no caso desta Comissão de Inquérito, desde a primeira hora foi prestada toda a colaboração. Desde o início que o próprio Sr. Presidente do Governo exortou a que se investigasse, a que se fiscalizasse, em suma, pediu que a Assembleia exercitasse total e cabalmente os seus poderes fiscalizadores.

Aqui temos assim, que, mais do que os fantasmas injustamente agitados, são os comportamentos dos Membros do Governo que acabam por vir a demonstrar a falsidade de muitas acusações.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Sr. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para além destas circunstâncias, paralelas é certo, mas bem reveladoras, o Plenário dispõe do Relatório da Comissão que, incidindo sobre 5 áreas distintas, dá uma resposta concreta e inequívoca à questão da confirmação ou não das suspeições levantadas no editorial.

A começar no assim chamado *dossier* dos terrenos da Rua do Calhau, passando pela distribuição de combustíveis, Parque de Combustíveis da Praia da Vitória, transporte marítimo de passageiros e, finalmente, a aquisição de combustíveis pela EDA, em todos estes processos a Comissão apresenta conclusões claras; em

todos os casos não foram recolhidos elementos que sequer indiciem a existência de ligações obscuras ou promiscuidade de interesses.

E sobre este assunto, dada a clareza do Relatório da Comissão, mais não fazemos do que constatar que é este, e exactamente este, o sentido da resposta à questão principal colocada pelo Plenário à Comissão.

Mas permitam-me, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Sr. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, uma referência mais detalhada a três situações.

Em primeiro lugar, o chamado processo dos terrenos da Rua do Calhau.

Neste assunto, perante uma situação em que eram notórias flagrantes ilegalidades, em que sob a capa do desenvolvimento económico se preparava todo um quadro de lesão de interesses privados, lesão de interesses patrimoniais da própria Região e violação do quadro legal existente, o VII Governo Regional não hesitou em actuar guiado, não em primeira mão pelos seus objectivos, como até seria legítimo, mas pela defesa e salvaguarda de princípios do próprio sistema democrático: a subordinação ao poder político democrático de todos os outros poderes, nomeadamente o económico.

Diga-se o que se disser, defender-se outra solução que não a perfilhada pelo VII Governo Regional, a pretexto do desenvolvimento económico, é inverter a relação de poderes, abrindo portas a que vigore a lei de que quem manda é o mais forte economicamente.

Deputada Berta Cabral (PSD): O tempo encarregou-se já de resolver isso!

O Orador: É assim que, numa questão que até poderia parecer menor, mas que assume particular significado dado os importantes princípios que se entrechocavam, o VII Governo Regional decidiu, e decidiu bem. A bem da Democracia, a bem de um saudável poder político democrático, a bem da clareza das decisões, a bem da Autonomia que se encontravam sobremaneira ameaçadas pelas Resoluções do VI Governo Regional relativas a este assunto.

A outra referência, sem prejuízo dos esclarecimentos que será possível apresentar no período de debate que certamente se seguirá, diz respeito aos processos do Parque de Combustíveis e transporte marítimo de passageiros.

Nestes dois aspectos, e apenas parcialmente, os deputados socialistas não aderiram às conclusões da Comissão, abstendo-se na respectiva votação.

Consideramos que num e noutro caso, a Comissão vai mais além do que aquilo que, em nossa opinião, lhe era pedido.

Quer o segundo parágrafo das conclusões relativas ao Parque de Combustíveis da Praia da Vitória, quer o primeiro parágrafo das conclusões relativas ao transporte marítimo de passageiros, configuram um juízo de valor sobre o mérito material das políticas do VII Governo Regional relativas a estes sectores.

Ora, e conforme o que atrás expusemos, não é seguramente necessária uma Comissão Eventual de Inquérito para sustentáculo desse tipo de juízos.

Todos os dias os partidos políticos, os órgãos de comunicação social, o cidadão comum, fazem juízos sobre o mérito ou demérito das políticas do Governo.

É algo de perfeitamente natural, quase corriqueiro que, julgamos, salvo o devido respeito, não estar abrangido pelo objecto desta Comissão, pela simples circunstância de que esta apreciação do mérito das políticas governativas estar, à partida, condicionada pela matriz ideológica de cada partido.

Mas - e aí é que está a razão da nossa abstenção - numa Comissão Eventual de Inquérito, cumprido o objectivo principal, é entendimento do Partido Socialista que cada partido deve ter a liberdade de formular os juízos que muito bem entender.

É assim que, muito embora não aderindo à concretização, mas respeitando o princípio, o Partido Socialista absteve-se, manifestando assim o seu respeito por aquela que considera ser a legítima liberdade de cada partido se movimentar dentro dos limites da Comissão de Inquérito.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista termina este trabalho com redobrada satisfação.

Satisfação por ter contribuído empenhadamente para que a Assembleia Legislativa Regional cumprisse, cabal e totalmente, a sua função fiscalizadora; satisfação porque foi possível efectivamente cumpri-las e assim chegar a conclusões claras e inequívocas relativamente às questões que o Plenário havia

incumbido esta Comissão de esclarecer, e conseqüentemente, concluir pela não confirmação das suspeições levantadas no editorial;

satisfação por constatar que o VII Governo Regional atravessou todo este processo com a serenidade de quem nada tem a temer, a firmeza de quem sabe o mérito e a importância da missão que deve cumprir e a força de quem sabe a confiança de que é merecedor.

Disse!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal como representante do PSD.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Na sequência da aprovação por esta Assembleia da Resolução n.º 18/98/A, de 21 de Outubro, que criou a Comissão de Inquérito para a averiguação de suspeições levantadas na comunicação social, o **PSD sempre pautou a sua actuação com o maior rigor e objectividade sem constrangimentos pessoais ou preocupações de carácter político-partidário, que visassem atingir ou defender a imagem do Governo.**

Comprovando esta postura de rigor e objectividade são as conclusões por nós apresentadas, que procuraram traduzir politicamente os factos, aprovados por todos os membros da Comissão. Inclusivamente, houve um dossier em que, o PSD, movido por esse espírito de rigor, isenção e verdade, concluiu não haver qualquer matéria que pudesse de algum modo beliscar a actuação do Governo, pela falta de transparência na sua acção.

Porém, outras houve, que, em coerência, se considerou haver, umas vezes falta de transparência, outras, contradições e incompetências, ainda outras má gestão e procedimentos eticamente condenáveis e até situações de flagrante irregularidade e ilegalidade.

O PSD está assim de consciência tranquila consigo próprio e até orgulhoso pelo trabalho sério que desenvolveu.

Em nenhum dos pontos das conclusões, o PSD fez referência ao facto de existirem ou não ligações obscuras. Não o fez, nem o poderia fazer, com seriedade e rigor porque é inaceitável e inconcebível que se afirme algo, como conclusão que mais não é que um conceito indeterminado e tão abrangente quanto abstracto. Só por aqui já se poderá constatar, que as propostas aprovadas por maioria na Comissão estão viciadas de um propósito indisfarçável e de uma preocupação de que mais importante que a objectividade é a defesa, a qualquer custo, da imagem de uns e da actuação de outros.

Aliás, o objecto da Resolução na criação da Comissão foi para averiguar as suspeições levantadas na imprensa regional, nunca a limitando a verificar da existência das denominadas ligações obscuras, que mais não é do que um mero título, subjectivo, do autor do artigo que esteve na base da Resolução. ~

Entende, por isso, o PSD que a Comissão, por voto maioritário, se auto-limitou nas suas conclusões, escudando-se atrás de um conceito indeterminado, para evitar virem à luz do dia algumas das suspeições que os factos, unanimemente aprovados, bem indicaram.

(Risos do Secretário Regional da Economia e do Presidente do Governo Regional dos Açores).

Senão vejamos:

No que respeita à construção do Parque de Combustíveis da Praia da Vitória, o Secretário Regional da Economia, **inicialmente numa postura quase comovente, levou algumas horas a tentar apresentar argumentos à Comissão, que fossem convincentes para fundamentar a decisão do Governo de que o cenário de distribuição de combustíveis deveria passar pela alteração do sistema actual, passando a existir um novo centro de distribuição no porto da Praia da Vitória.**

A 20 de Outubro de 1998 perante a Comissão o Secretário da Economia chegou a afirmar o seguinte:

" A Fresti apresentou a descrição da proposta, O curriculum, as qualificações académicas e profissionais, tendo já trabalhado para a União Europeia em vários estudos sobre os combustíveis, parecendo ser a empresa ideal, pelo que à mesma foi adjudicado o estudo de abastecimento de combustíveis, estudo esse complexo que envolve algumas variáveis complexas onde se fazem vários cenários" - fim de citação.

Nessa sua justificação o Secretário da Economia chegou a alegar que a "Fresti era a empresa que mais sabia nesta área, porque participou num estudo internacional sobre combustíveis nos Açores com a DG VII. "

E adiantava: " Com um único centro de distribuição em S. Miguel e com dois centros de distribuição um em S. Miguel e outro na Terceira verifica-se que, só no custo de transportes, há uma redução de 108 mil contos. Se considerarmos os custos de armazenagem a diferença a será de 283 mil contos/ano, o que é considerável." - fim de citação.

"Há um estudo técnico onde nos baseamos e que até é evidente, não é preciso um estudo muito avançado para perceber que isto é assim.

E uma questão de estratégia, de política, de técnica, é uma questão económica", concluía o Secretário da Economia.

Passados uns meses, com muitos factos políticos de permeio, muito estranhamente o estudo da Fresti que era muito complexo, passou a parcelar, servindo inclusivamente o valor da adjudicação do estudo - 4 mil contos - como factor de pouca credibilidade para ser tido em conta para a decisão final.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD).

O Secretário da Economia foi a contradição em pessoa.

Vejamos, apenas, algumas das declarações da última audição do Secretário da Economia a 22 de Fevereiro de 2000, constantes da matéria de facto, aprovada por unanimidade.

" O Governo não tomou o estudo que a Fresti fez como uma decisão tomada. É um estudo parcelar .

O Governo não ia decidir nada, baseado num estudo de 4000 contos."

(Risos dos Deputados da bancada do PSD).

Mas um ano antes, a Frestri era a empresa que mais sabia nesta área!

Mas um ano antes a criação de um centro de distribuição na Praia da Vitória, implicava uma redução da ordem dos 283 mil contos por ano!

Perante estas indiscutíveis contradições, - como tantas outras detectadas neste dossier - o Governo tinha dois caminhos: ou reconhecia a sua incompetência na condução dos negócios públicos ou sujeitava-se a ser alvo de suspeitas de falta de transparência.

A matéria de facto é indesmentível - foi aprovada por unanimidade - o resto é a defesa impossível de um Governo muito preocupado com a aparência.

Perdeu-se ou não tempo e dinheiro com os estudos que num determinado momento interessava fazer constar que eram complexos e da mais bem cotada empresa do sector, para mais tarde desdizer, tudo isto?

É esta uma das conclusões do PSD e que a Comissão, estranhamente, não aprovou.

O Governo deu ou não deu o dito por não dito?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não deu!

O Orador: A evidência é tal que só quem se encontra politicamente ofuscado não o quer reconhecer.

E foi isso o que aconteceu com a maioria dos membros da Comissão.

Mesmo assim, a Comissão inspirou-se nas outras 2 conclusões propostas pelo PSD para concluir que todo o processo está eivado de contradições e reflecte o modo ziguezagueante e incoerente da sua acção do Governo desacreditando-o perante as instituições os empresários e a opinião pública.

Recorde-se que nem o próprio PS votou contra estas conclusões .

(Risos do Deputado Vasco Cordeiro).

Considera o Governo que sai incólume neste processo?

Estas conclusões permitem levianamente afirmar que a Comissão perdeu o seu tempo?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O PSD sim! A Comissão não!

O Orador: É óbvio que, no mínimo, face às conclusões, o Governo agiu, sem coerência, sem rigor, o que suscita por si só suspeições que são inaceitáveis e criticáveis em qualquer acção governativa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O PSD perdeu!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional optou por anular a abertura do concurso e a adjudicação dos terrenos da Rua do Calhau ao Grupo Bensaúde. Quando podia ter optado por sanar as eventuais irregularidades, dando, todavia, seguimento ao procedimento, permitindo, assim, a construção dos hotéis.

Os Tribunais nunca chegaram a dar razão ao Governo Regional na matéria da anulação do concurso de 1996, na revogação da adjudicação ao Grupo Bensaúde. A única decisão que os Tribunais tomaram foi em relação ao pedido de suspensão de eficácia desses actos.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Eles até retiraram a queixa e tudo!

O Orador: Tudo mais não passou de pareceres jurídicos deste e daquele jurista. E pareceres há muitos...e para todos os gostos.

O Governo Regional tomou as suas opções. Pelas razões que ele bem sabe e bem conhece.

O Governo Regional abriu novo concurso para os terrenos da Rua do Calhau. Sendo estes atribuídos, novamente, ao Grupo Bensaúde.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Mas agora a sério!

O Orador: O segundo concurso foi ele também contestado pelo concorrente Investaçor.

Deputada Berta Cabral (PSD): Exactamente!

O Orador: Passados quase quatro anos, os terrenos da Rua do Calhau continuam como estavam. E os turistas continuam sem dar com as portas do Hotel da Rua do Calhau.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Por isso é que nós temos 1 500 camas para oferecer e você não fez nada!

O Orador: E os Tribunais nunca chegaram a dar razão ao discurso inaugural do Governo Regional. E os queixosos desistiram, sendo-lhes atribuído, de novo, os terrenos da Rua do Calhau.

Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Do mesmo modo que no dossier de Construção do Parque de Combustíveis da Praia da Vitória, o PSD também considera que na Aquisição de Combustíveis pela EDA, o processo está igualmente eivado de contradições e incoerências, para além do Governo não ir poupar o valor anunciado e defendido como a principal razão da posição inicial de compra no mercado primário.

Por outro lado, a alteração da posição do Governo relativamente à posição de aquisição de combustíveis pela EDA, poderá indiciar uma gestão pouco transparente. Também, aqui o Secretário da Economia levou algumas horas na Comissão a esgrimir argumentos defendendo que a aquisição de fuel teria de passar a ser efectuada directamente no mercado primário.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Ou a outra alternativa!

O Orador: Só assim a Região deixaria de gastar largas centenas de milhares de contos por ano, entre 850 mil a um milhão de contos.

Aquisição do fuel directamente pela EDA, em associação com a EDP ou outras empresas. Com sistema de tancagem próprio ou alugado.

Mas a solução passava única e exclusivamente, sempre, sempre e mesmo sempre, pela compra directa no mercado internacional.

Doa a quem doer!

Custe o que custar a quem não gostar de ouvir, a verdade é esta!

E, afinal, surpreendentemente e contra todas as afirmações feitas, com grande convicção e absoluta certeza, a decisão do Governo foi precisamente a contrária!

Durante os próximos dez anos, a EDA estará impedida de proceder à aquisição do Fuel no mercado internacional!

O PSD não pode deixar de registar, que após a aprovação desta resolução do Governo, que impede a EDA de adquirir o fuel no mercado primário nos próximos

10 anos, o seu Presidente do Conselho de Administração em carta enviada ao Presidente desta Assembleia Legislativa onde apresenta uma série de argumentos que contrariam a decisão governamental tomada, a determinada altura, refere:

"A solução equacionada de alternativa de abastecimento de Fuel pelo monopolista regional só faria sentido, conforme os estudos indicam e o protocolo assinado entre os dois Governos prevê' através de compra via EDP. Ou seja, qualquer aquisição de fuel, para ser rentável para a Região teria de ser feita fora dos circuitos ao nível regional ou até fora dos circuitos a nível nacional, onde operam outras petrolíferas" - citei.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O dossier que, no entender do PSD, merece maior censura política é o do Transporte Marítimo de Cargas e Passageiros.

Aliás, é a própria Comissão sem a oposição dos membros do Partido Socialista...

Deputado José Humberto Chaves (PS): Isso são dores de cotovelo!

O Orador: ...que concluiu " terem ocorrido situações anormais eivadas de irregularidades e feridas de ilegalidades, tendo este Governo procedido de forma eticamente incorrecta, com naturais penalizações para algumas expectativas comerciais envolvidas no sector", conclusões essas que são coincidentes com as propostas de conclusões previamente apresentadas pelo PSD.

Poderá o Governo regozijar-se, como aparentemente vem fazendo, com conclusões desta gravidade?

Se o Governo assume esta postura, é porque considera de somenos importância e de alguma vulgaridade agir contra a lei, e em violação de princípios éticos e ilegais que devem forçosamente, pelo menos no mundo ocidental, nortear a acção de qualquer Governo.

Todo este processo é tão estranho, quanto irrazoável; desde logo, a começar por se abrir uma Consulta pelo curtíssimo período de nove dias, quando os requisitos eram impossíveis de cumprir, pelo menos para as empresas que não tiveram prévio conhecimento dessa iniciativa de Consulta.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Os terrenos da Calheta foram 17 dias!

O Orador: Refira-se que, conforme consta da matéria de facto aprovada por unanimidade, "o barco pretendido era estilo ferry boat. Não estava no caderno de encargos, mas era o que estava no espírito do pensamento do Secretário".

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): O que é que lhe parecia o "ferry boat"?!

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Basta ver as resoluções de 81. Vocês só sabiam governar por resoluções!

O Orador: As dúvidas, se elas existissem, foram completamente dissipadas com a série de irregularidades detectadas pela Comissão, todas elas com vista à concessão do serviço de transporte a determinada empresa.

Inclusivamente, as características da embarcação exigidas pela Consulta, nos diversos parâmetros, são feitas à medida do Lobo Marinho que era suposto vir a operar, e que era pertença da empresa a quem foi adjudicada a prestação do serviço.

Senão vejamos:

Comprimento Máximo - 90 metros

Lobo Marinho - 87,25 metros

Deputado Augusto Élavai (*PS*): Então não é igual!

O Orador: Calado Máximo - 5,50 metros

Lobo Marinho - 5,43 metros

Número de hélices e de lemes - 2

Lobo Marinho - 2 hélices e 2 lemes

Calado máximo em lastro - 4 metros

Lobo Marinho - 3,95 metros

Mais ainda - está quase acabar mas ainda tem mais para ouvir!

Assinado o contrato, tendo em conta as características exigidas no Caderno de Encargos, a empresa acabou por substituir o Lobo Marinho por outra embarcação que desrespeitava o Caderno de Encargos e, mesmo assim, o Governo nada alterou e o próprio Secretário da Economia teve a desfaçatez de afirmar - **matéria dada por**

provada - " que tal desrespeito não é importante porque o Lady of Man, que tem 104 metros de comprimento, e entrou em todos os portos da Região. "

Para este Governo, mais importante que o respeito pela legalidade é a teoria do facto consumado!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É a experiência...!

O Orador: Pelo contrário, agora sim, numa postura estritamente legalista, o Secretário da Economia excluiu as propostas da Lusitânia Ferries (que o Secretário disse que não estava à espera que aparecesse a concurso e a Transmaçor pela falta de um requisito que o próprio Caderno de Encargos não previa - a inclusão, de um comandante na embarcação Independência...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não é verdade! É a falta de um técnico!

O Orador: ... - conforme consta na matéria de facto aprovada por unanimidade.

E como classificar o facto também dado como provado e igualmente aprovado por unanimidade da "concessionária ter apresentado para operar no Independência um comandante assessor do Secretário da Economia (a recibo verde)...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Isso não é verdade!!

O Orador: ... que fez parte do júri de análise deste processo, que antes de ser assessor prestou serviço à empresa concessionária e depois voltou de novo a ser assessor do Secretário da Economia?

Para terminar, convém salientar ainda que enquanto o Secretário da Economia resolveu anular a adjudicação já efectuada a uma empresa de distribuição de combustíveis, pelo facto do navio apresentado na proposta vencedora não dispor de determinado tipo de equipamento acessório, no caso em apreço, o mesmo Secretário não tomou idêntica decisão pelo navio não cumprir com as exigências do Caderno de Encargos.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Isso foi um concurso público senhor, é totalmente diferente!

O Orador: Esta dualidade de critérios não será a prova que o Governo tem dois pesos e duas medidas, consoante os intervenientes?

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Olhe que não!

O Orador: O PSD julga que sim!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Julga mal!

(Risos de alguns deputados da bancada do PS)

O Orador: Para o PSD isso é inaceitável, demonstra falta de transparência e poderá indiciar favorecimento a uns em detrimento de outros.

Será isso uma ligação obscura?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): E o que é que os Srs. fizeram em 87?! Entregaram tudo à Transmaçor, não foi?!

O Orador: Há quem pense que não.

E há quem não queira ir por aí.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro como representante do Grupo Parlamentar do PP.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

A 1 de Setembro de 1998 um editorial do “Açoriano Oriental”, intitulado “Ligações Obscuras”, suscitava a existência de situações com contornos de uma promiscuidade político-empresarial a exigir uma transparência irrepreensível nas decisões a tomar.

Por outro lado, faziam-se outras insinuações e levantavam-se suspeições capazes de pôr em causa não só instituições públicas, como a honestidade e o bom nome de empresários e políticos, directa ou indirectamente citados nessa alegada teia de ligações e interesses obscuros, em que o então líder do CDS/PP e Deputado Regional foi expressamente mencionado.

Face ao impacto que o referido editorial teve, o Governo Regional e o PS pediram uma investigação parlamentar sobre a matéria e o CDS/Partido Popular foi ainda

mais longe ao propôr uma Comissão de Inquérito, que veio a ser constituída com a aprovação unânime do plenário desta Assembleia Legislativa Regional.

Os trabalhos da Comissão decorreram de forma aberta, possibilitando a todos os intervenientes darem os seus contributos para o apuramento da verdade sobre os diversos dossiers em análise, que haviam sido mencionados no referido editorial.

Pena foi que o autor do citado artigo não tenha colaborado com a Comissão de Inquérito com o fornecimento de elementos de prova sobre as alegadas suspeições e insinuações, já que se remeteu insistentemente para o conteúdo do seu texto, limitando-se a incentivar a Comissão a investigar nos documentos de suporte a cada processo e, obviamente, nas audições que viessem a ocorrer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O trabalho da Comissão de Inquérito foi exaustivo e o volume dos documentos de suporte e das transcrições das audições justificam plenamente o prolongamento desta tarefa por cerca de 18 meses, já que também estiveram naturalmente condicionados pelo restante calendário de funcionamento deste Parlamento e das suas diversas Comissões Especializadas.

Importa ainda realçar que as matérias de facto, seleccionadas para cada um dos cinco processos em análise, recolheram o consenso da Comissão, o que traduz o sentido de procura da verdade em toda esta matéria.

Finalmente, no que concerne às conclusões da Comissão de Inquérito foi possível encontrar um critério equilibrado que contempla ambas as perspectivas antagónicas com que a Comissão se confrontou.

Importava que a Comissão de Inquérito fosse tanto quanto possível conclusiva.

Foi isso que aconteceu.

O objectivo da Comissão de Inquérito era um completo esclarecimento e apuramento de toda a verdade relativamente a todas as suspeições contidas no artigo.

Foi isso que foi feito, tendo presente os documentos existentes e as audições realizadas.

Assim, no que respeita ao processo dos Terrenos da Rua do Calhau, não foram recolhidos quaisquer indícios que permitam afirmar a existência de ligações obscuras ou promiscuidade de interesses entre privados e o VII Governo Regional.

Quanto ao processo da Distribuição de Combustíveis relativamente às suspeições levantadas, nomeadamente a referência à promiscuidade político-empresarial, não constam elementos que indiciem a existência de irregularidades, ou ilegítimos relacionamentos, ou a influência ilegítima de interesses privados nas decisões de entes públicas relativas à distribuição de combustíveis inter-ilhas.

Aliás, foi reconhecido, por unanimidade, que face às insuficiências da iniciativa privada perante os sucessivos concursos públicos e as vicissitudes que daí decorreram, a actuação do VII Governo Regional, nesta matéria, tem-se pautado pelo cumprimento da legalidade.

E aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, permitam-me que acrescente que quando se conclui sobre um dossier de forma tão objectiva, que a actuação do VII Governo pautou-se pelo cumprimento da legalidade, não nos parece difícil fazer a conclusão lógica, tal como aconteceu no âmbito dos trabalhos das conclusões da Comissão de Inquérito.

No processo do Parque de Combustíveis não houve elementos que indiciassem a existência de ligações obscuras entre empresários ligados ao sector de fornecimento de combustíveis na ilha Terceira e o VII Governo Regional.

Quanto à aquisição de Combustíveis pela EDA, não se detectou qualquer ligação obscura, ilegítima ou promíscua entre empresários do sector, ou com interesses no mesmo, e o VII Governo Regional.

Finalmente no que respeita ao processo de Transporte Marítimo de Passageiros - naturalmente, o mais polémico, como ainda há pouco acabámos de confirmar pelas declarações feitas nesta tribuna - apesar de terem ocorrido situações anormais, eivadas de irregularidades e feridas de ilegalidade, com naturais penalizações para algumas expectativas comerciais envolvidas no sector, a Comissão de Inquérito, acabou por não encontrar elementos objectivos que permitam concluir da existência de ligações obscuras entre empresários ligados ao sector e o VII Governo Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Se ninguém provou ou demonstrou perante a Comissão a concretização das referidas suspeições ou insinuações, nem a Comissão as conseguiu apurar (de forma objectiva, claro está!), imponha-se, então, concluir no sentido do não apuramento das mesmas.

Não nos esqueçamos que está em causa a honestidade e o bom nome de pessoas e Instituições.

Porém, isto não podia impedir que a Comissão desse luz a um conjunto de situações que vieram a lume em cada um dos processos averiguados e que são técnica e politicamente relevantes - foi isso que a Comissão fez.

No caso dos Terrenos da Rua do Calhau, as decisões de anulação das Resoluções do VI Governo Regional que enfermavam de vícios de ilegalidade, não foram arbitrárias - considera a Comissão - antes se mostraram adequadas e eficazes para a reposição da legalidade e defesa dos direitos dos privados, acabando por se revelar também vantajosa para os interesses da Região.

No que respeita à construção do Parque de Combustíveis da Praia da Vitória - conclui também a Comissão - o processo está eivado de contradições e reflecte o modo ziguezagueante e incoerente que tem caracterizado a acção do VII Governo Regional, nesta matéria, desacreditando-o perante as instituições, os empresários e a opinião pública.

Por último, o processo de Aquisição de Combustíveis pela EDA, revela algumas contradições e precipitações por parte do VII Governo Regional, já que enunciou determinadas metas, associadas a alterações políticas que apontavam para a aquisição de combustíveis no mercado primário - com vantagens financeiras significativas - criando assim excessivas expectativas que não vieram a ser concretizadas, apesar de, na prática, se ter conseguido ganhos para a Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos, por isso, satisfeitos com o resultado do trabalho desta Comissão de Inquérito.

O facto da maioria das conclusões ter sido apurada maioritariamente, em nada as diminui. Antes pelo contrário, é bom termos presente que não estamos perante a expressão da vontade política de qualquer maioria absoluta.

Por nós, são tão credíveis as conclusões apuradas com os votos do PP e os votos do PSD, como são credíveis as conclusões apuradas com os votos do PP e os votos do PS.

É bom fazer lembrar que das 10 conclusões apuradas pela Comissão de Inquérito, houve 4 diferentes modalidades de votação. 6 das conclusões foram aprovadas pelo PS e pelo PP, com os votos contra do PSD. 2 das conclusões foram aprovadas pelo PSD e pelo PP, com a abstenção do PS. Uma conclusão foi aprovada pelo PS e pelo PP, com a abstenção do PSD. Por último, uma outra conclusão foi aprovada por unanimidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para nós, isto é um sinal claro do trabalho sério e da credibilidade das conclusões saídas da Comissão de Inquérito.

Presidente: Tem a palavra o representante do PCP, Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Esta Assembleia Regional deliberou criar uma Comissão de Inquérito para a averiguação de suspeições levantadas na imprensa regional.

Antes de avançarmos na análise global deste caso permitam-me uma reflexão breve sobre o funcionamento da Comissão de Inquérito e da nossa própria participação nesta Comissão.

Os trabalhos da Comissão decorreram com rigor e empenho e as audições foram contribuindo de forma muito clara para demonstrar a complexidade dos dossiers e a complexidade dos interesses envolvidos.

A nossa participação na parte final dos trabalhos foi prejudicada pelo mau tempo que fez cancelar alguns voos nesse período. Não obstante isso não deixaremos de clarificar as nossa posições face ao relatório que está aqui a ser apreciado e às respectivas conclusões.

Os dossiers apreciados referentes aos terrenos da Rua do calhau, a Distribuição de Combustíveis, o Parque de combustíveis, o transporte marítimo de carga e Passageiros e a Aquisição de Combustíveis pela EDA, englobam matérias que, no plano político ultrapassam muitas delas meras questões de luta de interesses e acabam por ter ligações concretas a problemas estratégicos da vida regional.

A análise destes dossiers inclui, necessariamente, uma análise às opções e orientações do governo regional para essas questões, ultrapassando em muito a

análise concreta dos problemas de procedimentos.

O editorial que motivou certas reacções políticas, que por sua vez motivaram a proposta de constituição desta Comissão de Inquérito, é uma intervenção pública assumida por um jornalista, na qual é questionada, no fundo, as razões ou algumas das razões, que levaram o então novo Governo a tomar posições, atitudes e opções, que eram diferentes das tomadas pelos Governos anteriores.

As reacções políticas tomadas face a esse editorial, no imediato, foram elas próprias reveladoras que determinadas opções defendidas por alguns interventores políticos não deixaram de ter ligações a interesses económicos bem claros e perceptíveis.

A passagem do tempo, a própria forma como o Governo Regional foi encarando os vários dossiers em questão, o próprio relacionamento sócio-político entre a área do Governo e as várias áreas de interesse económico, demonstraram que, inicialmente, se viveu um período onde determinadas exigências políticas, com consequências económicas, estavam a ser acolhidas de forma muito vasta, independentemente do mérito das decisões ou opções em que elas assentavam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

A associação do nome de um antigo Deputado e líder partidário do PP, Dr. José António Monjardino, a esse processo e, a associação feita entre a posição que esse Partido tinha, ao tempo, face ao Governo, com o facto da personalidade em questão ter, como empresário, interesses em alguns desses dossiers, contribuiu muitíssimo para a dimensão política que este caso assumiu.

A retirada, dessa personalidade, decidida pelo próprio, da vida política regional e a progressiva modificação do posicionamento do PP na vida política regional, coincidem, **quer se queira, quer não**, com evoluções diversas das então seguidas em alguns daqueles dossiers.

Não temos qualquer ilusão de que o poder económico condicionou, nesta Região, o poder político e temos a certeza que este processo, ele próprio, levou o poder político regional a rever posições inicialmente assumidas.

Se o editorial que motivou este processo tinha como objectivo condicionar o poder político executivo e fazê-lo ter uma postura mais assente, menos precipitada e mais

conforme com uma faixa de interesses mais antigos, então teremos que concluir que o editorial surtiu o efeito pretendido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional: As reflexões atrás registadas são aquelas que dão resposta à nossa posição de fundo sobre este processo.

Na matéria analisada nada há que permita concluir haver desonestidades pessoais da parte de membros do Governo e isso tem que ser evidenciado.

Na matéria analisada nada há que permita concluir que este Governo é imune às pressões dos interesses económicos instalados e isso também tem que ser evidenciado.

Pensamos que o trabalho da Comissão, os relatórios e os anexos são um excelente material de análise e reflexão sobre a forma como se movimentam e entrechocam os interesses instalados na ordem económica regional.

Pensamos que esses mesmos materiais, associados á análise do quotidiano permitem concluir que o poder político executivo regional é muito frágil face à pressão que sobre ele é feito pelos interesses económicos, o que faz com que alguns destes processos estejam de facto marcados por um estilo governativo " ziguezaguante e incoerente" que tem feito muitas vezes alterar decisões, hesitar, congelar procedimentos, etc.

As conclusões aprovadas merecem a concordância do PCP no que nelas possa haver e que diga respeito à honorabilidade pessoal dos governantes envolvidos, porque nessa matéria só provas objectivas é que permitem conclusões sólidas.

As conclusões aprovadas naquilo, que na sua própria indefinição, visam demonstrar a inexistência de pressões dos grupos económicos sobre as decisões políticas não merecem a nossa aprovação, porque muitos dos relatos registados demonstram que essas pressões são constantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional: O grande mérito político do trabalho desta Comissão reside essencialmente no facto dele permitir concluir que é necessário exigir, para além do cumprimento da legalidade vigente, um muito maior rigor nas decisões políticas por forma a que não possa ficar a suspeição de haver "ligações obscuras"

No caso vertente é bom que se evidencie que se "ligações obscuras" quer dizer corrupção, nada ficou demonstrado, nem seria essa a finalidade da Comissão; se "ligações obscuras" quer dizer pressão do poder económico sobre o poder político, todos os indícios indicam que essa pressão existe e que o poder tende a vacilar perante ela.

Parte das conclusões registadas correspondem ao entendimento essencial que ligou o PS e o PP no início desta legislatura; parte dessas mesmas conclusões correspondem, por seu turno, a uma postura de maior fiscalização política assumida posteriormente pelos vários partidos da oposição.

Se o deputado da Representação Parlamentar do PCP tivesse votado estas conclusões ter-se-ia absterido, considerando-se a necessidade de ficar bem evidente a pressão existente do poder económico sobre o Governo Regional.

Presidente: O Governo Regional também tem direito de usar da palavra para uma primeira intervenção. Por isso, pergunto se, na pessoa do Sr. Presidente, o Governo pretende intervir agora?

Presidente do Governo Regional (Carlos César): De momento não, Sr. Presidente.

Presidente: Assim sendo, vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

(Eram 16 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos, pelo que agradecia que retomassem os vossos lugares.

(Eram 17 horas e 15 minutos)

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Já em sede de debate sobre o relatório em causa, existem dois ou três aspectos da intervenção do Sr. Deputado Eugénio Leal, sobre os quais eu gostaria de tecer algumas considerações.

Em primeiro lugar, o facto do Sr. Deputado afirmar que a Comissão não se pronunciou sobre a existência ou não de ligações obscuras, nem o poderia fazer com seriedade. Que a Comissão - diz também - "auto-limitou-se".

Bem, Sr. Deputado, se é verdade aquilo que diz, só o é a partir do momento em que surgiram as conclusões que vão no sentido da não existência de ligações obscuras, porque o Sr. Presidente da Comissão afirmou sempre que o objectivo desta Comissão de Inquérito era exactamente este: ver se existiam ou não ligações obscuras, investigar se elas existiam ou não. Assim foi na primeira reunião, a páginas 5, linhas 6 a 7, nas linhas 31 a 33, nas linhas 38 a 39; na página 7 da transcrição da primeira reunião o Sr. Presidente reafirma isso nas linhas 24 a 26; na página 11, linhas 7 a 9; na página 16, linhas 18 a 21.

Mas não foi só na primeira reunião.

Na segunda reunião, a páginas 33, linhas 22 a 26, o Sr. Presidente torna a referir este aspecto.

Na terceira reunião, página 33, linhas 22 a 26, diz de novo esta intenção e este objectivo da Comissão.

Na reunião do dia 21 de Outubro, na página 35, linhas 32 a 35; na página 36, nas linhas 1 a 8 e linhas 20 a 22; na página 41, linhas 22 a 24 e 24 a 26, o Sr. Presidente da Comissão **torna a reafirmar** que o objectivo desta Comissão é o de averiguar a existência ou não de ligações obscuras.

Mas mais. Na quarta reunião no dia 12 de Novembro de 98, o Sr. Presidente volta a dizer o mesmo, nomeadamente na página 45, linhas 35 a 40; na página 59, linhas 24 a 31.

Na audição do dia 13 de Novembro, na página 56, linhas 8 a 13, o Sr. Presidente diz - e permitam-me que leia - "... o que interessa é que objectivamente nas conclusões do relatório chegemos a uma conclusão, ou seja, se há ou não relações obscuras. Isso é o que interessa, independentemente de questões marginais. Nós não vamos julgar o governo anterior, ele já foi julgado, porque houve eleições".

Mas há mais. Na página 58, o Sr. Presidente em resposta a uma intervenção minha, diz qualquer coisa como isto: "Eu já lhe disse que apenas e tão só fiz uma referência

de que esta Comissão tem por objecto, na minha perspectiva, as eventuais ligações deste Governo com os empresários".

E depois, na audição do dia 21 de Novembro de 1998, na página 29, nas linhas 7 a 8, o Sr. Presidente da Comissão diz, e passo a citar, o seguinte: "Ele fazia parte à mesma data da Comissão de Inquérito, porque esta Comissão foi feita, foi decidida e foi aprovada para fazer um inquérito às eventuais ligações deste Governo com os empresários".

Nas linhas 13 a 15, diz o seguinte: "Sobre isso faço questão, como Presidente da Comissão, porque esta foi constituída para averiguar eventuais ligações obscuras deste Governo com a administração".

Nas linhas 22 a 30, o Sr. Presidente da Comissão afirma o seguinte - e passo a citar:- "Esta Comissão foi constituída para analisar e estudar as eventuais ligações deste Governo com os empresários e, portanto, não tem nada a ver com eventuais irregularidades, ilegalidades, má fé, compadrio, corrupção, que se tenha verificado no período anterior à tomada de posse deste Governo com quem quer que seja.

Como Presidente da Comissão, digo e quero que isto fique bem claro, que nada vai constar do relatório final que não seja o objecto da criação desta Comissão".

Ora bem, então o que é que há de novo entre a altura em que isto foi **tão claramente** dito pelo Sr. Presidente da Comissão e hoje? Em que o PSD nega-se a que, efectivamente, não estamos aqui para discutir *ligações obscuras*?

De novo há só uma coisa, sabe o que é?!

Há de novo conclusões que apontam que não existem ligações obscuras. A grande diferença é essa.

Portanto, no mínimo, isto é incoerência da vossa parte ou falta de seriedade!

Quanto aos aspectos do parque de combustíveis da Praia da Vitória e do transporte marítimo de passageiros, o Sr. Deputado faz algumas referências à matéria de facto, a qual vai sempre referindo que foi aprovada por unanimidade, que o Partido Socialista aprovou as propostas da matéria de facto, mas vamos ver então muito claramente de que *matéria de facto* nós estamos aqui a falar.

Nós estamos a falar das propostas de condensação disto, que são as audições só.

A matéria de facto da Comissão é isto!

Portanto, a matéria de facto a que o Sr. Deputado se refere, é apenas parte daquilo que foi dito e trazido ao conhecimento da Comissão.

E sabe porque é que eu tenho a certeza do que estou a afirmar?

Porque fiz questão de no momento em que se estava a votar as propostas do relatório sobre a matéria de facto, esclarecer este aspecto. E, na altura, a minha pergunta foi esta:

- "Mas a Comissão, na elaboração das suas conclusões está limitada a estas propostas que aprovámos?"

E aquilo que me responderam foi "não, estas propostas são apenas a condensação, a súmula daquilo que foram as audições".

Bem, depois, o Sr. Deputado continua a afirmar que o PS não votou contra as conclusões, tentando insinuar de certa forma que o PS até concordava com aquelas acusações feitas de que havia ilegalidades, irregularidades e muito mais outras coisas. Em suma, o Sr. Deputado Eugénio Leal tem uma posição que faz lembrar umas teorias que existiam há uns anos, ou seja, de que as abstenções valem como votos favoráveis. Mas não é assim, Sr. Deputado.

Eu tive o cuidado de esclarecer na minha intervenção, muito claramente, qual tinha sido o sentido da abstenção dos deputados socialistas na Comissão. E esta abstenção tem o significado de se entender que aquelas considerações sobre ilegalidades e irregularidades, não cabem dentro do objecto desta Comissão.

E porque é que não votámos contra?!

Não votámos contra, porque reconhecemos a qualquer um dos partidos o direito de fazer estas considerações.

Porém, vamos partir do princípio que o Grupo Parlamentar do PS entendia que se poderia ou deveria efectivamente analisar as coisas segundo aquela perspectiva. E assim, teríamos que nos pronunciar sobre as propostas de conclusão que realmente surgiram, que falavam de ilegalidades e irregularidades.

Desde já se esclareça que se entendêssemos que deveríamos votar, tê-lo-íamos feito mas contra. E porquê?

Vou explicar-lhe a razão, Sr. Deputado.

Na questão do Parque de Combustíveis da Praia da Vitória, V. Ex^a. faz referência à decisão do Governo de fazer com que a distribuição de combustíveis fosse feita a partir da Praia.

Sr. Deputado, comecemos então por um aspecto que é o seguinte: esta Comissão de Inquérito pode e deve avaliar as acções do Governo. No entanto, não pode nem deve pronunciar-se sobre meras possibilidades de decisão que o Governo tenha, senão nunca mais chegaríamos ao fim, porque possibilidades de decisão são inúmeras.

Se o Sr. Deputado tivesse tanto cuidado, como quer fazer crer, com a análise do relatório ou da matéria de facto sobre a qual insiste permanentemente, teria visto que na questão do Parque de Combustíveis da Praia da Vitória, por exemplo, que o Sr. Secretário Regional é o primeiro a afirmar que "são critérios técnicos e económicos que levam a pensar numa possível modificação da estrutura de abastecimento nas ilhas dos Açores". Mas ele não se fica por aqui, vai mais além e diz "ainda não se tomaram posições irreversíveis".

Depois diz mais adiante, e cito, "não foi ainda tomada nenhuma posição sobre isso. Podem propor-se novos cenários que serão estudados pela FRESTI".

Ora bem, nós estamos então a criticar aqui o quê...?

Estamos a criticar a passagem do Parque de Combustíveis de Angra do Heroísmo para a Praia da Vitória?! É isso que estamos a criticar?! É aí que está o *zigzague*?!

Não há nada disso, porque todas as pessoas e todos os documentos que vieram à Comissão, são unânimes em considerar a necessidade, **a imprescindível necessidade**, de se transferir o Parque de Combustíveis de Angra para a Praia da Vitória.

Mas então o que é que se critica mais...?

Critica-se aquilo que é uma **não decisão** do Governo Regional.

O Governo Regional ainda não decidiu se a distribuição de combustíveis será feita a partir de Angra do Heroísmo ou de outro sítio qualquer.

Portanto, os senhores estão a criticar concretamente o quê?!

Por outro lado, quanto à questão que refere sobre o transporte marítimo de passageiros, nomeadamente a questão que diz respeito às medidas do barco, se o Sr. Deputado não se prendesse apenas aos resumos e lesse o resto, teria visto...

Deputado António Gomes (PS): Mas isso dá muito trabalho!

O Orador:... que desde o início, a questão das medidas é considerada nesta perspectiva.

O Sr. Deputado sabe quando é que surge a necessidade de se optar por outro barco...?

O Sr. Deputado teve o cuidado de comparar datas, de ver quando é que há o surgimento daquela necessidade e o começo da operação...?

Então se teve essa preocupação, como eu acredito que teve, terá verificado que são aproximadamente 15 dias antes - até talvez menos do que isso.

Então se estamos a falar das opções políticas deste Governo, eu pergunto-lhe: o que é que o senhor defendia? Que o Governo cancelasse a operação?! Era isso que o senhor queria?!

A questão que o senhor quer trazer para a colação é a de que o Governo, conscientemente à partida, sabia que ia haver um barco com outras medidas. Só que isso é falso, Sr. Deputado!

A questão de outro barco só surge 15 dias antes do começo da operação. E este Governo, **e muito bem**, decidiu que mais valia realizar-se aquela operação, do que recusar o barco por causa de mais meia dúzia de centímetros ou metros.

Por último, a questão a que se refere o Sr. Deputado sobre os terrenos da Rua do Calhau.

Se me permite, eu devo dizer-lhe que o Sr. Deputado contradiz-se. E fá-lo, porque tem dois pesos e duas medidas. Ou seja, na questão do transporte marítimo de passageiros, o Governo não poderia falhar um metro que fosse no barco. Mas já na questão dos terrenos da Rua do Calhau... bem se calhar dava-se um jeito, deixava-se passar as irregularidades e íamos adiante!

É a isso que o Sr. Deputado chama de coerência?!

Deputado Victor Cruz (PSD): Ah nós é que não fomos sérios?!

O Orador: O Sr. Deputado mais uma vez - e repito que acredito que tenha tido o cuidado de não se prender apenas a esta parte - viu que há vários pareceres jurídicos que não apontam apenas para a questão da anulabilidade. E qual é a consequência da nulidade de um acto?

É a sua inexistência jurídica, certo? Pelo menos foi isso que eu aprendi.

Se assim é, se aquelas resoluções enfermavam de nulidades, se elas eram juridicamente inexistentes, este Governo -e muito bem! - revogou ou cancelou (seja qual for a terminologia que se use) as mesmas. Ou seja, este Governo teve uma decisão de cumprimento da legalidade.

Qual é a diferença entre as duas situações? - já precavendo que o Sr. Deputado quererá inverter o argumento.

A diferença é que enquanto que na questão do transporte marítimo a postura do Governo de optar mesmo assim por um outro barco é justificada, em primeiro lugar, pelo facto desta necessidade só surgir a 15 dias do começo da operação e, em segundo lugar, pela necessidade absoluta desta operação realizar-se, no caso dos terrenos da Rua do Calhau já não é assim, porque havendo nulidade o que o Governo tinha que fazer, e o que realmente fez, foi revogar aquelas resoluções.

Depois o Sr. Deputado avança com um argumento muito interessante e que é este: bem, passaram-se 2, 3 e 4 anos, passou-se uma série de tempo e - pasme-se! - o resultado do concurso é que os terrenos vão para o mesmo concorrente!

E, perante isto, eu estranho, por isso pergunto-lhe o seguinte: por acaso o senhor pensa que o objectivo da revogação daquelas resoluções foi o de evitar que aqueles terrenos fossem para o Grupo Bensaúde?

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Essa é boa!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: *Agora cá!*

O Orador: Pelo amor de Deus!

O Sr. Deputado acha que este Governo revogou essas resoluções para evitar que os terrenos vão para o Grupo Bensaúde e daí o seu argumento de que foram para o mesmo? Mas não é assim.

Se o Sr. Deputado bem percebeu - como eu acredito que tenha percebido - o objectivo daqueles actos do Governo foi salvaguardar uma coisa tão simples quanto isto: a legalidade de uma decisão, a salvaguarda de direitos de privados, a salvaguarda dos interesses patrimoniais da Região.

Acha que isso deve ceder perante o argumento de que se perderam 2 ou 3 anos?!

Acha que a legalidade deve ser *vendida* pela construção do hotel?!

Acha que a defesa dos interesses patrimoniais da Região deve ceder perante o interesse económico?!

Estas são questões concretas, por isso fico a aguardar pela sua resposta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Pergunta-me o senhor, no que respeita ao processo de transporte de cargas e passageiros, se eu pensava que o Governo tinha a intenção de adjudicar a concessão do serviço de transporte a quem adjudicou efectivamente. Nem pensar nisso Sr. Deputado!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Então quem faz um anúncio-consulta com o prazo de 9 dias, onde é preciso apresentar uma série de elementos, onde não há barco nenhum na Região, em que é preciso fazer uma deslocação ao continente ou ao estrangeiro, em que é preciso fazer contactos quando há armadores, quando é preciso saber onde é que estão os barcos disponíveis, isso não indicia que se quer entregar o serviço a uma determinada empresa que tem um barco?!

Nem pensar nisso! O PSD nem pensa nisso!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ainda bem!

O Orador: É claro que não pensa nisso!

Ter um determinado elemento que faz parte dum júri que já trabalhou para aquela empresa, que é assessor do Secretário, que sai do júri e vai prestar serviço a essa mesma empresa, saindo depois dela e volta de novo para a assessoria do mesmo Secretário, isso quer dizer que havia qualquer ligação entre o Governo e essa empresa?!

Nem pensar nisso!

Pensar que o Governo não queria adjudicar ou entregar os terrenos do Calhau a quem era para entregar, nem pensar nisso, Sr. Deputado!

O PSD nem sequer pensa nisso!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ainda bem!

O Orador: Vamos agora às questões concretas da Praia da Vitória.

Na altura em que se falava na decisão da Praia da Vitória, foi o próprio Governo a dizer publicamente, nomeadamente o Sr. Secretário Regional da Economia aquando de uma visita à Ilha Terceira em finais de Setembro, a um jornal daquela ilha, o seguinte...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Então agora o Sr. Deputado já não se quer prender à *matéria de facto*?

O Orador: "O Parque de Combustíveis da Praia da Vitória será construído com capacidade suficiente para abastecer sete ilhas, devendo estar concluído em 2002.

A Terceira está de facto muito mais próxima do que S. Miguel das ilhas dos grupos Central e Ocidental - constatou o Secretário, vincando a irracionalidade da situação actual".

Depois, na conferência de imprensa para a leitura do comunicado do Governo, o Sr. Secretário Adjunto Francisco Coelho, dizia assim, relativamente às características do Parque de Combustíveis da Praia da Vitória...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Leia o comunicado!

O Orador: ... "**garantiu** que se trata do parque prometido, querendo a redacção apenas dizer que além de servir as sete ilhas, o parque irá também substituir o Parque de Angra que será desactivado".

Nada disto foi desmentido. E o Governo estava todo na Terceira, podia tê-lo feito, mas não fez.

No dia a seguir à dita conferência de imprensa, os Deputados do Partido Socialista eleitos pela Terceira, também em comunicado e congratulando-se com a visita do Governo, diziam o seguinte - note-se que são os Deputados eleitos pelo PS na Ilha Terceira, não são os do PSD, nem foi nenhuma comissão política do Partido Socialista...

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Pois não, foi o Dr. Manuel Arruda!

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Ele até foi à Terceira só para dizer isso!

O Orador: ... e diziam então nesse comunicado: "É uma decisão estratégica, capaz não só de ser um facto de dinamização da economia terceirense."

Deputado Augusto Élavai (*PS*): Ainda defendemos isso!

O Orador: "Trata-se também da mais séria tentativa de rentabilização do Porto Oceânico da Praia da Vitória e conjuntamente uma eficiente racionalização dos recursos regionais, pois com esta solução poupam-se mais de 100 mil contos anuais aos cofres da Região".

Quem dizia isto era os Deputados do PS eleitos pela Ilha Terceira, congratulando-se com a posição do Governo de tomar a decisão de construir o parque de combustíveis naquela ilha abastecendo as outras sete ilhas.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, estes são alguns dos factos concretos, embora pudesse relatar-lhe mais algumas declarações do Sr. Secretário da Economia em todo esse processo, algumas delas contraditórias, muitas vezes até na própria Comissão. Mas uma coisa é certa: à medida que o tempo foi passando - e isso é notório, basta ler com atenção - as declarações do Sr. Secretário iam deixando de ser as mesmas. E foi aí que ele caiu muitas vezes em perfeita contradição, sobretudo através das suas declarações proferidas no dia 20 de Fevereiro, essas sim, foram as *grandes contradições*, o que também ficou provado em sede de Comissão.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): O líder do PSD até foi à Terceira para dizer o que disse. Ele até disse *custe o que custar, os gastos não interessam!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu coloquei uma série de questões ao Sr. Deputado Eugénio Leal, nomeadamente relativas à incoerência do PSD, quando vem agora afirmar que não estão aqui em causa *ligações obscuras*. Pois, não vão seguir por aí, porque isso não vos convém.

Qual é o seu comentário a isso? Não me foi respondido, por isso presumo que aceita as minhas afirmações.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Não, não aceito!"

O Orador: Quanto à questão do barco é tão simples quanto isso. E o senhor também leu que antes mesmo do anúncio-consulta, já se sabia da possibilidade do Governo recorrer e lançar esse tipo de operação.

Portanto, não me venha agora dizer que essa situação é igual à dos terrenos da Rua do Calhau, que só se soube da existência de intenção da alienação, quando ela saiu. Ou melhor, *alguns* já sabiam antes...!

Deputada Berta Cabral (PSD): É muito pior do que isso!

O Orador: Quanto à questão do assessor, Sr. Deputado...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Que nem sequer é assessor!

O Orador:... esse seu argumento seria muito interessante e válido, quiçá maquiavélico, se houvesse a hipótese de ter sido aquele assessor quem teve o voto decisivo na dita Comissão.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Ah sim? Então para que é que ele foi para lá?!

Deputado João Cunha (PSD): Foi *por encomenda*, como se diz na minha terra!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Olha que é preciso ter descaramento!

O Orador: Quantas pessoas compunham essa Comissão?!

Qual foi a decisão de todas elas relativamente àquele processo?!

Por último, a questão do Parque de Combustíveis da Praia da Vitória.

Não foi nada disso. Ou seja, o Sr. Secretário Regional não argumentou uma coisa no início, tendo depois mudado de opinião.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Ora aí está!

Deputado João Cunha (PSD): Credo Senhor, tantas vezes!

O Orador: Na primeira audição da Comissão, a 20 de Outubro de 98, o Sr. Secretário disse logo o seguinte: "São os critérios técnico-económicos que levam a pensar na possibilidade".

E nessa mesma reunião, ele disse também que "ainda não se tomaram posições irreversíveis".

Portanto, aquilo que o Sr. Secretário diz hoje, que este grupo parlamentar afirma no ajuizar da conduta daquele Governo, é aquilo que foi sempre a posição desde o início até agora. Não existem posições contraditórias sobre este aspecto.

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Portanto, aquilo que o Sr. Deputado julga ser a grande contradição deste Governo, mais não é do que a sua incapacidade de compreender e ouvir aquilo que efectivamente foi dito.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem! Muito bem!*

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): E de não querer compreender as coisas!

Presidente: Se há mais algum Sr. Deputado que pretende usar da palavra, inscreva-se agora, senão vou ter que encerrar o debate.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo (Carlos César): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Em nome do VII Governo Regional, gostaria de agradecer a todos os membros desta Comissão Parlamentar pelo trabalho que fizeram, na sequência da sugestão que eu próprio apresentei, para que se investigasse as acusações então formuladas num editorial de um órgão da imprensa micaelense.

Agradeço também, desde logo, ao Grupo Parlamentar do CDS/PP por ter feito a proposta que em concreto deu origem a esta Comissão.

Por outro lado, gostaria também de felicitar-vos pelo vosso trabalho, que nos permitiu, nalguns casos, verificar quão complexo foi o trabalho desenvolvido pelo próprio Governo, para que em diversos domínios da sua actividade sensíveis para a nossa economia, se tenha obtido - felizmente - o sucesso que se obteve nos Açores.

Esta Comissão funcionou com liberdade. E eu que fui deputado nesta Casa durante 16 anos, sei bem porque fiz parte de comissões de inquérito - de duas - que não funcionaram em liberdade, que não funcionaram com esta pluralidade e nunca obtiveram da parte do Governo, qualquer documentação ou suporte que permitisse uma investigação séria, conforme se presumia ser propósito dessas comissões de inquérito.

Folgo muito que hoje nos Açores também se viva na instituição parlamentar desta forma, ao mesmo tempo que se vive com pluralidade na comunicação social, não fosse o editorial que deu origem a este processo, a maior prova de facto.

Além disso, os trabalhos desta Comissão foram públicos e deles foram lavradas actas que estão ao dispor de todos os jornalistas, através das quais se pode verificar sobre a veracidade ou não de algumas das afirmações já proferidas hoje neste Parlamento.

As conclusões desta Comissão foram claras.

Para nós o que era importante era que fossem claras, num sentido ou noutro. E o sentido em que elas foram claras foi o da negação de qualquer promiscuidade política ou empresarial, ou na terminologia desde então usada, qualquer ligação obscura entre o Governo e grupos económicos na Região.

Tendo em conta que é esse o resultado dos trabalhos da Comissão, o Governo entende que não deve tomar a iniciativa de se proceder a uma investigação judicial, porque não precisa de reparar o seu nome, ou não precisa entender que devam ser punidos os prevaricadores.

Se esta Comissão optasse, no seu julgamento, por atribuir ao Governo essa promiscuidade e essas ligações obscuras, da mesma maneira que fui o primeiro a pedir essa investigação parlamentar, seria agora o primeiro a pedir essa investigação judicial.

O que se nota, sim, nas conclusões dos trabalhos desta Comissão, é que existe em mais do que um caso divergências políticas nos processos metodológicos e na

natureza da decisão em relação a dois casos. Um deles referente ao transporte marítimo de passageiros.

Eu sei que há quem não goste deste sucesso nos Açores. E sei também que há quem que, por qualquer via e a qualquer respeito, invocará sempre sobre essa matéria contratempos, irregularidades, menor qualidade de prestação de serviço, etc., etc..

Mas nós sabemos que a decisão que em primeiro lugar tomámos ocorreu num ano experimental, que não vinculou nem o Governo Regional nem os empresários em questão ao prosseguimento desse serviço e sabemos que, hoje, ele é prestado em benefício das nossas ilhas e em benefício do mercado regional.

Não foi novidade para mim que esta Comissão tenha concluído, como concluiu, pela integridade pessoal e cívica do Sr. Secretário Regional da Economia,

Vozes dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador:... cuja competência e eficiência - como já o disse uma vez - é responsável por boa parte dos sucessos da acção do VII Governo Regional e da dinamização subsequente da nossa economia.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É, porventura, esse sucesso que, de quando em quando, incomoda algumas pessoas.

Não ignoramos nos Açores a existência de forças empresariais, de grupos empresariais, de empresas, de instituições de solidariedade social, de parceiros sociais representativos dos trabalhadores ou outros. A política contemporânea é feita hoje em todo o lado, através da concertação político-social, através da concertação político-empresarial.

O Governo dialoga com os empresários, como dialoga com os sindicatos. Dialoga com as empresas, como dialoga com as instituições de solidariedade social. Tem o dever de o fazer, de estar atento às apetências e às possibilidades das empresas e dos grupos económicos, no sentido de procurar sempre enquadrar a Região no âmbito do

desenvolvimento dessas apetências, com vista ao progresso e ao desenvolvimento económico-social dos Açores.

Nós conversamos com as empresas. Nós conversamos com os grupos económicos. Nós conversamos com os sindicatos. Nós conversamos com as instituições particulares de solidariedade social. Nós conversamos com outras entidades públicas, tais como as autarquias locais. E dessas conversas resultam sempre benefícios para as políticas de enquadramento da acção dessas instituições.

Essa é uma das coisas que nos prezamos de fazer. Outra é a de agir, a de decidir ou de tomar medidas, não em função de interesses económicos que favoreçam uns no sentido de excluir ou discriminar negativamente outros.

Este Governo afiança perante a Assembleia Legislativa Regional e perante todos os Açorianos, que nunca agiu, não age nem agirá, na economia como em qualquer outro sector, no sentido de favorecer qualquer grupo económico ou pessoa, discriminando injustamente, ou excluindo outros.

É esse o compromisso que o Governo reitera hoje, quando a Assembleia Legislativa Regional indicia ser de facto esse o comportamento do Governo.

Não discuto, nem poderia fazê-lo mesmo, o direito da oposição de divergir com o Governo. Podemos discuti-lo, embora não seja naturalmente esse o momento privilegiado do debate que está a correr, da justeza ou não de decisões políticas que assumimos nos vários dossiers em presença.

Estando como estive hoje neste Parlamento em causa apurar da integridade pessoal e cívica de um membro do Governo e do Governo no seu conjunto...

Voices de alguns deputados da bancada do PSD: Não foi não senhor!

O Orador: ... através da indagação da existência ou não de promiscuidade política ou empresarial, ou de ligações obscuras, é com satisfação que eu vejo, como Presidente do Governo, que esta Assembleia Regional, cuja composição é **insuspeita**, opta por dizer claramente que este Governo agiu de acordo com os interesses regionais e que não agiu através de uma relação obscura com qualquer grupo económico na Região.

É isso que me compete também agradecer ao Parlamento neste dia de hoje.

Muito obrigado.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Uma vez que a minha intervenção vem logo a seguir à do Sr. Presidente do Governo, quero agradecer as sinceras referências que fez ao trabalho da Comissão, bem como a forma como enalteceu a nossa tarefa.

De qualquer forma, gostaria de responder a várias considerações feitas por V. Ex^a. e também às que foram feitas pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

É evidente que no início o Sr. Secretário da Economia deu imediatamente todos os dossiers pedidos pela Comissão. Aliás, o Sr. Presidente do Governo faz referência elogiosa à postura deste Governo, tentando contrapor o seu papel com o de governos anteriores, mas talvez fosse importante também fazer a contraposição entre a actuação deste Governo nesta Comissão de Inquérito, com a actuação do mesmo na Comissão de Inquérito relativa à segurança social, em que os documentos foram entregues na Comissão só muito posteriormente e depois de muitas diligências.

Quanto às conclusões claras, Sr. Presidente, elas são de facto claras, mas não deixa de ser estranho, e é quase uma estupefacção, quer o Sr. Deputado Vasco Cordeiro quer o Sr. Presidente do Governo, manifestarem o seu regozijo e a sua satisfação por estas conclusões.

Comprendemos o mau estar do Partido Socialista relativamente à abstenção...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Nenhum, ora essa!

O Orador: ... em que introduziu uma nova postura, não votando contra porque não concorda, mas pelo argumento que reconhece aos outros partidos a liberdade de tomarem a posição que entenderem. Ou seja, é uma *cambalhota* argumentativa...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor acha que eu tenho corpo para estar a dar cambalhotas?!

O Orador: ... por razões que nós todos conhecemos.

É evidente que este Governo e o Partido Socialista não podem estar satisfeitos com as conclusões.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Ora essa, andaram dois anos à procura e não encontraram nada!

O Orador: Não podem estar satisfeitos, porque muitas das conclusões da Comissão foram retiradas das conclusões do Partido Social Democrata.

Em política, em que estão em causa dinheiros públicos, exige-se rigor, transparência e determinação na forma de actuação política.

Como muito bem disse o Sr. Deputado Paulo Valadão, o problema que se coloca é o que se entende por *ligações obscuras*. Que me perdoe o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, mas só disse meia verdade em relação a isto.

É evidente que eu referi que esta Comissão era conhecida pela comissão das ligações obscuras. Mas também podia ter dito a verdade toda, ou seja, que no final dos trabalhos, antes das conclusões, eu questionei todos os membros da Comissão e disse que atendendo à abrangência do conceito *ligações obscuras*, seria bom haver uma definição do que é que se entendia por isso. E o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro até disse, na sequência disso, que era um gato preto num quarto às escuras - essa foi a resposta que ele deu!

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Foi mais qualquer coisa. Era mais completo!

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Portanto, é óbvio que foi feito esse alerta antes das conclusões. Ou seja, houve a preocupação de se saber o que é que se entendia por *ligações obscuras*.

Na sua proposta de conclusões o PSD nunca pôs em causa - e é preciso frisar isso aqui - a honorabilidade do Sr. Secretário da Economia. Nem nunca pôs em causa que houvesse da parte dele, ou da parte do Governo, qualquer actuação menos correcta e menos séria.

O que o PSD fez tão somente, foi um juízo de valor sobre a actuação política deste Governo. E esse juízo de valor que vem retratado em parte das conclusões, em que em todos os parágrafos é feita referência a isso mesmo nalguns dossiers, onde se diz taxativamente que há contradições, há falta de transparência, há uma actuação eticamente condenável, há irregularidades e há ilegalidades.

Não posso, portanto, aceitar que num governo inserido numa sociedade ocidental, numa sociedade evoluída, se tenha o descaramento - perdoem-me o termo - de vir dizer que se está satisfeito com estas conclusões!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Deve ser nalguma sociedade secreta!

O Orador: Na justiça é que em caso de dúvida beneficia-se o réu. Na política exige-se rigor e transparência. E quando ela falta, e quando existem irregularidades, quando não há legalidade na actuação, deve fazer-se uma censura pública. E essa censura pública, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Governo já a teve. Porque nas comissões de inquérito, e com todo o respeito que eu tenho pelo Parlamento, a opinião pública é que conta. E ela já censurou este Governo. Nas comissões de inquérito o mais importante às vezes é o juízo de valor genuíno da população e da sociedade, do que a mera soma aritmética dos votos dos deputados no Parlamento.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Apenas para muito rapidamente, e tendo em conta o tempo que o PSD tem neste debate, precisar algumas questões.

Eu julgo que está provada a seriedade do PSD nesta matéria que, desde o primeiro dia, qualquer contacto que tenha feito, quer com órgãos de comunicação social quer com outro partido da oposição, demonstrou sempre que não tinha o sentimento persecutório fosse em relação a Membros do Governo, fosse relativamente a empresários ou a quem quer que fosse.

Na verdade, isso foi dito e repetido, às claras e frente aos órgãos de comunicação social e em todos os contactos que fomos tendo, privados inclusive, com outros partidos e com outros deputados.

O PSD entende que não são só as comissões de inquérito que devem existir nem se deve investigar só sobretudo por causa delas, a própria política deve fazer-se num

combate de argumentação política vivo e eficaz, onde às vezes aí também se cometem alguns excessos, mas a honra das pessoas deve estar sempre salvaguardada, salvo em casos em que se prove realmente o contrário.

Por isso, eu quero deixar aqui bem claro que quando se diz, e muito bem, como já foi dito pelos deputados que intervieram sobre esta matéria, que o PSD está de consciência tranquila, é porque o PSD fez propostas que entende que por serem mais concretas, são mais verdadeiras, não têm sobre si o rótulo de um juízo político, portanto, até por isso poderiam prestar melhor serviço para a imagem das pessoas envolvidas.

Acho, sinceramente, e digo isto porque é mesmo o que sinto, que se porventura houvesse uma proposta de conclusões que dissesse, por exemplo, "neste caso, em relação a **este** empresário não há promiscuidade empresarial...", o PSD votaria a favor, pois essa seria uma conclusão concreta, tal como o é dizer que não há irregularidades, ou que há uma irregularidade, que há ou não uma ilegalidade; se houve ou não pressões económicas e se o Governo foi sensível a elas.

O PSD sempre esteve aberto a esse tipo de conclusões e há aqui deputados que podem testemunhá-lo e que não são do PSD. Isso demonstra as boas intenções do PSD nessa matéria e acho que se esse fosse o caminho - e podiam ter feito propostas complementares e mais propostas para além daquelas do PSD - teriam um ganho de causa para a imagem das pessoas, muito maior do que estarem sob a capa de uma expressão abstracta, que pode servir politicamente, mas que, apesar de tudo, em minha opinião, é menos eficaz perante muitos olhos imparciais que estão do lado de fora do Parlamento. E isso eu quero que fique aqui registado.

Até digo mais: se alguém quiser fazer propostas deste género para as conclusões desta comissão ainda vai a tempo. E com isso fica claramente demonstrada a boa vontade do PSD.

Quero também perguntar aqui, tal como já foi muito bem dito pelo Sr. Deputado Jorge Valadão, se alguém ouviu alguma vez dizer-se que a honra do Sr. Secretário da Economia estava em causa...?!

Nunca ninguém do PSD disse isso!

Contradições, zigzaguear, não tem um rumo, mudou de opinião, mudou de posição...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Mas isso não são ligações obscuras!

O Orador: ...isso tudo já o dissemos.

Que há irregularidades, sem que elas signifiquem necessariamente e sempre qualquer coisa do outro mundo, porque irregularidades sobretudo em processos administrativos, existem bastante, no entanto muitas delas não implicam um juízo negativo perante as pessoas, mas se é uma irregularidade pois que se diga. Se há ilegalidades, pois que se diga. Se nós temos uma perspectiva diferente da participação de determinada pessoa num processo, podemos considerá-la eticamente condenável. Mas se tivessem posto tudo isso, ponto a ponto, iam ter muitos votos favoráveis do PSD.

Por isso, quero dizer ao Sr. Presidente do Governo Regional, *olhos nos olhos...*

Presidente do Governo Regional (Carlos César): *Olhos nos olhos* terá que ser com o líder do PSD!

O Orador: ... que nós nunca pusemos em causa a honra de ninguém do Governo. E por isso não venha o Sr. Presidente dizer agora que o Governo sai absolvido, porque com isso só demonstra que se colocou no lugar de réu, quando ninguém o queria colocar, só para ter a glória de uma absolvição que não precisa de ter, porque simplesmente nunca esteve no lugar de réu!

Portanto, a sua pretensa colocação no lugar de *vítima*, para poder sair daqui com uma vitória política, é falsa e não há necessidade nenhuma de a fazer, mas cada um sabe os...*teatros* que tem que fazer, para tentar retirar daqui, no fim do que costuma dizer que é um bloco e que é a AD, uma vitória política qual reminiscência saudosa dos primeiros tempos do entendimento entre o Partido Socialista e o Partido Popular.

Pois olhe, Sr. Presidente, nós sempre dissemos que o PSD tinha o seu rumo, sempre nos entendemos e conversámos com quem queria conversar connosco, e não agradecemos as propostas do PP, nem achamos que elas são de lamentar.

O PP fez as suas propostas e não temos a agradecer por isso.

O seu agradecimento não revela um acordo político-partidário. Revela, sim, que está respirando fundo, mas olhe que só porque se conclui genericamente que não há ligações obscuras, eu no seu lugar, preferiria respirar fundo com outras conclusões!

O Sr. Presidente vem tão pouco ao Parlamento que já não está habituado a ouvir aquilo que os deputados dizem!

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Não é nada disso. É que os senhores andam de uns tempos para cá muito confusos...!

O Orador: Em terceiro lugar, e sobre as comissões de inquérito, bem como sobre o facto de as mesmas agora funcionarem em liberdade, eu direi que elas funcionam em liberdade, devo dizer aliás que pertenci a uma que também funcionou com a mesma liberdade. E devo dizer que se há vantagem neste pluralismo democrático, ela deve-se muito mais à composição do Parlamento, no qual o PS tem maioria relativa, do que à bondade do Governo em participar nos processos parlamentares.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Nem isso!

O Orador: Fica o recado e que se retire daqui uma virtude do Sr. Presidente do Governo para futuras posições e pretensões de resultados eleitorais.

Quero, contudo, concluir dizendo que no tempo do PSD o Sr. Presidente fazia referência ao facto das comissões de inquérito não funcionarem em liberdade, ou por acaso até uma comissão de inquérito ter levado à demissão de um secretário regional que, por acaso, esteve num processo que foi arquivado!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Não foi nada disso. Eu fiz parte dessa comissão de inquérito era o senhor ainda um bebé!

O Orador: Portanto, como vê, não há dúvida de que o PSD não esteve sempre a estancar a participação dos outros partidos, houve já comissões de inquérito no passado que tiveram consequências a um determinado nível que até levaram à demissão de um secretário - ele é que quis demitir-se - porque entendeu que o devia fazer. Mas a verdade é que o processo judicial foi arquivado.

Em suma, temos um partido que encarou com seriedade os trabalhos da Comissão de Inquérito, temos um partido que vê nos outros uma preocupação para defender - e só lhes fica bem - personalidades oriundas do seu próprio partido, quer sejam Membros do Governo, quer sejam do PP.

E assim como digo ao Presidente do Governo que o PSD nunca pôs em causa a honra dos Membros do Governo, também quero dizer ao Presidente do PP e Deputado Alvarino Pinheiro, que o PSD nunca pôs em causa nenhum aspecto criticável do anterior Presidente do PP, Dr. José António Monjardino. E que isso fique bem claro e que seja utilizado para os efeitos que for preciso, pois não se trata de uma atitude persecutória que estamos aqui a desempenhar.

Lamentamos, porém, porque tudo poderia ter tido um fim melhor para o Parlamento, para todos nós, para os empresários e - na minha opinião - melhor para o Governo e, sobretudo, melhor porque qualquer conclusão obscura podia ter sido feita de outra maneira e poder-se-ia ter concluído de forma muito mais clara e eficaz neste processo.

As conclusões do PSD foram apresentadas. As argumentações estão em cima da mesa. O desafio para novas conclusões ou conclusões diferentes sempre esteve lançado e ninguém, julgo eu, pode com aceitação na opinião pública dizer que o PSD não teve uma posição séria nesta matéria.

Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Julgo que estamos já um pouco em fase das conclusões desta Comissão de Inquérito. Gostaria de referir que para aqueles que tentaram fazer com que se corresse o risco da Comissão Parlamentar de Inquérito não gerar conclusões - e esse espectro pairou sobre a sociedade açoriana durante alguns dias - eu penso que o que resulta deste

debate é francamente surpreendente pela positiva, porque quem vaticinava que esta matéria seria objecto de um debate neste Parlamento, a qual não estaria eventualmente à altura da seriedade, do rigor e do trabalho que foi feito e da responsabilidade desta Câmara, certamente se enganou.

Gostaria também de referir que, curiosamente, todos e cada um dos representantes políticos nesta Assembleia, concluem que estão de consciência tranquila, sobre o seu trabalho, no fundo, sobre a sua prestação.

Eu diria que sim, mas todos percebemos que há consciências mais tranquilas relativamente a certos casos, haverá consciências menos tranquilas em relação a outros. É normal, é natural e isto ocorre, graças à composição plural desta Assembleia, como aqui já foi muito bem referido, e não maioritária por parte de nenhum dos grupos políticos que compõem esta Casa. Mas não basta ser plural, às vezes é plural mas é hegemónica e a hegemonia impede muitas vezes o normal funcionamento do pluralismo.

É nessa medida que, compreensivelmente, para o Grupo Parlamentar do Partido Popular, parte das conclusões da Comissão de Inquérito agradam muito ao Partido Social Democrata e outra parte das mesmas agradam menos (ou desagradam) ao PSD.

Também compreendemos que parte das conclusões da Comissão de Inquérito agradem mais ao Grupo Parlamentar do PS, tal como aqui foi referido e outras agradem menos. E, honestamente, aliás como tentamos fazê-lo sempre, queria salientar pela positiva um sentido de voto que o Partido Socialista utilizou, que talvez não seja muito da praxe nestas circunstâncias, mas que com a sua abstenção em relação às conclusões que não lhe agradavam - e sejamos objectivos - pois não se trata de agradar menos ou não, mas sim não lhe agradavam politicamente, pelo menos com a sua abstenção, quis permitir - segundo veio aqui referido e na altura na Comissão - que os restantes partidos, neste caso a oposição, manifestassem a sua vontade e as suas conclusões relativamente a esta matéria.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Popular, queria registar positivamente essa atitude, porque o PS podia ter votado contra, tal como o PSD votou contra conclusões que beliscavam o VI Governo Regional, e eu compreendo, também o

Partido Socialista podia ter votado contra conclusões que beliscavam o VII Governo Regional. Optou por abster-se, da nossa parte tem o prémio de consolação por essa abstenção.

Por outro lado, gostaria de referir ainda que todas as conclusões da Comissão de Inquérito agradam ao Partido Popular. E se estão todos de consciência tranquila - e eu sei que estão - a consciência do PP está a *ferver* de tranquilidade sob esse ponto de vista e estamos satisfeitos com todas as conclusões.

Deputado Victor Cruz (PSD): Estão mais satisfeitos, pois a consciência é igual para todos.

O Orador: Inclusive as conclusões da Comissão que fazem apreciações negativas a actos ou omissões do VI Governo Regional da responsabilidade do PSD, agradam ao Partido Popular. Aquelas conclusões que fazem apreciações também negativas a alguns actos e condutas por parte do VII Governo Regional da responsabilidade do PS, também agradam ao Partido Popular.

Portanto, acho que nesse sentido, estamos em sintonia total com o resultado deste debate, deste saudável, positivo e dignificante debate, sobre um processo que, na nossa perspectiva, encerra da melhor maneira, por isso tem a plena satisfação do PP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Uma palavra final em nome do Grupo Parlamentar do PS sobre esta matéria. Uma palavra para precisar um ou outro ponto e para finalizar, do nosso ponto de vista, aquilo que em nossa opinião foi aqui retratado.

Foi já dito, e é rigorosamente assim, que foi o Partido Socialista, designadamente o Presidente do Governo Regional, a primeira pessoa a solicitar a realização do inquérito sobre o referido artigo do jornal "Açoriano Oriental". E eu próprio, como líder parlamentar do PS, subscrevi a primeira iniciativa nesse sentido que, posteriormente com a colaboração do PP, passou a ser uma comissão de inquérito específica.

É importante que se diga, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, que contrariamente a algumas afirmações aqui produzidas, o que estava em causa era

realmente uma questão de ligações obscuras. É isso que está presente no referido comentário jornalístico e é também isso que consta da decisão deste plenário.

Aí diz-se, e eu passo a citar, "criação de uma comissão de inquérito que leve ao completo esclarecimento e apuramento da verdade relativamente a todas as suspeições contidas no artigo de opinião intitulado *ligações obscuras*".

Para mim, Srs. Deputados, *suspeições e ligações obscuras* têm um significado negativo, têm um significado que me parece também claro de que existem ligações menos próprias entre o Governo Regional e certos empresários, relações eventualmente promíscuas à margem do interesse público, pressões à margem daquilo que deve ser a conduta democrática da administração.

Este é o significado destas suspeições e destas ligações obscuras. E era precisamente isto que estava em causa e foi esse, Srs. Deputados, o objecto de trabalho desta Comissão de Inquérito.

A conclusão é rigorosamente precisa: não existem quaisquer ligações obscuras - ponto final, na nossa perspectiva.

Disse o Sr. Deputado Victor Cruz que há mal estar no PS e que não estamos satisfeitos.

Deputado Victor Cruz (PSD): Eu?! O senhor não deve ter ouvido bem!

O Orador: Não há nenhum mal estar no Partido Socialista. O PS está satisfeito. Mas não está satisfeito por ter sido absolvido na qualidade de réu ou arguido no processo. Está, sim, contente porque isso apenas vem reafirmar o que nós desde sempre soubemos, ou seja, que as pessoas que estão no VII Governo Regional são sérias e fazem o seu melhor para o bem dos Açores. Essa é que é realmente a nossa satisfação, não é pelo facto mais ou menos formal de termos sido "absolvidos" de um eventual processo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É por isso chegado o momento de, em nome do PS e do Grupo Parlamentar, saudar o Governo Regional pela forma democrática e pela disponibilidade manifestada relativamente a este processo, o que poderia parecer invulgar para algumas pessoas.

Saudar também o Governo, porque aquelas iniciativas que aqui foram objecto de apreciação, são iniciativas que têm trazido grandes vantagens para o desenvolvimento da nossa Região.

Queria também neste momento particular, saudar o Sr. Secretário Regional da Economia, em concreto, pelo seu comportamento em todo o processo, pela disponibilidade manifestada, a qual chegou ao ponto de fornecer todos os elementos, mesmo documentais, para que esta Comissão pudesse levar o seu trabalho até ao fim. Sr. Secretário Regional, conte com a nossa solidariedade e daqui manifesto-lhe o apreço deste grupo parlamentar!

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Finalmente, e talvez vá correr agora um pequeno risco mas tenho que o fazer, ainda bem que existe liberdade de informação. Oxalá ela exista sempre, custe o custar, incomode quem incomodar. E deve existir também, em nossa opinião, responsabilidade de informação, o que quer dizer que da mesma forma com que foram levantadas estas suspeições, da mesma forma deve a comunicação social, designadamente a que levantou o problema, agora e em face destas conclusões, responsabilmente, colocá-las no órgão respectivo de comunicação social.

Muito obrigado.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Peço de novo a palavra, para mais uma vez insistir num aspecto que me parece essencial e que não tem a ver exactamente com a discussão de um ou outro dossier em concreto, mas que para o Partido Social Democrata, pelas razões a que já aduzi na minha primeira intervenção, é importante que se sublinhe.

Quanto à questão da consciência, acho que não há consciências mais ou menos tranquilas, penso que estão todas elas tranquilas. Pode é haver partidos mais satisfeitos e partidos menos satisfeitos. Partidos a que determinada conclusão agrada mais ou menos. Mas é justamente isso que eu penso que se devia ter evitado.

Ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que não está agora dentro da sala, mas certamente estará a ouvir-me, devo dizer que teria sido preferível que as conclusões desta Comissão de Inquérito não levassem a comentários do género "esta agrada mais ao meu partido", por razões que toda a gente percebe quais são, "aquelas agradam mais ao PS" - dirão todos lá fora - por razões que toda a gente também conhece e "aquelas agradam mais ao PP", por razões que também toda a gente sabe quais são.

Ora essa é uma postura puramente político-partidária, o que não tem certamente nada de indigno - dir-me-ão que nesta Casa fazem-se juízos políticos - só que quanto mais formos por esse caminho de "isto aqui agrada-me mais porque me interessa e aquilo agrada mais ao outro porque lhe interessa mais", menos credível é a conclusão que tenta limpar o nome de certas pessoas.

Portanto, quanto menos intensa, sob o ponto de vista político-partidário, fosse determinada conclusão - e nós fizemos uma tentativa nesse sentido - na minha opinião, cresceriam as hipóteses dela ser consensual e melhoraria claramente a mensagem, segundo a qual determinada pessoa (isto preocupa muita gente e acho muito bem, porque gente de bem deve sentir-se!) sairia com a imagem de forma muito mais eficaz e resguardada fosse de que suspeita fosse.

Por isso é que eu penso que nós não queríamos concluir por estarmos mais ou menos satisfeitos, porque eu acho que para um determinado partido não deve depender o maior ou menor grau de satisfação de dizer que a honra de uma pessoa ou que uma pessoa não é corrupta - vamos pôr as coisas nestes termos. O combate político pode fazer-se por muitos outros aspectos. Os eleitores acabam por decidir votos - a não ser infelizmente em partidos do terceiro mundo onde a corrupção é a maior característica dos governos, o que não acontece felizmente nos Açores e esperamos que nunca venha a ser assim - e nós vamos buscá-los a outra parte.

Portanto, julgo que era um sinal - e não quero com isso parecer melhor do que os outros, porque não sou - de que tínhamos feito todos um esforço para sermos mais eficazes, para dissecarmos as conclusões, porque estou convencido de que assim teríamos dado um passo melhor. Estou convicto de que a contabilidade não da consciência tranquila, mas de estarmos uns mais insatisfeitos do que outros, poria se

calhar muitos mais satisfeitos com muito mais coisas e isto seria mais eficaz para as conclusões desta Comissão.

Por isso é que eu insisto em que é legítima a interpretação política do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e é, de resto, correcta, mas se não tivesse que concluir por aquela linha, na minha opinião, teria sido muito melhor. Era outro tipo de conclusões.

Como é evidente para nós, e ficou provado não só na perspectiva do PSD mas pela intervenção do Deputado Paulo Valadão do PCP que, diga-se, nunca esteve em nenhum governo, não está em nenhum governo nem nunca teve qualquer aliança de entendimento parlamentar com nenhum governo, e portanto a ele - que eu saiba - qualquer conclusão podia ou não agradar - é um elemento insuspeito nessa matéria - disse que na sua interpretação algumas coisas teriam alguma ligação obscura e outras não. E por esse caminho, nunca mais chegaremos lá.

Por isso, é que outro caminho e outro tipo de conclusões, certamente seriam muito mais credíveis perante a opinião pública.

Se estão todos satisfeitos, nós também ficamos. Agora, podíamos ter ido com certeza mais longe. E com isso, estou convencido de que a credibilidade do nosso trabalho teria sido muito, muito mais sentida e provavelmente teria gerado um aplauso mais generalizado da opinião pública perante o Parlamento.

É isso que eu quero frisar, ou seja, de que não subscrevo as conclusões sobre estarmos mais ou menos contentes, acho que elas indiciam uma intensidade político-partidária que não credibiliza as conclusões e penso que podíamos ter feito tudo de outra maneira.

Insisto nisso, porque esse é o ponto essencial.

Se há vitórias políticas, se há mais ou menos satisfação política, devo dizer que para quem está com uma intenção destas nesta matéria, não deveria chamar nomes a quem não os merece e que nos iria deixar mais satisfeitos.

Sinceramente, não era e tanto não era que nós continuamos plenamente satisfeitos, com a ressalva de que na nossa opinião, podia ter sido melhor.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo (Carlos César): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Queria apenas precisar e complementar um aspecto que me parece importante.

Procurei fazer a minha anterior intervenção com o maior rigor e objectividade. E agora volto a ela, salientando um aspecto que me parece evidente e que tem a ver com a satisfação que eu tenho relativamente às conclusões, bem como com a satisfação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que apoia o Governo Regional. Esta Comissão de Inquérito não começou por causa de um artigo de um jornal, feito por um constitucionalista ou administrativista, ou de um homem de minúcias jurídicas que se pôs a analisar todos os detalhes de um concurso público ou a imperfeição de uma frase proferida a propósito de outra decisão constante da matéria do inquérito. Não, não começou por causa disso.

O senhores, pelos vistos, estão esquecidos de que esta Comissão começou, porque acusaram o Governo Regional de favorecer grupos económicos, de estar em conluio com o Sr. Dr. José Monjardino e outros, descriminando pessoas, empresas, favorecendo pessoas e empresas.

Foi por isso que este inquérito começou!

Não foi para satisfazer as minúcias de um senhor quanto ao número de dias do concurso e depois *deliciar-nos* com a parte das irregularidades, ou seja, neste caso devia ter sido assim e não assim, não se teve em conta o decreto tal e o decreto tal. É possível, como sempre acontece na actividade governativa e em todos os governos, que nós tenhamos tido num ou noutra aspecto menores minúcias ou menores fidedignidades em relação a determinado tipo de ordenamento legal. Mas o processo que nós estamos a viver há um ano e tal é um processo que na comunicação social, no tratamento da opinião pública, em artigos publicados por deputados da bancada parlamentar do PSD em órgãos da imprensa ou revistas, têm a ver com uma acusação de **favorecimento de empresas** por parte do Governo Regional e de **conluio** entre pessoas do executivo e de pessoas da oposição, para determinados outros favorecimentos.

Foi por isso que isto começou!

Deputado Victor Cruz (PSD): E não é por isso que acaba!

O Orador: Acabou, dizendo-se que **não foi isso que se passou!**

Meus caros Srs. Deputados: estou satisfeito por isso, não obstante se diga que num caso houve irregularidades num sentido administrativo, claramente, o que me leva a ficar satisfeito por isso. O que me interessava que neste caso fosse provado, era saber se o Governo a que eu presido estava ou não *feito* com determinado grupo económico para o privilegiar e para excluir em detrimento deste - era essa e é a minha preocupação.

Quanto aos Srs. Deputados investigarem o que entenderem, até é vossa obrigação.

O Governo Regional deve estar sob permanente investigação e fiscalização. E não é só a Assembleia que tem esse direito e esse dever.

Nós hoje temos instituições nos Açores com extraordinário vigor, no que diz respeito à afirmação do estado de direito e aos poderes fiscalizadores.

Temos uma Delegação da Provedoria da Justiça especialmente dinâmica e interventora. Temos um Tribunal de Contas reforçado, aliás, por inúmeros técnicos de grande experiência na administração regional, para fiscalizarem o Governo Regional. Não nos faltam poderes e contra-poderes.

Nós vivemos agora com grande vigor uma situação que em anteriores governos não existia, porque esses poderes eram mais frágeis.

Por isso, eu estou satisfeito, tenho direito a estar satisfeito e sinto-me plenamente satisfeito por saber que este Governo não é o governo de um grupo económico, nem um governo que está contra determinado grupo económico.

Estou muito, muito satisfeito!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Fez bem o Sr. Presidente do Governo em lembrar a razão que estive na base desta Comissão de Inquérito. Não foi um comunicado do PSD, nem uma tomada de

posição do PCP, nem uma apreciação crítica do PP, nem qualquer outra posição de deputados ou da tal oposição que não deixa que o Governo faça nada e que só sabe criticar o executivo.

Foi, de facto, de um órgão de comunicação social, de um articulista, de um director de um jornal, de um homem que tem uma responsabilidade editorial.

Fez bem o Sr. Presidente lembrar, porque isso também é bom para confirmar que o PSD recolheu apenas aquilo que não provocou, mas que queria encarar as coisas com a maior seriedade possível.

Portanto, agradeço-lhe que tenha lembrado esse aspecto.

Porém, continuo a perguntar: entende o Sr. Presidente do Governo que pelo facto de numa associação de partidos que estão *mais satisfeitos* e de outros que estão *menos satisfeitos* com as conclusões, que de um balancear desses interesses político-partidários, resulta daqui a expressão abstracta de que o Governo não tem ligações obscuras? Eu digo-lhe que isso é **pouco!**

Se o Sr. Presidente está mesmo interessado em resolver o problema de fundo, tivesse então o Partido Socialista ido por outro caminho e tivesse posto em tribunal o director do jornal, porque é lá que se resolve com eficácia esse tipo de coisas.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Faz-se outra. É preciso é que não falte trabalho!

O Orador: Um Parlamento com conclusões político-partidárias, não são safa nem tira a fama de nenhum governo!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): São político-partidárias, porque os senhores não votaram a favor.

O Orador: Essa é a conclusão *obscura* que o PSD tira!

Repito, e infelizmente tenho que o dizer: Parlamento que tira conclusões político-partidárias, não safa o bom nome de nenhum governo!

Parlamento que quisesse ir por outro caminho mais preciso e mais concreto, podia ter dado um contributo eficaz para ajudar à boa imagem do Governo. Caso em que nalguns dossiers, isso seria possível - e é justo dizê-lo - e seria desejável.

Portanto, vã glória esta de pensarem que alguém, ou que muita gente, acreditará que essas conclusões são eficazes, imparciais e não têm nada a ver com interesses político-partidários.

Infelizmente, isso ninguém dirá fora do âmbito político. E nós queríamos que as conclusões não fossem político-partidárias, existindo um caminho que podia ter sido percorrido, havia deputados do PS preparados para, em colaboração com os outros deputados das bancadas do PSD, PCP e PP, fazerem esse exercício que teria sido muito mais eficaz.

Em resumo, o Sr. Presidente sabe como é que está a vossa auto-estima.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Está muito bem! Está em alta!

O Orador: Se ela está tão baixa que se contenta com coisas tão abstractas, o problema é seu!

Do nosso lado, como não estamos em causa, estamos mesmo satisfeitos. Só não estamos satisfeitos, porque o Parlamento podia ter sido melhor do que tudo isso.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Realmente pensava que não interviria mais, mas tenho que fazê-lo até mesmo em defesa da honra deste Parlamento!

(Risos de alguns deputados da bancada do PSD)

Deputado José Maria Bairos (PSD): Oh Sr. Deputado, haverá alguém que acredite nisso?!

O Orador: Depois de termos decidido aqui constituir uma comissão de inquérito, depois de 18 meses de trabalho, depois de um aturado esforço de investigação, de

termos ouvido inúmeras pessoas, de se ter produzido este relatório, vem o Sr. Deputado Victor Cruz, líder parlamentar do PSD, dizer que ele não serviu de nada!

Deputado Victor Cruz (PSD): Não é isso.

O Orador: Vem dizer que isto não serve para que o Governo se sintam bem e que não tem qualquer valor.

Sr. Deputado, eu percebo que exista da sua parte alguma dificuldade de argumentação, porque efectivamente os resultados talvez não sejam aqueles que pretendia. No entanto, acabar este debate desta forma, menosprezando o Parlamento e o seu trabalho, sinceramente, foi essa conclusão a que eu cheguei pela sua última intervenção, ou seja, de que isto não é bom para o Governo...

Deputado Victor Cruz (PSD): Eu não disse isso!

O Orador: ... e que isto não tem qualquer valor.

Lamento e protesto também apenas neste sentido, porque eu acho que este foi um trabalho aturado, foi um trabalho de investigação, um trabalho sério, tal como foi afirmado aqui, e estas conclusões são sérias e não são feitas por qualquer pessoa, mas sim pelo órgão máximo da autonomia regional.

Vozes de alguns deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apesar das provocações, apesar de ter sido mal entendido, apesar de dizerem o que eu não disse, apesar de não entenderem o que eu afirmei, eu não saio da minha posição, porque é isso que me interessa!

O que o Sr. Deputado Fernando Menezes disse, percebe-se que não é resposta.

Eu não desmereci o trabalho da Comissão, não desmereci o trabalho do Parlamento e não costumo fazê-lo, ao contrário de outros exemplos que o senhor tem aí na sua bancada. Nós várias vezes tomámos aqui posições que são tidas de obstrução, de dificuldade, de forças que só querem destruir o Governo e coisas do género, mas os senhores é que costumam dizer isso, portanto está enganado.

Eu hoje devo estar com *cara de espelho* para o Sr. Deputado estar a dizer isso de mim, só que está enganado!

Porém, isso não interessa agora e convém não fugir do importante.

Eu acho que o trabalho foi bem feito, todos os Srs. Deputados sem excepção fizeram um óptimo trabalho, foram dedicados e nada disso desmerece nem é pouco dignificador para a Assembleia. Mas há uma parte final desse trabalho que não tem a ver com os cadernos que o senhor refere, porque essa parte está bem feita, que são duas folhinhas chamadas de *conclusões*, que com um pouco mais de esforço final - não é esforço de trabalho - com a aceitação de um trabalho com outra filosofia - é assim que deve ser dito - com a aceitação de outros critérios que o PSD sugeriu e que podiam ter sido aceites, nós achamos que tudo isso, e se calhar com os mesmos resultados ou com a mesma alegria, ou até com maior alegria para o Governo, podia ter-se votado melhor.

O que eu estou a dizer não é que os senhores não têm legitimidade, mas sim que se sai daqui e corre-se o risco de ter feito um exercício de auto-defesa de perspectivas político-partidárias e que se pudéssemos fazer de forma diferente, teria sido melhor para o Parlamento.

Devo dizer-lhe que, na minha opinião, aqueles que estão fora do plenário acham que eu tenho razão, porque antes das conclusões, durante a Comissão de Inquérito e, creio eu, depois dela, se há crítica que nos vão fazer não é que "a montanha pariu um rato", é que as conclusões são muito abstractas, tendem a ser político-partidárias e se fossem mais concretas, mais eficazes e menos político-partidárias, teriam sido certamente melhores.

É que, Sr. Deputado, se as comissões servem para vir para aqui dizer que se tem honra neste Governo, para o Sr. Presidente do Governo dizer que se honra do Secretário da Economia, o senhor agradecer ao executivo a participação que tem e exaltar medidas concretas, para isso não é preciso fazer-se uma comissão de inquérito, safe-nos dessa! Faça isso no congresso do PS!

Deputado Fernando Menezes (PS): Eu faço isso aqui dentro quantas vezes quiser, Sr. Deputado!

O Orador: A comissão de inquérito é para outras coisas, nomeadamente para concluir em concreto certos aspectos.

Eu volto sempre ao mesmo ponto: o senhor comandante que esteve ali, que fez assim e assado, é uma ligação obscura em concreto, o Sr. Secretário Regional foi sensível às pressões do poder económico que o Sr. Deputado Paulo Valadão - que não sou eu - referiu; a adjudicação foi bem feita ou foi mal feita, há uma irregularidade e há sempre que pôr em dúvida se há ou não ligações obscuras, qual é o critério, eu acho que é mas o outro acho que não, há ainda outro que acha que é mais ou menos. Enfim, isto não são conclusões e não são eficazes desta maneira. Podia haver conclusões muito melhores e muito mais eficazes, nomeadamente em relação à promiscuidade com empresários, concretamente em relação ao Dr. José Monjardino. Dizer "não há promiscuidade, factos" - ponto final, é uma coisa. Agora, querer pôr aqui coisas com as quais não concordam, só para no fim respirarem de alívio, porque há uma frase que vos salva que diz "não há ligações obscuras", isso no editorial do jornal era apenas um título, nesta Comissão de Inquérito era apenas uma forma de, por comodidade de linguagem, dizer o que estávamos a fazer.

Por isso, volto a dizer que é pena, mas não fizemos o melhor trabalho possível.

Muito obrigado.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Agora sim está concluído o nosso debate.

Antes de encerrar os trabalhos a Mesa submete à votação uma Proposta de Resolução "declarando findo o período legislativo de Maio".

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, muito obrigado, boa noite e boa viagem de regresso a casa.

(Os trabalhos terminaram às 18,40 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Manuel Machado Menezes

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

João Maria Fraga Greves

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

José do Nascimento Ávila

Partido Social Democrata (PSD)

Ana Carolina Gomes da Silva

Partido Popular (PP)

Nuno Barata Almeida e Sousa)

DOCUMENTOS ENTRADOS

—

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Ao Gabinete do Provedor de Justiça chegaram reclamações relativas a concursos para pessoal dirigente da administração regional dos Açores.

Em recomendação na sequência das supramencionadas reclamações, o Provedor de Justiça concluiu:

- "(...) o teor da resposta prestada pelo Gabinete da Secretário Regional Educação e Assuntos Sociais é, pela linguagem utilizada, claramente desadequada ao cumprimento do dever de cooperação com este Órgão do Estado e é, por essa via, gerador de natural desconfiança naqueles que fizeram uso do direito, constitucionalmente consagrado, de apresentar queixa ao Provedor de Justiça."

- "Lamento pois que as diversas exposições apresentadas não tenham sido aproveitadas para corrigir as óbvias ilegalidades verificadas."

Sobre esta matéria também o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, SINTAP - Açores, se **pronunciou**, nestes termos:

- "(...) alerta para a necessidade de uma **maior** transparência nos processos de concursos para dirigentes (...)".

" De igual modo o SINTAP - Açores reivindica, neste ponto, da parte do Governo Regional, um esforço no sentido de diminuir o recurso a formas precárias de preenchimento daqueles cargos dirigentes, pondo fim ou reduzindo o Grupo Parlamentar drasticamente a utilização aqui das figuras de nomeação em regime de substituição ou de gestão corrente que distorcem e põem em causa o princípio de igualdade de acesso dos candidatos àqueles cargos.

Lamenta, finalmente, o SINTAP - Açores que, apesar das insistências feitas ao Governo Regional, para que identificasse os cargos dirigentes existentes na Administração Autónoma dos Açores " naquela situação precária " ainda não tenha obtido qualquer resposta satisfatória.

Considerando a gravidade e a importância das referências acima citadas, quer da recomendação da Provedoria de Justiça, quer da Agenda de Preocupações do SINTAP Açores para 2000;

Considerando ainda a denúncia pública constante na imprensa diária regional, sobre suspeitas de irregularidades nos concursos excepcionais externos de acesso;

Considerando a exigência democrática de defender, cumprir e fazer cumprir a legalidade, designadamente nos procedimentos para a nomeação do pessoal dirigente da administração regional;

Considerando a competência da Assembleia Legislativa Regional dos Açores de fiscalização da acção governativa, nomeadamente enquanto órgão superior da **administração** regional;

Considerando, por último, que também compete ao Tribunal de Contas realizar auditorias a solicitação da Assembleia Legislativa Regional.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, os proponentes abaixo assinados apresentam a seguinte proposta:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores solicita à Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas uma auditoria, aos diversos serviços da administração pública regional, que abranja os anos de 1998 a 2000, sobre os processos de:

- a) Concursos realizados para os lugares de dirigentes, a que a lei exija tal procedimento.
- b) nomeação para os cargos de Director Regional, a partir do Decreto-Lei nº 323/89, de 26 de Setembro.
- c) Concursos externos para lugares de acesso, abertos ao abrigo do artigo 28º do Decreto-Lei nº 184/89, de 2 de Junho.

Horta, Sala das Sessões, 13 de Abril de 2000.

Os Deputados Regionais, *Victor Cruz, Jorge Valadão dos Santos, Eugénio Leal, José Manuel Bolieiro e Alberto Romão Madruga da Costa.*

—

Parecer da Comissão Permanente de Política Geral sobre o Projecto de Decreto-Lei que "estabelece as condições de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança e higiene do trabalho e de técnico de segurança e higiene do trabalho".

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu na sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na Horta, no dia 9 de Maio de 2000, por solicitação de sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, para discutir e analisar o Projecto de Decreto-Lei que "estabelece as condições de acesso e

de exercício das profissões de técnico superior de segurança e higiene do trabalho e de técnico de segurança e higiene do trabalho".

Capítulo I

Enquadramento jurídico

A apreciação e emissão de parecer ao presente Projecto de Decreto-Lei exerce-se nos termos da alínea v) do nº 1, do artigo 227º, e do nº 2 do artigo 229º, da Constituição da República Portuguesa (CPR), da Lei nº 40/96, de 31 de Agosto, que regula a audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, e da alínea i) do artigo 30º, do Estatuto Político-Administrativo da Região.

Capítulo II

Apreciação na generalidade e especialidade

A Comissão deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável.

Horta, 9 de Maio de 2000.

O Relator, *Francisco Xavier Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Manuel da Silva Azevedo*

A Redactora: Ana Paula Lemos